



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

MÁRCIA COUTINHO CAETANO

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR SOB A INFLUÊNCIA DO CULTIVO
DO DENDÊ NA COMUNIDADE SANTA MARIA/TOMÉ-AÇU-PARÁ**

**Belém
2017**

MÁRCIA COUTINHO CAETANO

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR SOB A INFLUÊNCIA DO CULTIVO
DO DENDÊ NA COMUNIDADE SANTA MARIA/TOMÉ-AÇU-PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Orientadora: Prof.^a Dra. Dalva Maria da Mota

**Belém
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca do NCADR/UFPA

Caetano, Márcia Coutinho

A organização do trabalho familiar sob a influência do cultivo do dendê na comunidade Santa Maria / Tomé-Açu – Pará / Márcia Coutinho Caetano; Orientadora: Dalva Maria da Mota. - 2017.

127 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

1. Dendê – cultivo – Tomé-Açu (PA). 2. Agricultura familiar – Tomé-Açu (PA). 3. Comunidades agrícolas – Tomé-Açu (PA). I. Mota, Dalva Maria da, orientadora II. Título.

CDD 22. ed. 633.851098115

MÁRCIA COUTINHO CAETANO

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR SOB A INFLUÊNCIA DO CULTIVO DO DENDÊ NA COMUNIDADE SANTA MARIA/TOMÉ-AÇU-PARÁ

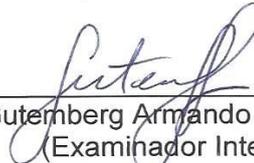
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém – PA: 05 / 05 / 17

Banca Examinadora



Dra. Dalva Maria da Mota (Orientadora)
Embrapa Amazônia Oriental



Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
(Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – MAFDS



Dra. Maria do Socorro Gonçalves Ferreira
(Titular externo)
Embrapa Amazônia Oriental



Dr. Heribert Schmitz (Suplente)
Universidade Federal do Pará - MAFDS

Aos meus pais, que abdicaram de sua formação em prol da minha, com muito esforço e dedicação. Muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me fortalecer durante todo esse processo e no momento em que pensei em desistir.

“És uma estrela de luz divina, e seu brilho é mais forte que o sol, nos guiando assim como um farol, com um fulgor que encanta e fascina” (autor desconhecido). Que sejas eternamente iluminada, espalhando alegrias e sorrisos, amiga e sincera e por vezes semelhante a uma mãe, que orienta com tanta dedicação e carinho. À você, minha orientadora, Prof^a Dra. Dalva Maria da Mota, pela paciência por meus momentos de dificuldades teóricas, por não desistir de mim mesmo após tanta demora, por toda a troca de conhecimento em suas aulas, por sua orientação crítica e competente, por sua alegria contagiante e por seus grandes ensinamentos.

A todos os professores e professoras do NCADR pelo conhecimento adquirido nas aulas.

À Universidade Federal do Pará, especialmente aos funcionários e estagiários do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) e da Coordenação do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

À minha querida amiga e supervisora Maria Josefa Nascimento Magalhães, por sua ajuda, compreensão e apoio.

À minha irmã Prof^a MSc Marta Coutinho Caetano, por todo apoio, pegando no meu pé, por toda estrutura para que eu pudesse estudar, até por suas encrencas diárias. Te amo!

À minha grande amiga Magda Nascimento e seu companheiro Rafael B. Ferreira, pela força e incentivo para que eu não desistisse, pelas contribuições valiosas durante a finalização desta dissertação. E à filha do casal, Heleninha, pelos momentos animados e sorridentes.

Ao meu namorado Carlos Cléo Ramos Paiva, pela paciência, companheirismo e correria para alimentação durante minhas horas de estudo, abdicando de nossos momentos para que eu me concentrasse na tarefa.

Às amigas Prof^a Dra. Maria José Aviz do Rosário e sua filha Analia Aviz do Rosário Leão, pela ajuda, carinho e companheirismo desde os tempos de cursinho

Aos meus pais Sebastião Maia Caetano e Rosilda Coutinho Caetano, que fizeram de tudo para me proporcionar minha formação moral e acadêmica. Muito obrigada!

À minha afilhada Larissa Carneiro e minha cunhada Nazaré Carneiro, pelos cafés nas noites de estudos.

Aos colegas da EMATER-PARÁ dos Escritórios Locais de Santa Bárbara, Benevides e Tomé-Açu, e aos colegas do Regional das Ilhas, pelos incentivos. Em especial aos meus ex-coordenadores Marli Margareth Chermont da Cunha, Eduardo Muneaki Shimpo, Iale da Glória e Maria Rosa Jean Freitas.

À amiga Eunice Mendonça, que me apoiou e abrigou por vezes para realização da pesquisa de campo em Tomé-Açu.

A Jamerson Monteiro Viana, do LABGEO/EMATER-PARÁ, que me socorreu na urgência na elaboração do mapa da comunidade.

Às colegas de turma do mestrado especialmente Chirles Monteiro, Ana Paula, Rosangela, Cristiane, Clenilda, por nossos diálogos, passeios, sorrisos.

Às colegas da Graduação Valda Duarte, Antônia Amorim e Thania Cirineu, pelas conversas de incentivos nos momentos turbulentos pelos quais passei.

À Rita de Tomé-Açu, pelo constante apoio em todos os momentos em que precisei.

Aos camponeses integrados da Comunidade Santa Maria, por me receberem tão bem e por disporem de seu tempo, sempre preocupados em contribuir da melhor forma para minha pesquisa. Em especial à Joana, Tete, Preta, Jeane e seus filhos, Geovani. Vocês foram excepcionais!

A todos que me apoiaram e incentivaram para concluir este trabalho e que esqueci de citar.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Nesta dissertação, minha pretensão foi analisar as novas evidências do trabalho familiar num contexto de incentivo à especialização para o cultivo de dendê. Trata-se de uma localidade no município de Tomé-Açu, um dos pólos de produção de dendê no estado do Pará. Este município abriga diferentes formas de agriculturas (familiar e empresarial) e relações de trabalho, destacando-se no cenário estadual pela produção de frutas, pimenta do reino, culturas alimentares e, recentemente, dendê no escopo do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, a partir de 2010. A produção de dendê se dá por meio de monocultivo em estabelecimentos empresariais e familiares sob a condição de integração (agricultura por contrato). O objetivo desta pesquisa é analisar a organização do trabalho dos camponeses que cultivam dendê por meio de contratos de integração com a empresa Belém Bioenergia Brasil. A pesquisa foi realizada na localidade rural de Santa Maria, situada no município de Tomé-Açu, nordeste paraense. A metodologia privilegiou as abordagens qualitativas e quantitativas com revisão de literatura e levantamento de dados primários e secundários. Um estudo de caso foi realizado com todos os camponeses que têm contrato de integração e residem na localidade. Os procedimentos constaram de observações e entrevistas (estruturadas e não diretas). As observações foram realizadas nas esferas domésticas e da produção. Já as entrevistas foram realizadas com os autodesignados chefes das famílias. Ademais, conversas livres ocorreram com outros membros da localidade sobre o histórico do lugar, as manifestações religiosas e de lazer, as opções e formatos do trabalho. As principais conclusões mostram que o trabalho familiar passa por redefinições para realizar o cultivo do dendê em decorrência de: i) os sistemas de produção serem compostos por mandioca, dendê, frutíferas, culturas alimentares (milho, feijão e arroz) e a criação de pequenos animais; ii) a mão de obra familiar não ser suficiente, quer seja pela insuficiência quantitativa, quer seja pela qualitativa, pois o trabalho de dendê requer força física associada aos homens jovens; iii) a maioria das mulheres se dedicar apenas ao trabalho de adubação, atividade que não exige força física, havendo algumas exceções; iv) haver concentração das mulheres nas atividades domésticas; v) desconhecimento por parte dos integrados em relação ao que está proposto no contrato; vi) necessidade da contratação da mão de obra de camponeses integrados, na condição de diaristas, em todos os estabelecimentos para tarefas no cultivo do dendê no intuito de cumprir contrato; vii) a migração de alguns jovens dos grupos domésticos para trabalharem como assalariados nas agroindústrias de dendê. Apesar desse panorama influenciado pelo advento da integração de camponeses no cultivo do dendê estes têm perspectivas promissoras em relação a melhorias de vida e renda.

Palavras-Chave: trabalho familiar, grupos domésticos, divisão sexual do trabalho, cultivo de dendê, integrados.

ABSTRACT

In this dissertation, my intention was to analyze the new evidence of family work in a context of incentive to the specialization for palm oil cultivation. A study was conducted in a district in the municipality of Tomé-Açu/PA, one of the centers of oil palm production in the State of Pará. This municipality is different forms of agriculture (family and agribusiness) and labor relations, standing out in the state scenario for the production of fruits, pepper of the kingdom, food crops and recently palm oil in the scope of the Sustainable Production Program Of Palma de Óleo, as of 2010. Oil palm is a monoculture produced by agribusinesses or by integrated family farms (contract agriculture). The objective of this research is to analyze the work organization of peasants who grow palm oil through integration contracts with the company Belém Bioenergia Brasil. The research was conducted in the rural village of Santa Maria in the municipality of Tomé-Açu, northeast of the state of Pará. Both qualitative and quantitative approaches were used, including primary and secondary data collection and a literature review. A case study was conducted with all family farmers who have integration contracts and live in the area. The research involved observation and (structured and non-directive) interviews. Observations were conducted both in homes and in the field. Interviews were carried out with heads of household. In addition, informal conversations took place with other members of the district about local background, religious and leisure manifestations, work options and working arrangements. Main conclusions revealed that family work has been redefined as a result of oil palm cultivation. Thus: i) production systems include manioc, oil palm, fruits, rice, maize, beans and small animals; ii) the family workforce is not sufficient to manage either the quantity or the quality of the work, because oil palm demands the physical strength of young men; iii) most women only carry out tasks associated to fertilization, which does not require physical strength, with a few exceptions; iv) Concentration of women in domestic activities; v) some young people, members of integrated families, migrate to work as wage earners in oil palm agribusinesses; vi) the need to hire the labor of integrated peasants, as day laborers, in all establishments for tasks in the cultivation of palm oil in order to fulfill a contract and vii) migration of some young people from the domestic groups to work for wage earners in oil palm industries. Despite this new scenario, influenced by the advent of the integration of family farmers into oil palm cultivation, prospects are promising in terms of an improvement in living standards and income.

Key-words: Family work, domestic groups, sexual division of labor, palm oil cultivation, integrated

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro.....1	Procedimentos utilizados em campo com os grupos domésticos...	41
Mapa.....1	Localização de Tomé- Açú no estado do Pará.....	51
Figura.....1	Croqui da comunidade Santa Maria.....	54
Mapa.....2	Localização da comunidade Santa Maria em Tomé-Açú/Pará.....	55
Foto.....1	Capela Particular de São Sebastião de Dona M (62 anos).....	60
Foto.....2	Escola antes da reforma.....	62
Foto.....3	Escola após reforma.....	62
Foto.....4	Igreja evangélica: Assembleia de Deus.....	64
Foto.....5	Igreja católica de Santa Maria.....	65
Foto.....6	Igreja católica Nossa Sra. da Conceição.....	65
Foto.....7	Igarapé, o local de lazer da comunidade.....	66
Quadro.....2	Grupos domésticos existentes de camponeses integrados.....	69
Gráfico.....1	Escolaridade dos membros dos GDs.....	71
Tabela.....1	Tamanho das áreas e número de integrantes por GD.....	78
Quadro.....3	Sistemas de cultivo e de criação dos GDs Integrados.....	78
Foto.....8	Mulher colhendo mandioca.....	80
Foto.....9	As mães e crianças descascando mandioca.....	81
Foto.....10	Marido e Mulher descascando mandioca para preparação da farinha.....	81
Foto.....11	Homem trabalhando na limpeza e coroamento do dendê.....	84
Quadro.....4	Calendário Agrícola dos Camponeses Integrados	85
Tabela.....2	Número de pessoas e atividades desenvolvidas nos estabelecimentos por GDs.....	92
Quadro.....5	Caracterização e divisão sexual do trabalho por grupo doméstico	95
Quadro.....6	Culturas cultivadas antes e após a implantação do dendê.....	101

LISTA DE SIGLAS

ABRAPALMA	Associação Brasileira de Óleo de Palma
BBB	Belém Bio Energia Brasil
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
GD	Grupo Doméstico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
SAF's	Sistemas Agroflorestais
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTA DE CULTURAS E SEUS RESPECTIVOS NOMES CIENTÍFICOS

Nome vulgar	Nome científico
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i> DC.
Arroz	<i>Oryza sativa</i> L.
Bacuri	<i>Platonia insignis</i> Mart.
Banana	<i>Musa</i> spp.
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.)K. Schum.
Dendê	<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.
Feijão Caupi	<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck
Leguminosas	<i>Pueraria phaseoloides</i> (Roxb.) Benth.
Mamão hawai	<i>Carica papaya</i> L.
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims
Melão	<i>Cucumis melo</i> L.
Milho	<i>Zea mays</i> L.
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
1.1 Referencial Teórico	19
1.1.2 Campesinato e Agricultura Familiar: uma breve reflexão	19
1.1.3 O Trabalho nos Grupos Domésticos	23
1.1.4 A Divisão Sexual do Trabalho	26
1.1.5 Política Pública do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Nordeste Paraense	30
1.2 Problema de Pesquisa	33
1.3 Objetivo e Hipótese	37
1.3.1 Objetivo Geral	37
1.3.2 Objetivos Específicos	37
1.3.3 Hipótese	38
1.4 Caminhos Metodológicos	38
1.5 Procedimentos de Pesquisa utilizados em Campo	40
1.5.1 Levantamento de Dados Secundários	42
1.5.2 Levantamento de Dados Primários e Entrevistas.....	43
1.6 O Cronograma de Campo	46
1.7 Análise de Dados	48
CAPÍTULO 2 – A COMUNIDADE SANTA MARIA NO NORDESTE PARAENSE ...	50
2.1 Nordeste Paraense	50
2.2 O Município de Tomé-Açu/Pa	51
2.3 A Comunidade Santa Maria	53
2.3.1 Localização da Comunidade	54
2.3.2 Origem do Lugar	56
2.3.3 A Vida Social das Famílias na Comunidade (infraestrutura, o lazer, as associações, vida religiosa e medicina popular)	61
2.3.3.1 Infraestrutura da Comunidade.....	61
2.3.3.2 Organizações Sociais.....	63
2.3.3.3 O Lazer.....	66

2.3.3.4 Medicina Popular	67
CAPÍTULO 3 – A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS E SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	68
3.1 Os Grupos Domésticos.....	68
3.1.1 Caracterização dos 10 Grupos Domésticos Integrados	72
3.2 Os Sistemas Produtivos	76
3.2.1 Trabalho na Mandioca.....	79
3.2.2 Trabalho no dendê	82
3.3 A Divisão Sexual do Trabalho: Quem faz, O que faz, Quando e Onde faz? .	87
3.3.1 A Divisão Sexual por Grupo Doméstico	87
3.3.2 Cotidiano das Famílias no Trabalho	97
3.4 Adaptação dos Integrados em Relação ao Cultivo do Dendê aliado às outras Culturas.....	100
3.4.1 Camponeses Integrados: (In)satisfação e Adaptação dos Grupos Domésticos com “A Nova Forma de Produzir”	102
CONCLUSÕES	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	116

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, trato da organização do trabalho de camponeses que cultivam dendê por meio de contratos, numa relação doravante denominada de integração com a empresa Belém Bioenergia Brasil - BBB. Eles residem em uma comunidade rural localizada no município de Tomé-Açu, na região do nordeste paraense.

Parto do pressuposto de que a integração dos camponeses às empresas de dendeicultura tem influenciado significativamente na organização do trabalho familiar, assim como na forma de produzir. Considerando esse pressuposto e baseando-me em literatura pertinente, tenho como objetivo nesta dissertação analisar a organização do trabalho em estabelecimentos familiares de camponeses que cultivam dendê na Comunidade Santa Maria, Município de Tomé-Açu/Pará.

O município de Tomé-Açu/PA, um dos pólos de produção de dendê que abriga uma diversidade de formas de agriculturas, despertou-me intenso interesse devido à minha atuação como extensionista rural¹ no município no período de 2007 a 2010. Ali foi possível observar o cotidiano em relação à organização do trabalho dos camponeses que cultivavam culturas alimentares de forma consorciada em SAF's (Sistemas Agroflorestais).

Para Fernandes (2002, p.3) “Os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho”. Considerando essa discussão, me utilizo do conceito de camponês para a identificação dos agricultores integrados. Para eles, mesmo que ocorra a mudança na organização do trabalho a partir da relação camponês-agroindústria do dendê, que se configura na intensificação da sua ligação ao mercado através da comercialização da produção, eles não perdem a forte ligação com a terra e com os recursos para a obtenção do seu sustento. Wanderley (1996, p.10) considera o campesinato “como um segmento da agricultura familiar”.

¹ Como extensionista rural da EMATER-PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará); transferida em 2010 para desenvolver minhas atividades profissionais no município de Santa Bárbara do Pará. Possuo graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2012). Atualmente sou Extensionista Rural – Técnica em Aquicultura da EMATER-PA. Tenho experiência nas áreas de Recursos Pesqueiros com ênfase em Piscicultura Familiar, Extensão Rural, Sustentabilidade e Educação.

Considero os termos (camponês e agricultor familiar) complementares porque, embora tenham sido historicamente usados com nuances diferentes – o termo “camponês” empregado com mais frequência em contextos políticos, relacionado à luta pela terra e à detenção dos meios de produção, e o termo “agricultor familiar” mais comumente empregado em discursos com foco no modo de produção -, *na prática* eles designam o mesmo sujeito, quer dizer, referem-se ao trabalhador rural que usa mão de obra familiar para cultivar a terra tanto para autoconsumo quanto para venda.

Mediante o desenvolvimento do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo na região a partir de 2010, lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a proposta de integração dos camponeses, perguntei-me acerca dos reflexos desses dois fenômenos na organização do trabalho na unidade familiar de produção, particularmente porque o debate sobre o tema indica que transformações importantes estão ocorrendo, a exemplo do que afirma Nahum e Carvalho (2014):

Com isso, muitos passam a dedicar-se ao plantio do dendê, em lugar da produção da policultura, atribui-se a isso também, o aumento no preço da farinha, (questão ainda em investigação) a saída do agricultor rural da roça para assumir um papel de total dependência diante das empresas de dendeicultura, já que sem elas, o agricultor não possui a infraestrutura necessária para escoar sua produção, seja ela de alimentos ou não (CARVALHO; NAHUM, 2014, p. 34-35).

Autores como Silva, Homma e Pena (2011, p.4) compactuam com a afirmação de Carvalho e Nahum (2014); partindo do pressuposto de que a expansão da dendeicultura na região, imbuída dos atraentes valores de mercado, e pelos incentivos governamentais à produção de dendê, instiga os camponeses a priorizarem esta em detrimento de outras cadeias produtivas locais, ocasionando assim uma diminuição na oferta de produtos como a farinha de mandioca e carne bovina e, conseqüentemente, o aumento da procura e do preço desses itens no mercado local, e ainda o abandono das culturas alimentares em alguns estabelecimentos familiares.

Concomitantemente às transformações ocorridas nas cadeias produtivas locais, o trabalho familiar nos estabelecimentos sofre modificações em virtude de os camponeses integrados às agroindústrias do dendê terem o comprometimento

desde a fase do plantio até a venda da produção. Tal compromisso fica acordado nos contratos firmados entre as partes, de forma que os camponeses não podem “adiar, deixar de realizar ou mesmo substituir a forma de realização de quaisquer atividades para não comprometer a produtividade da palmeira, bem como o contrato com a empresa” (VIEIRA; MAGALHÃES, 2011, p. 15-16), fato esse constatado por essas autoras na região do Baixo Tocantins, município de Moju.

A propósito, uma vez que as empresas contratam camponeses, as propriedades destes ficam carentes de mão de obra, de modo a pôr em risco a produção de alimento para autoconsumo e a forçar essas propriedades a contratar trabalhadores temporários.

Em outras palavras: “A dendeicultura, enquanto evento que reorganiza a dinâmica territorial do espaço agrário no nordeste paraense, ameaça a segurança alimentar das comunidades camponesas, devido a inserção do agricultor familiar nas empresas de dendeicultura” (CARVALHO; NAHUM, 2014, p. 34-35).

Por outro lado, autores como Sampaio (2014) e Ribeiro (2016) identificaram em seus estudos que as famílias reorganizam o trabalho para que a agricultura, mesmo que em pequena escala, não deixe de ser praticada. Sampaio (2014), a partir dos dados da EMATER local, verificou que há possibilidades de correlação positiva no trabalho com o dendê consorciado. Com isso, a EMATER local tenta convencer as empresas agroindustriais de que, segundo experiências, aparentemente é benéfico o plantio do dendê com outras culturas como a mandioca, pimenta e cacau, ou seja, culturas que não concorram com os nutrientes do solo, fertilizantes e luz solar (SAMPAIO, 2014, p.175).

Dessa forma, o meu questionamento é: como o cultivo do dendê influenciou a organização do trabalho em estabelecimentos familiares na comunidade Santa Maria? Para responder à pergunta e alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, a mesma está composta em três capítulos.

Na **Introdução** são expostos os motivos que embasaram o desenvolvimento da pesquisa, assim como uma discussão geral sobre as políticas de incentivo à produção agrícola e sua relação com a modificação da organização do trabalho familiar no tocante à integração dos camponeses às agroindústrias do dendê.

No capítulo 1, **Pressupostos Teóricos Metodológicos**, constam problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e os procedimentos de pesquisa utilizados em campo e a própria pesquisa de campo.

O capítulo 2, **A comunidade Santa Maria no Nordeste Paraense**, está composto por uma breve descrição do nordeste paraense e do município de Tomé-Açu, seguindo da apresentação da comunidade Santa Maria, sua localização, origem, infraestrutura, vida social e organizacional, e sua peculiaridade: a medicina popular.

No capítulo 3, **A organização do trabalho dos Grupos Domésticos (GD) e seus Sistemas de Produção** analisou-se as famílias integradas no cultivo de dendê, seu trabalho produtivo e doméstico, o cotidiano, os sistemas de produção (agricultura e a criação de animais de pequeno porte) e descrição das relações e da divisão do trabalho, bem como a percepção das famílias sobre o trabalho, a divisão do trabalho por sexo e sua adaptação ao cultivo do dendê aliado a outros cultivos. Finalizo o estudo com as conclusões referentes ao tema em questão.

Espero, com este estudo, contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o que ocorre no interior dos estabelecimentos familiares no âmbito do trabalho, fenômeno multifacetado e em constante transformação na sociedade global. Espero ainda oferecer análises que possam subsidiar propostas de políticas públicas para os que vivem nos estabelecimentos familiares sob a influência do cultivo do dendê.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresento o recorte teórico que norteia esta dissertação, assim como o problema de pesquisa, os objetivos, a hipótese e os procedimentos metodológicos (a abordagem, estudo de caso com levantamento de dados primários e secundários, entrevistas diretas e não diretas, observação e tratamento e análises dos dados levantados) que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

1.1 Referencial Teórico

1.1.2 Campesinato e Agricultura Familiar: uma breve reflexão

Em sua reflexão sobre o campesinato, Chayanov (1975, p.18) aponta a distinção existente entre a organização econômica da sociedade capitalista e a economia camponesa. Para a primeira, existe uma série de categorias que se relacionam e se determinam entre si e que não funcionam interdependentemente, quais sejam: o preço, o capital, os salários, o interesse e a renda. A partir do momento em que uma dessas categorias não existe, as demais perdem seu caráter. Portanto não se pode aplicar o conceito econômico capitalista ao campesinato, já que não existe a categoria salário.

Em relação à economia camponesa, Chayanov (1981, p. 133-134) define que “esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade”, ou seja, tem como objetivo buscar primeiramente suprir as necessidades da família, através da produção, sendo definida, portanto, como uma economia natural².

Buscando definir a situação dos camponeses, Chayanov (1975, p.18) expõe que estes são - ao mesmo tempo - unidade de produção e de consumo, ou seja, suas principais atividades contemplam-se no cultivo da terra e na criação animal, através da utilização de mão de obra familiar, gerando como resultado de seu

² “Na economia camponesa ou natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo” (OLIVEIRA; DUARTE, 2008, p.5).

trabalho uma quantidade de produtos que após vendidos no mercado “formam o produto bruto de sua exploração” (TCHAYANOV, 1924, p. 482).

Essa definição assemelha-se à definição de camponês de Shanin (1980, p.4-5), que pontua quatro características do camponês: “a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas”. O ponto que distingue uma definição da outra é que Shanin (1980) considera que o campesinato tem relação com o mercado, e por isso, não pode ser considerado autossuficiente. Em contrapartida, Chayanov (1975) diz que essa relação com o mercado não deixa que eles percam sua característica camponesa.

Diante das reflexões feitas por Shanin (1980) e Chayanov (1975) em relação às principais características do campesinato, considero que designações (camponês, agricultor familiar, pequeno produtor) utilizadas para diversas formas de atores sociais do campo têm particularidades segundo o contexto e o momento histórico. Para defini-los é necessária, portanto, a utilização de suas características principais como 1) trabalhar e viver no campo 2) empregando mão de obra predominantemente familiar 3) em prol de sua sobrevivência e reprodução social.

Autoras como Wanderley (1996), no tocante à “agricultura camponesa tradicional”, a define como “uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 1996, p. 3). Já segundo Lamarche (1993), “a agricultura familiar não é um elemento de diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 14).

É necessário ressaltar que a denominação “agricultura familiar” é insuficiente para definir o campesinato (SHANIN, 1980, p. 4-5). Autores como Carneiro (2009), em relação ao entendimento da reprodução econômica camponesa, pontua que “por si só, não é capaz de explicar as características da pequena produção familiar da América Latina, principalmente daquela que atualmente se atrela ao mercado” (CARNEIRO, 2009, p. 63).

Nos anos 90, Wanderley (1996) afirmou que o termo “agricultura familiar” estava sendo utilizado no Brasil com “ares de novidades e inovações”. E afirmou que:

Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada (WANDERLEY, 1996, p. 1).

Neste sentido, coaduno com Wanderley (1996) ao dizer que esses agricultores familiares “modernos” estão sendo notados por estudiosos como consequência de “uma ruptura profunda e definitiva em relação ao passado”. Desse modo, a autora diz que “tratar-se-ia, nesta perspectiva, de um personagem todo novo, distinto do seu ancestral camponês, gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado” (WANDERLEY 1996, p. 8).

Palmeira (1989) realiza uma análise de estudos existentes sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro, denominada “*modernização da agricultura*” (PALMEIRA, 1989, p. 87). Esse autor ressalta que, no final dos anos 60, houve uma liberação de créditos agrícolas que favoreceram a incorporação dos denominados “insumos modernos” (a exemplo da mecanização) ao processo produtivo da agricultura familiar, favorecendo a integração desse segmento aos modernos circuitos de comercialização (PALMEIRA, 1989, p. 87). Tal reflexão é complementada pela de Roy (2002), quando pontua que tal intervenção na agricultura familiar, através destes programas, pressupõe a existência do “agricultor de mercado” (ROY, 2002, p. 81).

Nesse aspecto, Alves (2011) ressalta que “A partir do PNPB começou-se a investir mais na cultura de oleaginosas no Brasil, sendo lançados diversos programas de financiamentos” (ALVES, 2011, p. 64), a exemplo de linhas de crédito específicas no Programa Nacional de Fortalecimento e Agricultura Familiar (PRONAF), lançado em 2005”. A esse respeito, Castro (2010) aponta que a principal estratégia governamental para a Amazônia “é aumentar sua vinculação aos mercados e promover a abertura de novas fronteiras de recursos em proveito da iniciativa privada” (CASTRO, 2010, p. 120).

Apesar de, todo o discurso oficial brasileiro sobre as vantagens e possíveis lucros que poderão ser obtidos com a produção de culturas comerciais, a exemplo do dendê, que ganha forças e vai se alastrando pelo território brasileiro, considero que expansão do cultivo do dendê provoca nos estudiosos compreensões antagônicas. Para uns, configura uma “nova situação geográfica no espaço agrário amazônico”(NAHUM; MALCHER, 2012), ocasionando assim uma “descampesinização, isto é, a formação de um campo sem camponeses que paulatinamente metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar” (NAHUM; SANTOS, 2014, p. 42). Graziano da Silva (1982) já havia identificado o fenômeno ao afirmar que “o camponês se “descampesiniza”, isso é, converte-se num trabalhador para o capital, num “novo camponês” (p. 135)” com a reconfiguração de seu modo de vida.

Para outros, “as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade” (ALTAFIN, 2007, p.1-2). Entendo, portanto, que o camponês que utiliza mão de obra familiar para desenvolver os sistemas produtivos em sua terra pode produzir tanto para seu autoconsumo como para comercializar.

No que se refere ao estado do Pará, especificamente à região do nordeste paraense, área de estudo em questão, os camponeses, mesmo estando a plantar outras culturas que lhes servem tanto para o consumo como para a venda, estão aderindo ao cultivo do dendê.

Essa intensificação da relação do camponês com o mercado leva a importantes reflexões. Mesquita (2011) constata que há “um avanço das relações de trabalho capitalista no formato permanente e, sobretudo no temporário”. Contudo, o autor destaca que “apesar da intensificação das relações capitalistas decorrentes da expansão do agronegócio, ela não foi suficientemente forte para superar a importância do trabalho familiar na Amazônia, mantendo-se assim, extremamente importantes as relações com laços de parentesco e trabalho familiar”.

Dessa forma, observei a diversidade de formas de trabalho nas quais os camponeses se inserem para manter sua reprodução social. Destaca-se que “o trabalho é intensificado quando na unidade familiar a força de trabalho é desproporcional à extensão da propriedade” (CHAYANOV, 1981, p. 141). Para o caso em análise, não se trata apenas de extensão, que se modifica, mas de mudanças no sistema de produção e nas relações entre os camponeses e os representantes das agroindústrias e os agentes de mercado.

1.1.3 O Trabalho nos Grupos Domésticos

Mota (2014), em referência a Afonso (2000) e Morgan (1996), afirma que, para melhor compreender as transformações sociais e econômicas que ocorrem nas famílias rurais, é necessário focalizar os estudos nos grupos domésticos. Sendo assim, o grupo doméstico é considerado como “a unidade de análise matriz da organização social e da reprodução” (HARRIS apud MOTA, 2014, p. 291).

Considerando os entendimentos, disponho que apesar do termo família e grupo doméstico serem utilizados como sinônimos em muitos estudos, autores como Woortmann, K.; Woortmann, E., 2004 apud Mota (2014, p. 294) apresentam uma definição mais apurada em relação a ambos. No tocante à família, seria a representação de uma ideia-valor. Em relação ao grupo doméstico, o conceito é complementado nos textos de Mota (2014) em referência a Mendras e Yanagisako, que o definem como um conjunto de pessoas que dorme e se alimentam no mesmo local e que também realizam tarefas juntas por períodos curtos ou longos do tempo (MENDRAS, YANAGISAKO apud MOTA, 2014, p. 294). Ou seja, Família – membros da mesma família (parentesco) não necessariamente compartilham o mesmo espaço físico; grupo doméstico – parentesco ou não, mas que compartilham do mesmo espaço físico.

Fortes (1974, p. 2) enfatiza a “característica significativa do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico”, que é essa relação existente entre o campo interno e externo, sendo ele “ao mesmo tempo, um processo dentro do campo interno e um movimento governado pelas suas relações com o campo externo”.

O fato de o grupo doméstico ser formado por pessoas que possuem em sua totalidade ou maioria laços de parentesco e residem no mesmo local os leva a pertencer a uma mesma economia doméstica (Cf. TEPICHT, 1973; GALESK, 1972 apud HERÉDIA, 1979, p. 37), o que os torna dependentes uns dos outros, sendo necessária a cooperação mútua para que todos se beneficiem. Em relação a isso, a autora pontua que o trabalho coletivo para “a provisão dos bens necessários ao consumo” do grupo doméstico é “reconhecido como prioritário”, servindo como exemplo à atividade no roçado (HEREDIA, 1979, p. 154).

Nesse sentido Garcia Jr. (1983) aponta que,

[...] é através do uso da força do trabalho familiar que as tarefas agrícolas são cumpridas e que o trabalhador pode materializar no roçado essa força de trabalho da unidade familiar para garantir uma produção que servirá tanto para o consumo da família quanto para a venda e com o dinheiro obtido, poder obter o necessário ao consumo familiar (GARCIA JR., 1983, p. 59).

O autor faz referência aos camponeses que, com a força de trabalho familiar, conseguem plantar o necessário à sua subsistência, vendendo o excedente para que possam comprar o que mais seja necessário para o consumo da família. Cabe ressaltar que “a renda que permite repor os meios de trabalho” é advinda do trabalho na unidade produtiva (GARCIA JR., 1983, p. 193).

Herédia (1979, p. 17) destaca o caráter específico que a unidade camponesa possui porque “ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, visto que os membros que a compõem estão relacionados *a priori* ao processo produtivo e mediante laços de parentesco.” Para além do trabalho no grupo doméstico, a autora enfatiza também a existência de laços de solidariedade entre parentes e vizinhos com o intuito de realização de festas e dos cuidados com os doentes. Trata-se, portanto, de uma relação que envolve todos os membros do grupo doméstico, desde as crianças até os adultos.

Autores como Garcia Jr. (1983) ressaltam que o grupo doméstico formado por agricultores familiares camponeses pode ser caracterizado também pela “pequena produção” das “lavouras de subsistência” e que se utilizam da força de trabalho de

todo o grupo doméstico nesse esforço. Dessa forma, o autor destaca uma das características principais da agricultura camponesa, que é a centralidade da família na organização do trabalho do grupo doméstico (GARCIA JR., 1983, p. 58).

Assim, Garcia Jr.(1983, p.209) enfatiza que “cultivar a terra com a ajuda de sua unidade doméstica é a forma pela qual o pai de família, pequeno produtor, proporciona os elementos necessários à reprodução física e social de sua unidade doméstica”. No tocante à organização do trabalho, os autores destacam a família como um todo como a principal força de trabalho. Já no que diz respeito à sua realização, é comum existir a divisão por sexo e idade, existindo um parâmetro para que alguns membros, como os idosos, doentes e crianças abaixo dos dez anos, não sejam inseridos em atividades pesadas como a roça (HERÉDIA, 1979, p. 39). Então, para além da necessidade produtiva, visualiza-se a existência de uma rede de cuidados mútuos na família.

Apesar da necessidade de coesão e ajuda mútua dos grupos domésticos, ocorrem fatos que levam à formação de novos grupos domésticos, sendo o principal deles o casamento, que forma outra unidade de trabalho separada (HERÉDIA, 1979, p. 37).

Analisar os grupos domésticos ³ é fator essencial para fazer observações referentes a transformações sociais e econômicas (AFONSO, 2000). Dessa maneira, convém analisar como os camponeses estão organizando o trabalho dentro do grupo doméstico com o advento da dendeicultura.

Em se tratando da organização do trabalho com a expansão da cultura do dendê no nordeste paraense, infere-se que transformações ocorreram na forma de organizar o trabalho familiar e na dos camponeses integrados às empresas de dendê que cultivarem a terra. Nahum e Carvalho (2014) apontam que o discurso realizado por essas empresas é o da reutilização de áreas degradadas e da inclusão do agricultor familiar como possibilidade de desenvolvimento através do trabalho (CARVALHO; NAHUM, 2014, p. 22). No entanto, essa inclusão no processo produtivo de empresas deve ser considerada não apenas uma questão econômica,

³ Neste estudo utilizaremos “grupos domésticos” associado a “família” e entenderemos que seja composto por todos os membros que compartilham a mesma unidade residencial, ou seja, “dormir sob o mesmo teto, comer da mesma panela” (MENDRAS, 1976 apud AFONSO, 2000, p. 158).

mas também uma questão vivencial da agricultura camponesa, que é levada a realizar uma reformulação da sua relação de trabalho no e para o grupo doméstico, sendo necessário um repensar mais apurado sobre essa relação emergente no rural amazônico.

1.1.4 A Divisão Sexual do Trabalho

No que se refere ao trabalho familiar na agricultura camponesa, autores como Silva e Schneider (2010, p. 189) constatam em seus estudos a existência da “desigualdade de gênero”. Nesse contexto, em que o homem - denominado como o chefe da família - é o indivíduo privilegiado por tal estrutura, cabe apenas a ele os cuidados com as atividades produtivas que gerem renda.

O trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 189).

Motta-Maués (1993) em seu estudo sobre relações de gênero, simbolismos e ritualização em uma comunidade amazônica, analisou o fato de a esfera doméstica ser centralizada no homem, cabendo a ele o direcionamento do grupo doméstico. Todos devem respeitá-lo e acatar suas decisões, além de tê-lo como modelo ideológico na família. Às mulheres fica a responsabilidade da esfera doméstica, oposta à do homem, ou seja, apesar de sua atividade ser mais ativa, ela sempre estará em situação inferior à do homem (MOTTA-MAUÉS, 1993, p.22).

É possível notar que ainda existe certa discriminação ou invisibilidade do trabalho feminino, tendo em vista que cabe ao pai da família o serviço da roça, conseqüentemente ligado à produção agrícola. As mulheres, por estarem associadas a serviços domésticos, mesmo trabalhando nos sistemas produtivos do lote, não têm sua participação reconhecida, ocorrendo assim o que alguns estudiosos chamam de “invisibilidade do trabalho feminino”. Essa noção de que os

homens são incumbidos de ordenar o sustento familiar, e de que à mulher cabe a função de complementá-lo, ainda que elas tenham destaque igual ou maior que os homens continua repercutindo na vida rural através da corroboração tanto das mulheres para a manutenção desse paradigma, como dos homens em manter seu papel de provedor da família como central.

Hirata e Kergoat (2007) conceituam a divisão sexual do trabalho da seguinte forma: “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. É um conceito construído histórico e socialmente, significando que “os homens são responsáveis pela esfera produtiva e as mulheres pela esfera reprodutiva e, conseqüentemente, os homens se apropriam das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA; KERGOAT 2007, p. 599).

Segundo as autoras, este é um conceito aceito por quase todo mundo. Elas vão mais além e distinguem dois princípios organizadores a respeito da divisão sexual do trabalho e suas modalidades, quais sejam:

O princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT 2007, p. 5).

Hirata e Kergoat (2007) destacam que o objetivo do projeto coletivo que subsidiou na França as primeiras definições do termo “divisão sexual do trabalho” era bem mais que denunciar as desigualdades: “sob o impulso do movimento feminista”. Tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”, ou seja, o intuito “era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Para Stancki (2003) a divisão sexual do trabalho poderá ocorrer através da separação das atividades desempenhadas de acordo com o sexo das pessoas que as realizam, ou seja, é uma “divisão social do trabalho – processo pelo qual as

atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas” (STANCKI, 2003, p. 2).

Enquanto que, para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho através da diferenciação sexual é um fator construído histórico e socialmente, para Stancki (2003), este fator foi legitimado através de interpretações biológicas que diferenciam o trabalho masculino do feminino, sendo esses inerentes à natureza. Porém, ambas autoras compartilham da ideia de que o homem está associado à produção e a mulher à reprodução, ou seja, de que ocorre “uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino)” (STANCKI, 2003, p. 2).

No que se refere às atividades laborais, nos estudos de Stancki (2003), não há “delimitações, pois sociedades e épocas diferenciadas podem ter concepções distintas daquilo que é mais “apropriado” para homens e mulheres”. Dessa forma, a realização das “tarefas ligadas à reprodução da vida ou ao setor produtivo”, realizadas tanto por homens como por mulheres, mesmo que não se concretize de forma homogênea, podem sofrer alterações (STANCKI, 2003, p. 2-3). Na vida real, essa teoria pouco se aplica, pois, embora seja possível homens realizarem atividades domésticas, identificamos muito facilmente a separação existente entre as tarefas delegadas aos homens e as tarefas das mulheres.

Nos estudos de Alves (2011), na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, microrregião do Guamá, no Nordeste Paraense, a autora constatou que, apesar dos agricultores relatarem que “trabalho na casa – trabalho de mulher, trabalho na roça – trabalho de homem”, não era na prática o que acontecia, pois os homens também realizavam os serviços domésticos, o que - para ambos - é visto como “ajuda”, podendo ser considerado como um fator cultural, pois se encontra na mentalidade masculina dos agricultores de que serviço de casa é serviço de mulher (ALVES, 2011, p. 85-87).

Em se tratando de divisão das tarefas na esfera doméstica, a autora constatou que as mães criam as crianças conforme a criação que tiveram de seus pais. Então, desde cedo, os pequenos são ensinados a ter responsabilidades as quais as mães julgam necessárias para a formação dos filhos. Desse modo, são reproduzidos os mesmos princípios repassados por seus pais, tais como: “casa é de

responsabilidade da mulher e a roça é de responsabilidade do homem”. Dessa forma, ainda segundo a autora, cabe tanto às crianças, como aos jovens ajudarem nos afazeres domésticos. Aos meninos, cabe a tarefa de dar de comer aos animais e coleta de água no igarapé e de frutas, ao passo que às meninas cabem as tarefas de casa, lavagem de louças e roupas. No entanto, é importante ressaltar que mais tarde os meninos serão iniciados a trabalharem em tarefas mais pesadas junto aos adultos da família, como a roça (ALVES, 2011, p. 87).

Nas atividades de preparo das áreas, as tarefas como broca, queima, roça e capina (aceiros) são executadas geralmente por homens (pai, filhos jovens e adultos). Nas etapas de plantio e colheita, as mulheres e as crianças têm forte participação, pois de acordo com os pais são tarefas que demandam menor esforço físico (ALVES, 2011 p. 90).

Nesse sentido, Alves (2011) ressalta que, apesar da divisão de tarefas, há caso em que a organização do trabalho poderá sofrer uma reorganização, a exemplo da saída dos filhos adultos para trabalharem assalariados. O trabalho se mistura dentro da esfera familiar, ou seja, as mulheres passam a contribuir no trabalho da roça junto a seus esposos para substituir o filho que optou por sair para o assalariamento, ou seja, “em situações de migrações, ausência de membros em determinados períodos para a venda de mão de obra, doenças ou outras situações atípicas à unidade familiar, a organização do trabalho da família assume variadas configurações” (ALVES, 2011 p. 91).

Por outro lado, em seus estudos, Guimarães (2014, p. 44) constatou que o envolvimento das mulheres agricultoras da Comunidade do Trevo de Belterra, no Município de Belterra, Microrregião de Santarém, Região de Integração do Baixo Amazonas, estado do Pará, com vendas ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), causou mudanças significativas na divisão sexual e social do trabalho: o trabalho feminino na roça passou a ter mais visibilidade e a ser mais valorizado, de modo a não serem mais apenas os homens os detentores do controle financeiro da produção. A partir de então, essas mulheres passaram a ter autonomia econômica e maior participação nas organizações associativas, cooperativas e sindicatos, o que

lhes proporciona maiores informações e conseqüentemente autonomia em suas decisões.

Ao contrário do que foi constatado nos estudos de Alves (2011) sobre o trabalho produtivo realizado por mulheres ser considerado “ajuda”, os estudos de Guimarães (2014) mostram outra percepção por parte das mulheres, pois essas “entendem que as atividades que desenvolvem na roça não se tratam de uma “ajuda” e, sim, de trabalho” (GUIMARÃES, 2014, p. 104). Além disso, as mulheres da região estudada por Guimarães (2014) realizam todo tipo de atividades agrícolas, não havendo, portanto, divisão sexual do trabalho. São atividades que vão de arar a terra e aplicar agrotóxicos, entre outras tarefas que em outras regiões são consideradas trabalho para os homens, até a limpeza do roçado, que é tida como mais “leve” e conseqüentemente atribuída a serviço de mulheres (GUIMARÃES, 2014, p. 104).

Assim como nos estudos de Alves (2011), as mulheres também trabalham nas roças, como seus maridos, que também realizam os serviços domésticos. Isso proporciona a elas oportunidade de permanecer maior tempo em seus espaços produtivos agrícolas (GUIMARÃES, 2014, p.106).

1.1.5 Política Pública do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Nordeste Paraense

A Amazônia é uma região marcada pela produção de *commodities* desde os tempos da economia colonial (BARATA, 2012). Nos dias de hoje, *commodities* agrícolas tradicionais como carne e soja seguem valorizadas, enquanto os agrocombustíveis⁴ abrem nova frente de comoditização (CASTRO, 2012). Esse caminho alternativo acaba atraindo grupos empresariais globais que, sob os argumentos ambientais como o questionamento do uso do petróleo e problemas decorrentes do aquecimento global, encontram novo campo de atuação, qual seja o

⁴ Utilizarei o termo agrocombustível por considerar mais adequado que biocombustível, tendo em vista que o primeiro refere-se a combustíveis extraídos de produtos agrícolas e concordando com a autora que “o prefixo *bio* sugere uma produção ecológica ou sustentável o que não é o caso da produção agroindustrial de combustíveis à base de trigo, de soja, cana, dendê” (BACKHOUSE, 2013, p.5).

dos agrocombustíveis, com a vantagem adicional de possibilitar a inserção no mercado de sequestro de carbono por se constituir em cobertura florestal (BECKER, 2010).

Nesse sentido, o estado do Pará se destaca por ser um dos maiores produtores da cultura do dendê. O lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, no Município de Tomé-Açu/PA, em 2010, foi uma das metas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Alguns autores apontam que esse programa trouxe consigo grandes expectativas para o crescimento da economia da Amazônia (HOMMA; VIEIRA, 2012). Podemos aliar a isso o fato desta palmeira possuir significativamente qualidades econômicas, pois, segundo a SUFRAMA, 2003 apud Vieira (2015):

O dendê (*Elaeis guineenses* Jacq) originário da floresta tropical da região central e oeste da África, semente de clima tropical ou temperado, é uma cultura permanente de produção contínua ao longo do ano, sendo capaz de produzir de 25-28 toneladas de cachos/ano. O dendê dentre as oleaginosas cultivadas, é a mais produtiva, com uma produção de óleo entre 4-6 toneladas de óleo/ha, o que representa 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, 2 vezes a produtividade da oliva, 10 vezes a produtividade da soja. Além de sua versatilidade de usos que vão desde a alimentação humana e animal a usos não comestíveis - está presente na indústria alimentícia em margarinas, biscoitos, gordura para panificação, sorvete, óleo de cozinha, etc; ração animal; na indústria de higiene e limpeza- é utilizado em cosméticos como o shampoo, condicionador, detergentes; lubrificantes, chapas de aço, antioxidantes que ajudam no combate de colesterol, câncer, atua como um potente anticoagulante; e como recurso energético - biodiesel (SUFRAMA, 2003 apud VIEIRA, 2015, p. 40).

Castro (2012) afirma que essa política, da forma como proposta para a Amazônia, “reedita o modelo de desenvolvimento que orientou a expansão da fronteira amazônica a partir dos anos 70 do século XX e provocou conflitos socioterritoriais que envolveram diferentes atores locais e intensificaram a exploração dos recursos naturais e o desmatamento” (CASTRO, 2012, p. 46).

As empresas de dendê instalaram-se e fixaram-se no nordeste paraense com total apoio governamental e incentivo fiscal para o desenvolvimento dessa cultura. Em troca desse apoio, as empresas teriam que integrar os camponeses aos projetos de dendê, bem como garantir a compra de sua produção. Nesse sentido, Carvalho e

Nahum (2014) destacam algumas regras que essas empresas precisam cumprir para com os camponeses, para obterem tais benefícios:

a) Firmar contratos com os agricultores familiares negociados com a participação de uma entidade representativa dos mesmos seja sindicatos, ou federações e terá que dar consentimento por meio de uma carta para assim, validar o acordo entre as partes; b) entregar cópia dos contratos assinados por ambas as partes para o agricultor familiar contratado e para a entidade representativa, ou o sindicato, federação, outros; c) garantir assistência técnica aos agricultores familiares contratados de forma gratuita; d) habilitar os agricultores familiares para a produção de oleaginosa(s), de forma que não impeça a segurança alimentar da família nem dos processos de geração de renda em andamento, contribuindo para melhor inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel e para o alcance da sustentabilidade da propriedade; e) entregar ao agricultor familiar cópia do laudo de visita devidamente assinado; f) contrair um percentual mínimo de matéria prima da agricultura familiar, que varia de região para região, de acordo com a normativa vigente (CARVALHO; NAHUM, 2014, p. 27).

Nesse aspecto, Becker (2010) lista vários fatores que contribuem para o crescente interesse na cultura na Amazônia. Nesse tocante, um primeiro aspecto diz respeito às condições biofísicas da região, excepcionalmente favoráveis. Cerca de 2,3 milhões de km² apresentam condições de solo, temperatura e pluviosidade adequadas à cultura do dendê. As condições biofísicas despertam, por sua vez, o interesse econômico de grandes corporações transnacionais. Todavia, esse interesse é também alimentado por um dado econômico importante, relacionado à demanda da indústria nacional, que importa a maior parte do óleo de que necessita.

Dessa forma, posso destacar o clima e solo da região amazônica, que se assemelham aos da Ásia e da África, local de origem da palmeira em questão, assim como a disponibilização de mão de obra e também “a demanda de mercado que crescia a nível mundial e o Brasil poderia prover seu próprio mercado interno, nesse sentido, representava uma alternativa socioeconômica para o país e para a Amazônia” (CARVALHO; NAHUM, 2014, p.20).

O conjunto de potenciais vantagens do cultivo de dendê explica as políticas públicas em seu favor que, por sua vez, acabam por também se constituírem como estímulo à disseminação da cultura (BECKER, 2010). Entretanto, coexistem diferentes compreensões quanto ao seu lugar na Amazônia. Shiraishi Neto (2011)

chama a atenção para seus impactos sobre as demais atividades, áreas e atores ancestrais não tão intensamente atrelados aos processos de globalização.

Butler e Laurance (2009) problematizam que a agricultura da palmeira de dendê é uma nova ameaça ambiental nessa região. Para esses autores, os exemplos da Malásia e Indonésia demonstram que a expansão da dendeicultura pode ocorrer à custa da supressão de florestas nativas. Nesse segmento, Nahum e Carvalho (2014) chamam atenção aos impactos decorrentes desse enlace entre os camponeses e a dendeicultura, destacando que:

Os lugares sentem o impacto da associação de unidades familiares à dendeicultura. Muda-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social, enfim a relação com o território, que antes era o quadro da vida, usado para reprodução da unidade familiar camponesa, isto é, satisfação de sua condição de existência. Hoje a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provém o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de camponês produzia (NAHUM; CARVALHO, 2014, p. 80).

Sampaio (2014) e Ribeiro (2016) identificaram em seus estudos características benéficas, como a utilização de áreas já degradadas, com baixa ou nenhuma possibilidade de serem utilizadas para o plantio de culturas alimentares. Apesar dos fortes indícios negativos encontrados na relação campesinato e dendeicultura, Sampaio (2014) constatou em seu campo de estudo que as áreas utilizadas para o cultivo do dendê, foram “áreas de pousio usadas para o roçado ou no lugar de antigas culturas perenes” (p.175).

1.2 Problema de Pesquisa

Em estudos realizados por Homma (1998), em documentos históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), em 1955 e 1957, detectou-se o sucesso da cultura da pimenta-do-reino, caracterizado como “*boom da pimenta*”, ocorrido “no segundo semestre de 1952 e entre 1953 e 1954”, período identificado como “o verdadeiro período de ouro do chamado “diamante negro” da Amazônia”. Com o surgimento do *Fusarium* nos pimentais, a partir da década de 1970, novas alternativas de plantios consorciados foram implantadas na colônia nipo-brasileira

como alternativa para rotação de culturas e das áreas nos pimentais (HOMMA, 1998; Álbum..., 1955; Cooperativa..., 1957 apud HOMMA, 2004, p. 3).

Atualmente, no município onde foi desenvolvida a pesquisa, os camponeses cultivam em regime familiar hortaliças, fruticultura, culturas alimentares em sistemas diversos, incluindo os sistemas agroflorestais (SAFs) em seus lotes agrícolas. Com o advento da expansão do cultivo do dendê que abrange o nordeste paraense, especificamente a região de Tomé-Açu, alvo da pesquisa, alguns camponeses optaram por se integrar por meio de contratos com as empresas de dendê.

A região agora se destaca por ser um dos polos de produção de dendê com forte suporte do Estado, que concede incentivos fiscais, viabilizando créditos, torna menos rígido as questões ambientais e fundiárias para liberação de terras, para o cultivo e implantação das empresas vinculadas ao agronegócio do dendê. Em decorrência disso, o referido município tem sido alvo da expansão da área cultivada tanto de propriedade das empresas, quanto por meio da integração de camponeses.

Nesse contexto, a afirmação de Sorj (1986) mantém a sua atualidade: “os incentivos fiscais e as facilidades dadas pelos Governos estaduais para a implantação de empresas agroindustriais integradas têm sido um dos fatores mais importantes do seu estabelecimento no Nordeste, na Amazônia e em Minas Gerais” (SORJ, 1986, p. 48). Gera-se com isso “[...] um conjunto de medidas designadas como “agroestratégias”, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos” (ALMEIDA; MARIN, 2010, p. 141).

Há quem argumente que o dendê originará o “combustível do futuro” (SAF/MDA, 2010) e, com isso, poderá contribuir com a diminuição da pobreza no nordeste paraense, além de proporcionar aos camponeses investimentos, aumento na produção e conseqüentemente maior geração de renda. Nesse mesmo sentido, Abramovay e Magalhães (2007, p. 2) afirmam que: “o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) volta-se, de forma declarada, a integrar “agricultores familiares” à oferta de biocombustíveis e, por aí, contribuir ao fortalecimento de sua capacidade de geração de renda”.

Em contraste, e baseadas em experiências de campo, Vieira e Magalhães (2011) contra argumentam afirmando que:

[...] percebe-se o arranjo interinstitucional estabelecido em prol da viabilização da expansão do agronegócio do dendê por meio da agricultura familiar e não uma estruturação da chamada agricultura familiar no campo que permita a manutenção e reprodução do seu modo de vida tradicional camponês e de suas famílias ao longo de gerações (VIEIRA; MAGALHÃES, 2011, p. 17).

O modo de vida a que as autoras se referem, segundo Hébette, Alves e Quintela (2002, p. 42), caracteriza-se pela “articulação das relações de reciprocidade, de parentesco, compadrio e vizinhança na conformação de uma unidade social que opera em todas as esferas de reprodução do grupo camponês”.

Estudos indicam que essas relações, sob a influência da integração dos camponeses à produção do dendê na região do nordeste paraense, sofrem transformações particularmente quanto ao trabalho familiar e à produção para o autoconsumo tradicionalmente existente nos estabelecimentos. Nesse sentido, concordo com Neves (1981), que afirma:

[...] a intensificação da produção de valores de troca aumenta a participação da unidade familiar na divisão social do trabalho, restringe o uso da força de trabalho de outras unidades de produção congêneres ou de empresas especializadas na oferta de serviços nos momentos de pico agrícola (NEVES, 1981, p. 136).

Acrescento que, além do constatado pela autora, intensifica-se também a contratação de trabalhadores assalariados, condição que segundo Mesquita (2011), constitui “um avanço das relações de trabalho capitalista no formato permanente e, sobretudo no temporário”. Contudo, o autor destaca que “apesar da intensificação das relações capitalistas decorrentes da expansão do agronegócio, ela não foi suficientemente forte para superar a importância do trabalho familiar na Amazônia, mantendo-se assim, extremamente importantes as relações com laços de parentesco e trabalho familiar”.

Dessa forma, posso observar a diversidade de formas de trabalho às quais o camponês necessita se sujeitar para dar conta de suas atividades agrícolas. Nesse

sentido, Chayanov (1981, p. 141) diz que “o trabalho é intensificado quando, na unidade familiar, a força de trabalho é desproporcional à extensão da propriedade”. Para o caso em análise, não se trata apenas de extensão de áreas plantadas que se modifica, mas de mudanças no sistema de produção e nas relações entre os camponeses e os representantes das agroindústrias.

Mesmo que em tempos e espaços diferentes, a relação dos camponeses com as empresas do dendê no Pará guarda semelhanças com aquelas situações analisadas por Sacco dos Anjos (1995) e Costa (1993) no sul do Brasil, com tendência ao incremento da dependência do mercado e da diferenciação social.

O cultivo do dendê no Pará vem se expandindo nas últimas décadas e, em 2010, alcançava uma área plantada de 140 mil hectares, com perspectiva de expansão para 329 mil hectares nos estabelecimentos familiares até 2020 (REPÓRTER BRASIL, 2013). Segundo Homma e Vieira (2012), a perspectiva de expansão é de 350.000 ha de dendezeiros, atualmente envolvendo aproximadamente 31 famílias de camponeses integrados à produção de dendê em Tomé-Açu. Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma - ABRAPALMA (2014) são 1.124 integrados no Pará, num total de 30.461 hectares de área plantada. A maior parte da produção do óleo é destinada à indústria alimentícia, e a menor parte destinada à produção de agrocombustíveis. Nesse sentido, Nahum e Malcher (2012a) afirmam que nessa parte da Amazônia,

[...] vive-se o ciclo ou o *boom do dendê*, por meio do qual se reproduz um aspecto marcante da formação regional amazônica, isto é, sua dinâmica econômica é presidida, sustentada e estruturada pelo papel subalterno que ocupa na divisão territorial do trabalho; sendo impulsionada por demandas exógenas ao lugar, que elege um produto ou processo produtivo para comandar a economia regional (NAHUM; MALCHER, 2012a, p. 11).

Destarte, literatura recente destaca os reflexos na organização do trabalho na dendeicultura. Sampaio (2014) e Ribeiro (2016) constataram que somente a utilização da mão de obra familiar era insuficiente para atuar em todas as atividades no lote, havendo dessa forma, a necessidade de contratação da mão de obra temporária. Assim, “A organização do trabalho familiar no estabelecimento se transformou” (RIBEIRO, 2016, p.104).

Apesar de constataremos que houve uma intensa alteração na organização do trabalho familiar camponês após a inserção do dendê, é necessário dar visibilidade ao que os próprios camponeses consideram como fator positivo, que é a garantia da compra da produção e retorno financeiro rápido.

Nesta dissertação analiso a organização do trabalho familiar segundo o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico em estabelecimentos familiares de camponeses integrados à BBB no município de Tomé-Açu.

Para tal análise, faz-se necessário entender a organização do trabalho no interior dos estabelecimentos familiares de camponeses integrados à produção de dendê. Tendo em conta o debate, especulo que o ritmo e o modo de cultivar dos camponeses poderão ter sofrido algumas modificações. Questiono no âmbito do trabalho: i) como as famílias se adaptam à nova forma de produzir?; ii) como elas têm organizado o trabalho segundo o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, em se tratando da divisão sexual do trabalho?; iii) como têm aliado o cultivo do dendê às outras culturas?; e iv) qual o grau de (in)satisfação com a experiência atual?

1.3 Objetivo e Hipótese

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a organização do trabalho em estabelecimentos familiares sob a influência do cultivo do dendê no município de Tomé-Açu/PA.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e caracterizar a organização do trabalho no grupo doméstico em estabelecimentos familiares que cultivam o dendê;
- b) Analisar a divisão sexual do trabalho entre os membros dos estabelecimentos familiares que cultivam dendê, considerando o ciclo de reprodução do grupo doméstico;
- c) Analisar a influência do cultivo do dendê na quantidade e no peso do trabalho;

- d) Descrever o grau de (in)satisfação quanto à organização do trabalho entre os membros dos estabelecimentos familiares que cultivam o dendê.

1.3.3 Hipótese

A hipótese que norteou a pesquisa é: admitindo-se que o cultivo do dendê influenciou na organização do trabalho em estabelecimentos familiares, infere-se que transformações se operam na divisão sexual do trabalho, com a maior carga de trabalho para os homens e maior concentração das mulheres nas atividades domésticas, em virtude da penosidade do trabalho segundo o ciclo de reprodução do grupo doméstico.

1.4 Caminhos Metodológicos

Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, que - segundo Becker (1994) - é um dos principais métodos de análise das Ciências Sociais, sendo relevante para a investigação das relações sociais na comunidade em questão. Além disso, permite “explicar situações particulares em profundidade” (ANDRÉ, 2000 apud MOTA, 2005).

Soma-se a isso, a duplicidade de seu propósito, que segundo Becker (1994):

Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo de estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas sobre regularidades do processo e estruturas sociais (BECKER, 1994, p. 118).

Ainda, segundo Becker (1994, p. 117), “o caso estudado em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade”. Dessa forma, o caso em análise foi composto por 10 famílias de camponeses integrados à agroindústria que residem na comunidade Santa Maria, para a produção de dendê e que também plantam outras culturas.

Optei pela comunidade Santa Maria por ela possuir maior número de famílias integradas dentre as oito comunidades que possuem contratos com a Belém

Bioenergia Brasil (BBB) no município de Tomé-Açu, apesar de apenas 10% estarem integradas ao cultivo do dendê (10 das 53 famílias da comunidade).

Vale ressaltar que as análises realizadas neste estudo não visam a generalizar o resultado do fenômeno estudado, e sim permitir um conhecimento aprofundado, partindo da análise de um único caso, ou seja, a comunidade Santa Maria.

Levando em consideração o tema abordado e os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizei as abordagens qualitativa e quantitativa. A escolha pela abordagem qualitativa se deu por eu considerar, assim como Brumer et al. (2008, p. 136), que ela proporciona ao entrevistador flexibilidade e liberdade em conduzir o processo investigativo, além de lhe facilitar a identificação e compreensão das dimensões subjetivas da ação humana. Como descrito por Mota (2005, p. 35), essa abordagem permite a observação da realidade como um processo em construção permeável às ações dos diferentes atores, além de possibilitar a flexibilização dos procedimentos metodológicos e das reflexões teóricas no percurso da pesquisa. Mazzotti-Alves e Gewandszajder (2001) também destacam a flexibilidade propiciada aos sujeitos da pesquisa.

[...], pois tais investigações, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos no projeto (MAZZOTTI-ALVES; GEWANDSZAJDER, 2001, p. 147).

Os autores indicam que, além da flexibilidade, esse enfoque permite ao entrevistado liberdade de expressão e, ao entrevistador, identificar e entender aspectos subjetivos da ação humana.

Já a abordagem quantitativa, segundo Minayo e Sanches (1993, p. 247), tem o propósito de trazer à luz indicadores e tendências observáveis. Contudo, através dessa abordagem, obtive informações referentes à composição familiar, no que se refere à idade, sexo, origem, além de dados sobre a produção de dendê e das outras culturas cultivadas, informações de cunho quantitativo, analisadas de forma qualitativa.

Acrescenta-se a isso o ponto de vista de Brumer et al. (2008, p.136), que “não há um método e uma técnica ótimos de coleta e análise de dados de uma pesquisa empírica”. Portanto, compactuo com os autores, e considero que as duas abordagens se complementam, ou seja, “a relação quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade, não estão reduzidas a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória”, conforme afirmam Minayo e Sanches (1993, p. 247).

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizei diversas técnicas de coletas de dados em campo, com o intuito de analisar a organização do trabalho nos estabelecimentos familiares. Para tanto, descrevo abaixo cada procedimento de investigação utilizado.

1.5 Procedimentos de Pesquisa utilizados em Campo

A pesquisa foi realizada em fontes primárias e secundárias (literatura e estatísticas). O levantamento das fontes primárias se deu ao longo do trabalho de campo, através dos seguintes procedimentos de coleta: observações e entrevistas diretas e não diretas. Já as fontes secundárias foram levantadas por meio de consulta à literatura e a *sites* da internet que forneçam informações e dados sobre a região que será pesquisada.

A metodologia da pesquisa de campo consistiu em coleta de dados durante uma primeira visita aos estabelecimentos familiares de camponeses integrados à agroindústria do dendê pela região escolhida. Posteriormente, voltei a campo e iniciei a observação com todos os grupos domésticos com o intuito de observar a organização do trabalho nos estabelecimentos familiares dos camponeses integrados.

Quadro 1 – Procedimentos utilizados em campo com os grupos domésticos.

Idas a Campo	Grupos Domésticos GDs	Nº Entrev.	Nº Quest.	Com quem?	Entrevista história da comunidade	Observação
Jun. 2014/2015	GD1	02	03	Pai e sogra	Sogra**	GD
Jun. 2014/2015	GD2	02	03	Pai e mãe	Pai, mãe e sogro**	GD
Jun. 2014/2015	GD3	02	02	Pai e mãe	-	GD
Jun. 2014/2015	GD4	02	02	Pai e mãe	-	GD
Jun. 2014/2015	GD5	02	02	Pai	-	GD
Jun. 2014/2015	GD6	02	02	Irmão*	-	GD
Jun. 2014/2015	GD7	02	02	Pai e mãe	-	GD
Jun. 2014/2015	GD8	02	02	Pai	-	GD
Jun. 2014/2015	GD9	02	02	Pai e mãe	-	GD
Jun. 2013/2014/2015	GD10	02	03	Avó e Neto	Avó**	GD
Total		20	23			

Fonte: Pesquisa de campo, 2013 a 2015.

* Grupo doméstico onde moram somente irmãos e cunhados.

** São os moradores mais antigos da comunidade.

*** A observação participante foi realizada em todos os grupos domésticos.

Dessa forma, foi indispensável a utilização dos procedimentos utilizados em campo, conforme mostra o **Quadro 1** acima, no qual constam: o quantitativo de entrevistas com questionários aplicados nos dez grupos domésticos de camponeses integrados, assim como as pessoas entrevistadas de forma geral (modo de vida, sistemas produtivos, cotidiano do trabalho, entre outros); a história de formação da comunidade, que foi realizada com os três moradores mais antigos; e as observações, que foram realizadas em todos os grupos.

Uma vez que tenho formação técnica, esta etapa exigiu de mim a adoção de uma postura diferente. Segundo a orientação de um renomado estudioso:

[...] estar atento aos atos cognitivos como o olhar, o ouvir e o escrever, para trabalhar a apreensão de fenômenos sociais, pois é a partir do olhar e do ouvir disciplinado que constituímos a percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, e o ato de escrever passa a ser parte quase

indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar (OLIVEIRA, 1998, p. 31).

É necessário, portanto, considerar todas as formas de interação existentes entre os integrantes do grupo doméstico para que eu pudesse percebê-las através do olhar e da audição e posteriormente compreendê-las em sua organização.

1.5.1 Levantamento de Dados Secundários

Em relação aos dados secundários, Mann (1975) os define como o “[...] conjunto de dados não recolhidos em primeira mão, mas sim retirados dos dados originais de outras pessoas” (MANN, 1975, p. 63), dados que segundo Brumer et al. (2008, p. 138) “são aqueles já existentes, procedentes de diversas fontes: documentos diversos como obras teóricas e literárias, estatísticas, arquivos e relatórios oficiais, notícias veiculadas na imprensa, entre outras”.

Assim, com o intuito de caracterizar e descrever a região estudada, bem como suas principais atividades econômicas, utilizei informações contidas em *sites* oficiais de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, para obter a localização do município de Tomé-Açu e da comunidade em estudo, no Google mapas.

Entrementes, dirigi este estudo através de leituras de dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que trataram do tema em questão; além de literatura referente ao cultivo do dendê na agricultura camponesa nos estudos de Abramovay e Magalhães (2007), Sampaio (2014), Ribeiro (2016), Almeida e Marin (2010), Homma e Vieira (2012), Nahum e Malcher (2012), e Vieira e Magalhães (2011). Quanto à organização do trabalho, me orientei em: Graziano da Silva (1982), Garcia Junior (1983), Herédia (1979), Witkoski (2007). Para analisar a produção integrada no cultivo de dendê, me embasei em Sorj (1986) e Nogueira e Jesus (2013). O estudo sobre o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico baseou-se em Fortes (1974). Já sobre agricultura familiar, serviram de base os trabalhos de Abramoway (1992), Lamarche (1993), Sacco dos Anjos (1995), entre

outros. E sobre campesinato, a pesquisa respaldou-se em Chayanov (1975), Shanin (1980) e Wanderley (1996).

1.5.2 Levantamento de Dados Primários e Entrevistas

O levantamento dos dados primários deste estudo ocorreu durante a pesquisa de campo, utilizando técnicas de investigações como: a observação, entrevistas não diretivas e entrevista diretiva com uso de questionários com perguntas dirigidas que proporcionaram a compreensão do objeto do estudo. Em outras palavras, essa etapa do trabalho se deu com base em fontes primárias.

Beaud e Weber (2007) destacam que não é possível uma observação neutra, tendo em vista que a análise do observador é indispensável e que este, com sua presença, já está interferindo no meio da pesquisa. Portanto, tentei interferir minimamente durante a observação na organização do trabalho dos camponeses integrados às empresas de dendê.

Após a chegada a campo e as devidas apresentações, buscando criar uma relação de diálogo e confiança, pedi para me hospedar em uma das casas dos camponeses para ficar o mais próximo possível da realidade vivenciada por eles quanto à organização do trabalho, visando também a entrevistar os diversos membros do grupo doméstico. Para tal, Oliveira (1998) nos aponta a importância do “olhar, ouvir e escrever” para melhor compreender a dinâmica social do meio em questão, podendo assim “[...] construirmos a percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 31).

A observação foi realizada em todas as etapas da pesquisa nas quais estive em campo, ocorrendo no momento em que fui hospedada na casa de um dos camponeses integrados, durante minhas visitas à empresa Belém Bioenergia Brasil e à casa de cada produtor, assim como à feira local, onde os camponeses comercializam sua produção.

Durante as atividades diárias dos camponeses, houve situações em que cheguei no momento em que eles faziam farinha, quando não estavam fazendo capina na roça de mandioca ou no plantio de dendê e, para poderem me dispensar mais atenção, queriam parar de fazer o que estavam fazendo. Eu, entretanto, pedia

que não parassem, pois eu poderia ir conversando e observando, tentando interferir o mínimo possível em seu trabalho, porém na maioria dos casos participei ativamente das tarefas.

Em cada conversa, aproveitei para explicar o motivo da minha visita para a realização da pesquisa. Todos que conversei se dispuseram a falar sem nenhum problema e com muita boa vontade.

Na pesquisa de campo, usei o diário de campo, no qual anotava as informações mais relevantes, tendo em vista a situação em que me encontrava⁵, de modo a não ter tempo para anotar tudo. Dessa forma, pude pôr em prática o exercício que Beaud e Weber (2007, p. 99) propõem: “perceber, memorizar e anotar”, pois anotar algo considerado importante melhora minha observação sobre o local, ao passo que exercita a memória, aumentando assim a capacidade de observação.

Essa técnica de pesquisa me permitiu ficar o mais próximo possível da realidade do dia a dia desses camponeses, tendo assim a oportunidade de anotar os detalhes relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, Oliveira (2000, p. 18) enfatiza:

Enquanto que no olhar e no ouvir -disciplinados- a saber, disciplinados pela disciplina - realiza-se nossa percepção, será no escrever que o nosso pensamento exercita-se da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social.

Dessa maneira, busquei observar o cotidiano dessas famílias, anotando o máximo de informações no caderno de campo, memorizando situações que me vinham à mente durante o ato da escrita. Nesse sentido, a observação é caracterizada por Beaud e Weber (2007, p. 107) como “uma observação “mental” (como se diz “cálculo mental”) bem mais que uma observação visual ou sensível, pois você anota e memoriza palavras ouvidas, lugares nomeados, ações nomeadas”.

⁵ Estava em pé no meio do roçado, sob o sol escaldante, quando não no retiro/casa de farinha.

Busquei seguir a concepção de Mann (1975, p. 23), que qualifica a sociologia como estudo científico do comportamento social e que, para isso, utiliza-se de técnicas como “observar sistematicamente, classificar sistematicamente e interpretar sistematicamente. Quanto melhor ela fizer essas três coisas, tanto mais poderá alegar ser uma ciência”.

Para complementar essas observações, foi essencial o uso das entrevistas não diretivas. Conforme destacado por Michelat (1987, p. 192), este é um método que complementa a observação e permite apreender e prestar conta dos sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos próprios a uma cultura ou subcultura. Além disso, segundo Michelat (1987, p. 193-5), “tem o objetivo de provocar as produções verbais dos indivíduos de tal modo que elas possam constituir outras tantas informações sintomáticas”. Escolhi essa técnica por concordar com o autor no sentido de que a mesma permitiu uma flexibilidade de resposta. Ou seja, “a liberdade deixada ao entrevistado” facilita o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente.

Para tanto, essa técnica de entrevista não diretiva é mais adequada que outros métodos, pois concede a emergência do conteúdo socioafetivo profundo, o que proporciona ao entrevistado o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente (MICHELAT, 1987).

Para as entrevistas diretivas, fiz uso de questionário semiestruturado, com o propósito de obter informações referentes aos dados pessoais, aos aspectos econômicos e sociais, à unidade de produção e à composição familiar, e de obter um leque de informações para contribuir na investigação deste estudo de caso.

Ao todo, entrevistei 10 camponeses por meio de entrevistas não diretivas e também diretivas e com uso de questionário. Todos são camponeses integrados que possuem contrato com a Empresa BBB. A maioria das entrevistas foi realizada com os homens, não por minha escolha, mas por critério das esposas, que logo me dirigiam para seus maridos, porém, mantendo-se sempre por perto e contribuindo nas repostas.

As entrevistas foram gravadas, com prévia autorização dos entrevistados. Anotei o máximo de informações que considere importantes para a pesquisa. Utilizei

GPS para captar as coordenadas de cada estabelecimento visitado, gravador, máquina fotográfica e o diário de campo. Dessa forma, as conversas descontraídas contribuíram para que o entrevistado agisse naturalmente, seguindo assim o que Mann (1975, p. 99) destaca:

A entrevista é essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde o mais descontraído papo até o mais cuidadosamente pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas dispostas em um programa ou roteiro de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em diversos lugares, como a casa dos camponeses, no local de trabalho, geralmente na roça de mandioca ou no plantio de dendê. As ocorridas na residência, normalmente eram realizadas pela tarde, horário em que os camponeses estavam em casa por ser o período do dia mais quente. Eles priorizam trabalhar pela parte da manhã, e, à tarde, só quando é necessário.

1.6 O Cronograma de Campo

A pesquisa foi realizada em três idas a campo⁶. Nesse primeiro momento, que ocorreu no início do mês de outubro de 2013, em que permaneci no município de Tomé-Açu por dois dias, foi apenas para um reconhecimento do local a ser pesquisado, a comunidade Santa Maria. Ali conheci uma das famílias e consegui a hospedagem para minha próxima ida a campo. No primeiro dia, aproveitei para visitar a Empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), localizada no município de Tomé-Açu, situada no distrito de Quatro Bocas, onde também se localiza a feira na qual os camponeses comercializam suas produções.

Ao chegar na BBB, já tinha contato com um dos técnicos agrícolas que, na época (ano de 2007), trabalhava na Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) enquanto eu trabalhava na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PA do município em questão. Expliquei que era aluna do programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e que realizava uma

⁶ A pesquisa foi realizada com recurso próprio e o apoio financeiro da CAPES no que se refere às diárias da ajuda de custo para viagens de campo.

pesquisa de campo para o mestrado. Isso posto, conversamos a respeito da empresa BBB, e ele me informou em quais comunidades havia camponeses integrados. Naquele momento fui informada de que a empresa possuía 31 camponeses integrados, distribuídos em oito comunidades da região e, dentre elas, a que possuía um quantitativo maior de integrados era a comunidade Santa Maria, motivo pela qual foi escolhida para ser estudada.

Finalizada nossa conversa, fui direcionada a falar com o subgerente da BBB, na época, o Sr. Jailson Takamatsu, para o qual também expliquei o motivo de minha visita à empresa. Ele explicou o objetivo da empresa, bem como suas metas e perspectivas e como se dariam os contratos com os camponeses integrados.

No segundo dia, por intermédio de um amigo da EMATER-PA com o qual trabalhei naquele município e que conhecia quase todos os camponeses da região, fomos até a casa da líder comunitária, Dona “J”, da comunidade Santa Maria, que também é uma camponesa integrada e, como já conhecia meu amigo, recebeu-me com tranquilidade. Segundo a mesma, por ser eu conhecida dele, seria uma pessoa de boa índole. Após essa primeira apresentação, expliquei o objetivo do meu estudo e a necessidade de me hospedar em sua casa para o desenvolvimento da pesquisa. Ela foi bastante solícita e disse que eu poderia contar com sua ajuda. Assim sendo, trocamos contatos e combinamos minha próxima ida a campo.

Nesse segundo momento, na comunidade Santa Maria, após me instalar na morada de Dona J (64 anos), que me acolheu por dez dias com muito carinho, pedi-lhe que me ajudasse no reconhecimento da localidade, e ela prontamente delegou a tarefa a um casal de netos para mostrar-me a comunidade, desde entrada do ramal Santa Maria, que inicia na PA 140, com acesso em frente à Fazenda Estrela Dalva, seguida de toda sua extensão. Ao longo do ramal, encontrava-se as casas de todos os camponeses integrados, bem como as igrejas católicas, os ramais Santa Maria, Marupaúba e Budega, as pontes até o limite do ramal que dá acesso ao município vizinho de Concórdia do Pará.

A segunda ida a campo, momento de ambientação no local e visitas nas residências dos camponeses integrados, deu-se num período de dez dias (02 a 12 de junho de 2014), com os propósitos de obter informações a respeito do histórico

da comunidade, sua formação e composição, e de entrevistar com os camponeses integrados. Durante as entrevistas, além das informações sobre a divisão do trabalho, a forma de organização, as atividades desenvolvidas por esses camponeses e suas famílias, conversamos também sobre a infraestrutura da comunidade, educação, saúde, estrada para escoamento da produção, entre outros.

Assim realizei as entrevistas e pude observar os trabalhos desenvolvidos por esses camponeses durante a semana. No sábado, houve os preparativos para a festividade de Santa Maria, padroeira da comunidade, que contou com a realização de um bingo beneficente que possibilitou a interação entre eu e os moradores. Lavamos e arrumamos a igreja, e trabalhei também vendendo “chope” de frutas, a pedido de Dona. J (64 anos), pois todos estavam ocupados com alguma tarefa. Assim, prontamente me dispus a ajudá-los. Mesmo os que não eram católicos participaram da celebração, foi a melhor oportunidade que tive em reunir a maioria dos camponeses, inclusive os dois mais antigos (Dona J e o Sr. L) da comunidade.

Na semana seguinte, Dona J (64 anos) ficou adoentada e não pode me acompanhar até a casa dos outros camponeses para que eu continuasse as entrevistas. Foi então que ela pediu a sua neta “N”, de 8 anos de idade, que me acompanhasse, pois todos os camponeses a conheciam na comunidade. Nos dias em que ela tinha aula, a menina só me acompanhava pela tarde e, quando não tinha, passava o dia todo andando comigo.

Minha terceira ida a campo, ocorrida em 2015, foi um pouco mais longa, durando 20 dias. Fui com o propósito de entrevistar e observar a rotina de trabalho dos camponeses não integrados. Esse último campo foi extremamente necessário; pois, com isso, pude complementar minha observação a respeito da organização do trabalho com os camponeses integrados e ter um quadro geral sobre a organização de seus trabalhos nos estabelecimentos familiares em ambos os casos.

1.7 Análise de Dados

Quanto ao tratamento e análise dos dados coletados, conforme Beaud e Weber (2007, p. 181), estes devem “visar à explicitação na concisão. É preciso levar a sério o próprio termo ‘relatório’, pois está no processo de ‘prestar contas’, porque

as pessoas têm o direito de pedir-lhe explicações”. Dessa forma, os dados quantitativos foram analisados segundo os temas da pesquisa, sendo tabulados em planilha do Excel e transformados em tabelas e gráficos. Realizamos um tratamento especial com as entrevistas não diretas e diretas, que foram sistematizadas horizontal e verticalmente e confrontadas com o referencial teórico estudado.

Ensejo contribuir de forma significativa ao conhecimento científico sobre a temática da organização do trabalho familiar em relação à influência do cultivo do dendê no nordeste paraense. Como ressalta Brumer et al. (2008, p. 127), pretendo “rever, sob uma perspectiva diferente, teorias ou estudos empíricos já realizados, procurando interligar o pólo conceitual e a pesquisa de campo”.

CAPÍTULO 2 – A COMUNIDADE SANTA MARIA NO NORDESTE PARAENSE

2.1 Nordeste Paraense

O Nordeste Paraense é a área de ocupação mais antiga do estado do Pará, cuja “colonização dirigida remonta ao século XVII” (BATISTA, 2009, p. 34). Essa mesorregião é formada por cinco microrregiões: Bragantina, Cametá, Salgado e Tomé-Açu; e por 49 municípios, segundo a caracterização do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Rebello (2012), em referência a Billot (1995), aponta a “migração de nordestinos e estrangeiros induzida pelo processo de colonização ao longo da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB), pelo *boom* da borracha e pela seca no Nordeste” como as principais causas do “crescimento da população do Nordeste Paraense”, o que resultou em uma série de avanços como o crescimento das cidades, da “[...] rede rodoviária e dos diversos tipos de produção agrícola que levou a sua intensa antropização”, o que também causou negatividades, como o desmatamento de florestas primárias, restando “menos de 5% da superfície total das propriedades agrícolas familiares” (BILLOT, 1995 apud REBELLO, 2012, p. 40).

Nesse mesmo sentido, Penteado (1967) - em seus estudos sobre os “Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará” - destaca que os vários imigrantes nordestinos chegaram ao Pará como “imigrantes de improviso”, atraídos por “histórias da facilidade de enriquecer na Amazônia à custa de seringa, alimentadas por aliciadores nos centros urbanos”.

Ao descrever a História econômica do Pará e suas macrorregiões, Tafner Jr. e Silva (2010, p.125) destacam que, no nordeste paraense, uma das regiões de ocupação mais antiga, predominaram as migrações nordestinas, composta por agricultores nordestinos que vieram fugindo da seca, com baixa escolaridade e pouca cultura associativa.

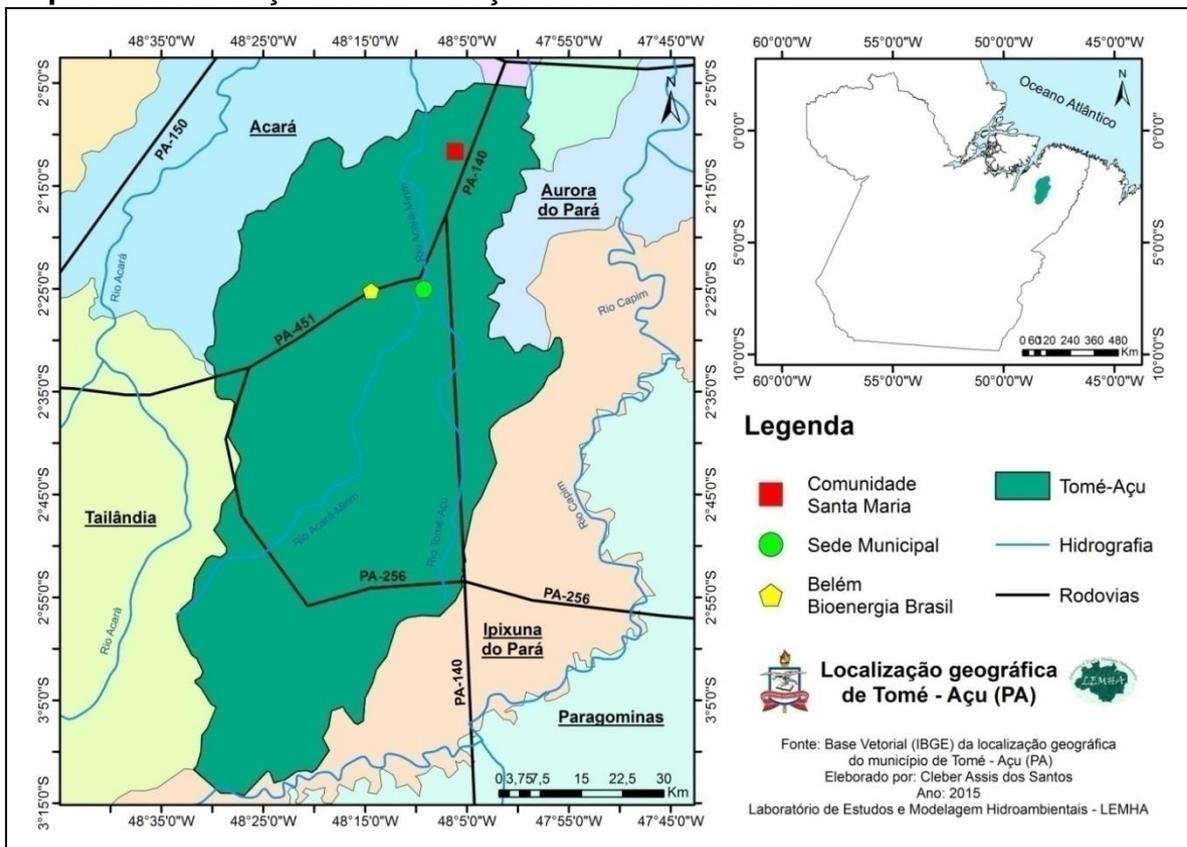
Ademais, os nordestinos culturalmente praticavam a agricultura de corte e queima. Segundo autores como Rebello (2012), em referência a Menezes (1993), “desconheciam os valores de nossas essências florestais, repetindo o tradicionalismo de seus patrícios” (MENEZES apud REBELLO, 2012, p. 95). Comumente desmatavam e ateavam fogo na área para iniciar formação de

pastagens ou plantios de culturas de subsistência, prática que provocava o empobrecimento do solo.

2.2 O Município de Tomé-Açu/PA

A pesquisa foi realizada no município de Tomé-Açu (Mapa 1), que se situa na região nordeste do estado do Pará, pertencente à microrregião de Tomé-Açu (Vale do Acará), sendo os índios Tembés seus primeiros habitantes. Localiza-se distante da capital Belém cerca de 216 km. Segundo o IBGE (2015), em 1955, a promulgação da Lei nº 1127 de 11 de março, constitui uma tentativa de outorgar à Tomé-Açu a sua emancipação de Acará, na condição de Município autônomo. Essa Lei, no entanto, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 4 de outubro de 1955. Em 1959, mediante a Lei Estadual nº 1725, de 17 de agosto o distrito de Tomé-Açu foi à categoria de Município do Estado do Pará, constituído com terras desmembradas do município de Acará.

Mapa 1 – Localização de Tomé-Açu no estado do Pará



Fonte: Pesquisa de Campo 2014.
Elaboração: SANTOS, 2015.

É na Região de Integração do Capim, segundo regionalização utilizada pelo governo do estado do Pará, que Tomé-Açu teve sua origem como antigo povoado do município de Acará, localizado às margens do Rio Acará-Mirim. O município possui uma área territorial de 5.145,361 km², limitando-se, ao Norte, com os municípios de Acará e Concórdia do Pará; ao leste, com São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará; ao Sul, com Ipixuna do Pará; e a oeste, com os municípios de Tailândia e Acará. Em 2010, possuía uma população de 56.518 habitantes, com estimativas de 59.795 para o ano de 2014, e densidade demográfica de 10,98 hab./km² (IBGE, 2015). Segundo informações da EMATER-PARÁ, Tomé-Açu é composta por 83 comunidades, dentre as quais, sete aldeias dos índios Tembés (Acará Mirim, Arumateua, Cuxiú Mirim, Maracaxi, Nova, Tekenay e Turé Mariquita).

No que se refere à produção agrícola do município, o IBGE (2012) aponta como principais culturas plantadas o feijão-caupi, a mandioca, o milho, o arroz, a pimenta-do-reino, o dendê, o açaí, o coco, o cacau, o maracujá e a laranja. No tocante à pecuária, são destaque a criação de bovinos, aves e peixes. Autores como Rebelo (2012), em referência ao IBGE (2012), expõem atividades relacionadas ao extrativismo vegetal, como a retirada de madeira em tora e lenha, bem como citam produtos que não aparecem nas estatísticas oficiais, que denominam como “produtos da economia invisível”, dentre os quais se encontram as “[...] hortaliças, cupuaçu, bacuri, acerola, pupunha, carvão, oleaginosas e outras essências utilizadas nas indústrias de fármacos e cosméticos” (IBGE apud REBELLO, 2012, p. 40).

Quanto a história dos japoneses, inicia-se na Amazônia na década de 1929, com a instalação de sua colônia agrícola no então denominado distrito de Acará. Hoje Tomé-Açu, considerado maior produtor de pimenta-do-reino no nordeste paraense, o que eleva seu reconhecimento na literatura existente (MUTO, 2010). Tal fato deve-se ao sucesso das práticas agrícolas mobilizadas para o cultivo dessa especiaria pelos imigrantes japoneses que se instalaram na região com o apoio dos governos brasileiro e japonês, o que permitiu sua fixação e inserção no trabalho com

essa cultura até o seu declínio, na década de 1970, devido à queda dos preços e às epidemias nos plantios (HOMMA, 2004, BOLFE; BATISTELLA, 2011).

Couto (2013), em referência a Maruoka (2001), aponta dois marcos determinantes para o início do desenvolvimento econômico no município de Tomé-Açu: o primeiro, o cultivo da pimenta-do-reino, e o segundo, a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA).

No que diz respeito à CAMTA, cabe enfatizar que a cooperativa promoveu a inserção dos sistemas agroflorestais na região e absorve a produção de frutas advinda dos agricultores familiares locais. Tal estrutura impulsionou a produção de espécies frutíferas (MARUOKA, 2001; COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU, 2012 apud COUTO, 2013). A CAMTA foi “criada em 1949, para atender suas necessidades imediatas e hoje, produz polpa de frutas para o mercado interno e externo; recebe e vende pimenta-do-reino e cacau e promove o desenvolvimento de novos produtos” (BARROS, 2009, p. 49).

Segundo Homma (2004, p. 3), o período que antecedeu o segundo choque do petróleo, entre os anos de 1970 a 1978, nessa região foi marcado pela introdução de culturas como mamão havaí, melão, cacau, maracujá, dendê, entre outros, com interesse favorecido pelas políticas agrícolas de crédito.

Atualmente o município se destaca pela produção de dendê, tendo sido palco do lançamento do “Programa Nacional de Produção Sustentável de Palma de Óleo”, em 2010. Para Becker (2010), embora a produção dessa oleaginosa já esteja consolidada na região e seja prioritariamente destinada à indústria alimentícia, a partir do lançamento do referido programa, em dezembro de 2004, outros grupos têm apostado na cultura para fins de produção de agrocombustíveis.

2.3 A Comunidade Santa Maria

A comunidade Santa Maria passa por constantes transformações, sobretudo a datar do lançamento em 2010 do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no município de Tomé-Açu e da integração dos camponeses dessa comunidade às empresas de dendeicultura. Em vista disso, influências significativas

ocorreram no modo de vida, na organização do trabalho familiar e na produção das famílias camponesas integradas.

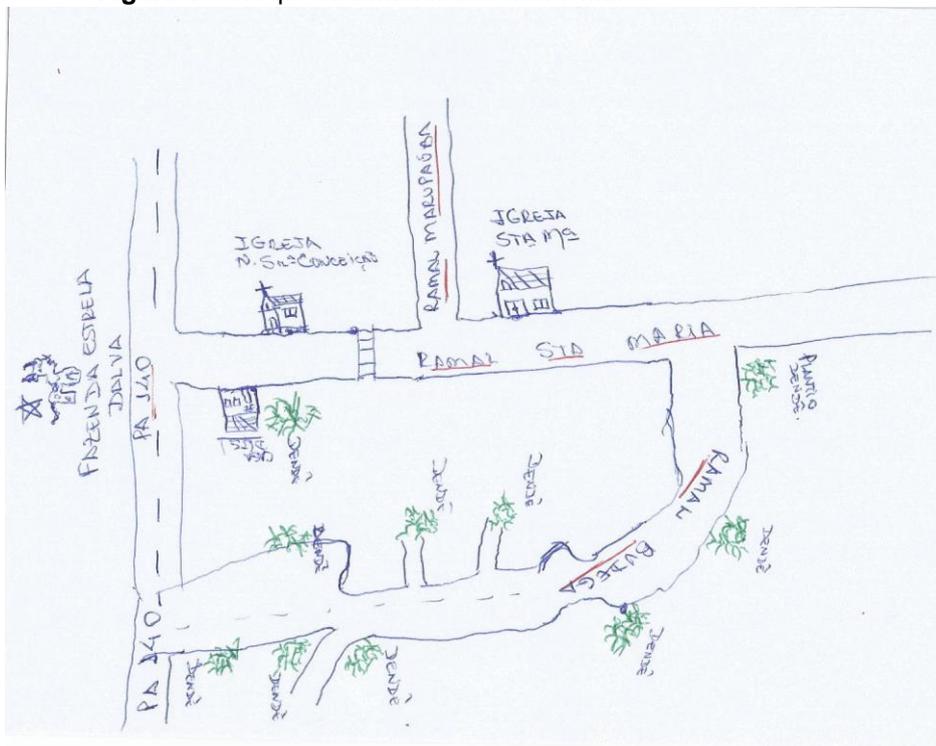
Nesse contexto, este tópico constará de informações relacionadas à localização, história da origem de formação da comunidade, assim como infraestrutura, a vida social e religiosa, a organização social e lazer das famílias na comunidade.

2.3.1 Localização da Comunidade

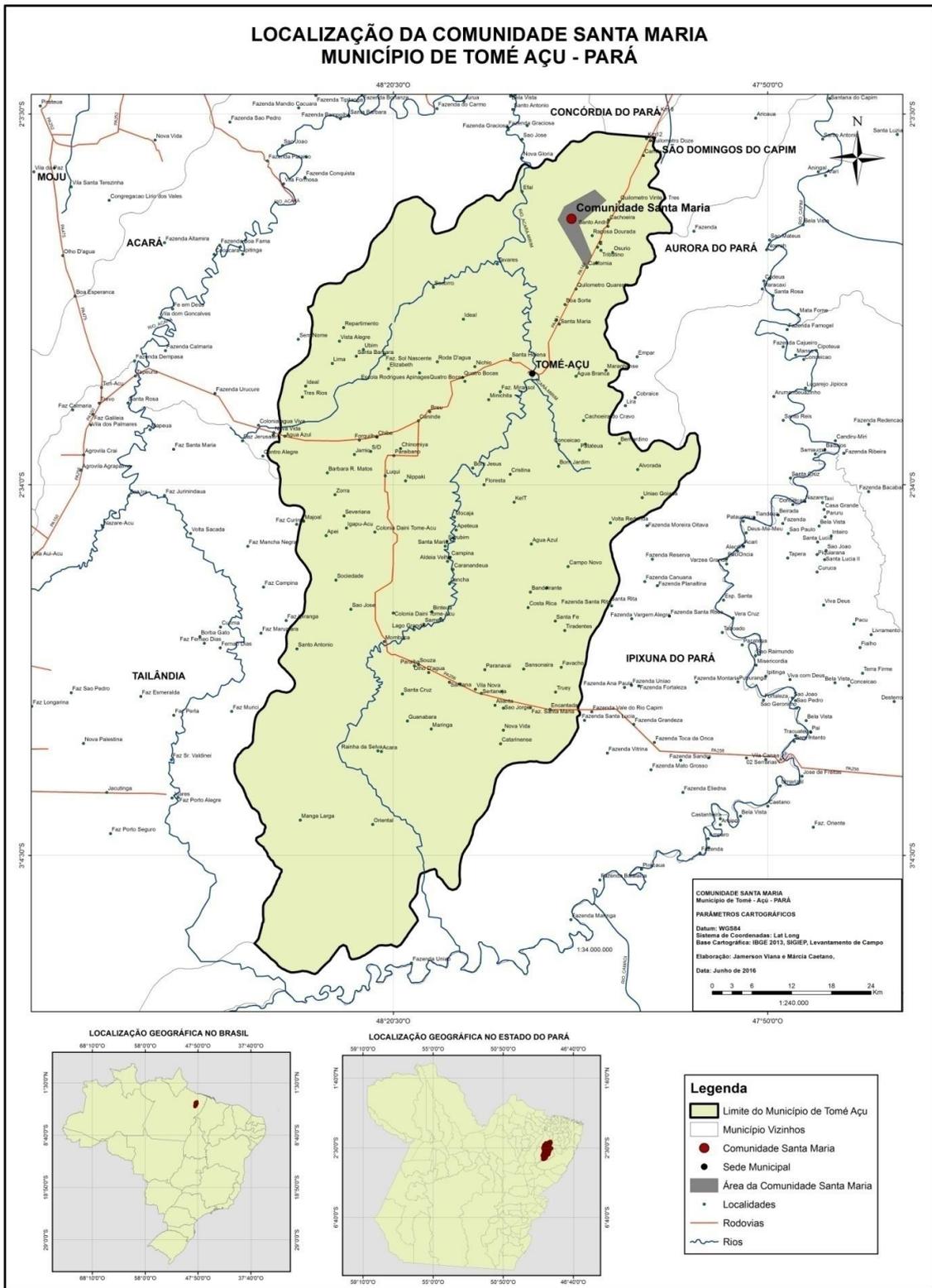
A comunidade Santa Maria localiza-se no km 33 da PA 140 (Mapa 2), sentido Concórdia do Pará – Tomé-Açu. Limita-se, ao norte, pela PA 140; ao sul, com o rio Marupaúba; ao leste, com o município de Concórdia do Pará e, a oeste, com a sede do município de Tomé-Açu.

Além do principal ramal, que é o Santa Maria, o acesso à comunidade se dá também pelo ramal da Budega, com saída no km 23 em Concórdia do Pará através do ramal Marupaúba e por via fluvial do Rio Marupaúba (Figura 1). Todos os ramais da comunidade estão em bom estado de trafegabilidade.

Figura 1 - Croqui da comunidade Santa Maria



Mapa 2 – Localização da comunidade Santa Maria, em Tomé-Açu/Pará.



Fonte: Caetano e Viana, 2016 (Elaboração).

2.3.2 Origem do Lugar

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a comunidade Santa Maria possui aproximadamente 50 anos de existência, caracterizada como uma comunidade rural. A formação da comunidade Santa Maria se deu durante a década de 60, por intermédio de um morador já falecido Sr. Wilson Lima, o qual foi um dos primeiros moradores a habitar a região, juntamente com sua família, sendo sua esposa Sofia Mendonça, e seus três filhos Sebastião Mendonça Lima, Ana Beth Mendonça Lima e Antônio Mendonça Lima.

Naquela época estava se candidatando à Prefeitura Municipal de Tomé-Açu o Sr. Gilberto Sawada, o qual procurou por Wilson Lima para pedir apoio eleitoral, oferecendo-lhe em troca ferramentas para ajudar no seu trabalho, como enxadas, terçado e chapa para torrar farinha. Foi então que Wilson Lima aceitou apoiá-lo. Porém, ele não queria nada do que Sawada havia oferecido, e sim que, se eleito, ele formasse uma colônia para que ele pudesse morar com sua família, pois morava de agregado numa comunidade próxima chamada Mocões.

Após sua eleição a Prefeito Municipal, em 1964, Gilberto Sawada voltou a procurar o Wilson Lima para cumprir a promessa feita e disse que ele poderia juntar os moradores que ele quisesse para formar a colônia que havia pedido. Assim, juntaram-se as famílias dos senhores Wilson Lima, Lourival, Eustáquio, Raimundo Lima e Laudelino, e partiram para as terras ao lado da localidade Mocões, que hoje é a comunidade Santa Maria.

Ao ocuparem as terras, iniciaram plantações de arroz, milho, feijão, mandioca, pimenta-do-reino, cacau, açaí, dentre outras. A produção dessas culturas era vendida para atravessadores que se disponibilizavam a buscá-las à beira do Rio Mocões, tendo em vista que não tinham alternativas de escoar sua produção. As dificuldades nesse sentido foram inevitáveis, pois toda área era composta de “terra selvagem” (quer dizer: toda coberta de selva) (HÉBETTE, 2004, p. 33).

A ocupação da comunidade Santa Maria se deu de forma pacífica, diferentemente do que ocorreu em outros lugares da Amazônia (HÉBETTE, 2004) e, mais especificamente, no Pará. Nesse estado, entre os anos de 1960 e 1970, lavradores do Nordeste (região) e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo que

vinham em busca de terra foram perseguidos por fazendeiros e grileiros. Contudo, houve conflitos que ocasionaram confrontos violentos e mortes de ambos os lados (HÉBETTE, 2004, p. 37).

Estudos sobre os “posseiros do Sudeste do Pará” apontam para a existência do “posseiro com perspectiva camponesa”, isto é, aqueles que têm história de resistência para ocupação da terra e que, para isso, chega a pôr em risco sua vida e a de familiares, “construindo-se e reproduzindo-se como ser coletivo” (GUERRA, 2001, p. 31).

Podemos demonstrar essa história de resistência dos posseiros com seu histórico datado da década de 70, em que costumavam ir andando da comunidade até o centro da cidade de Tomé-Açu, em razão de não existir estrada. Os moradores contavam apenas com um caminho aberto na mata, que hoje é o principal ramal. Costumavam sair da comunidade às 23h e chegavam ao amanhecer, por volta das 7h da manhã, na cidade. Então faziam suas compras e, na volta, amarravam as sacolas em um pedaço de pau suspenso aos ombros, juntamente com o litro de cachaça na mão para descontraír e fazer o trajeto de volta.

Com o passar do tempo, diante das dificuldades de locomoção para escoamento da produção e também de acesso ao tratamento de saúde, alguns posseiros resolveram abandonar seus plantios e voltaram para a beira do rio. Outros foram morar na sede do município. Os que permaneceram na comunidade trocavam ou vendiam seus lotes para outros que vinham de vários lugares (Santa Maria do Pará, Castanhal, Tomé-Açu, Acará, Cametá e do estado da Bahia), que ficaram sabendo da existência dessas áreas na região através de conhecidos e que foram se instalando.

Em consequência, ao longo dos anos 60 e 70, além do principal ramal - que é o Santa Maria, o qual dista 12 km, iniciando na PA 140 e terminando na comunidade Mocões -, foram criados mais dois ramais (Budega e Marupaúba) para facilitar a locomoção dos moradores, pois através do ramal da Budega, assim denominado devido um dos moradores ter uma “vendingha”⁷ a qual era constantemente chamada

⁷ “Vendingha”: assim é denominado o comércio em que se vendem gêneros alimentícios e outros produtos considerados necessários, posteriormente apelidada de Budega pelos moradores. (Expressão verbal dos entrevistados).

por eles de Budega, os moradores teriam acesso à saída pelo km 23 em Concórdia do Pará. Já o ramal Marupaúba, que dá acesso também por via fluvial, foi assim denominado por finalizar à beira desse rio.

Por volta dos anos 70 ao chegarem à região os novos moradores, eram acolhidos e contavam com apoio dos que já estavam instalados na área para se alojarem e trabalharem até poderem comprar um pedaço de terra. Assim ocorreu com algumas das famílias que se destacaram em termos de liderança na comunidade, a família de Dona J. (64) (líder comunitária da comunidade Santa Maria).

Dona J. (64) foi uma das moradoras que negociou o seu lote por um relógio quando veio para a comunidade no ano de 1978, proveniente do município de Santa Maria do Pará. Daí a origem do nome da comunidade, da qual ela é representante. No entanto, antes da família de Dona J. (64) se instalar na comunidade, primeiro veio seu esposo, que é maranhense, motivado na época pela escassez de emprego em Santa Maria do Pará. Desse modo, saiu à procura de emprego no município de Tomé-Açu. Foi então que, ao chegar à comunidade, conseguiu emprego na propriedade de um japonês chamado Tadasho, que já não reside mais na área. Conseguindo o que veio procurar, voltou para buscar a família que ficara em Santa Maria do Pará. Após se instalarem na comunidade e conseguirem suas próprias terras através de trocas, compraram mais três terrenos, e a família foi crescendo e se multiplicando na comunidade Santa Maria. Dona J (64) tem oito filhos e oito netos, sendo que cada um dos filhos já possui um lote de terra. Atualmente é uma das famílias mais numerosas existente na comunidade.

Segundo relatos, o processo de regularização da comunidade se originou a partir do pedido do Sr. Wilson Lima para o representante municipal da época entre os anos de 1969–1973, Sr. Gilberto Sawada. Assim conseguiram solicitar que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) fosse regularizar a área da comunidade Santa Maria. Esse processo de regularização, segundo Dona J.S, demorou aproximadamente 4 anos (1981-1984). Nesse sentido, Hebéte (2004, p. 192), em seus estudos sobre a resistência dos posseiros, reforça que essa “colonização executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -

INCRA era excessivamente morosa, incapaz de absorver esses fluxos; seus procedimentos eram demasiadamente complexos e burocráticos”. Segundo Dona J. (64), antes da regularização do INCRA, cada morador possuía uma gleba, que representava aproximadamente seis terrenos. Após a regularização, cada morador poderia ficar com até quatro lotes de 22 ha cada.

É oportuno destacar que a comunidade Santa Maria é constituída por 58 famílias e 48 casas⁸, foi dividida, por opção dos moradores que a consideram longa, devido possuir uma extensão territorial de aproximadamente 21 km de estrada. O limite entre as comunidades é feito pela igreja de Nossa Sra. da Conceição, localizada na parte Centro⁹ e, dela até o final do ramal, chamado de Beira¹⁰, é localizada a comunidade Santa Maria. Cada uma das duas partes da comunidade queria que os eventos católicos fossem próximos às suas moradias, sendo que as famílias estão localizadas distantes umas das outras. Foi então que chegaram a um consenso e a comunidade ficou dividida em duas partes: Santa Maria, com 37 famílias, tendo como representante Dona J.S (64 anos), e Nossa Senhora da Conceição, com 21 famílias, sendo representada por Sr. L. (77 anos), ambos fazem parte do grupo de primeiros posseiros. Apesar dos moradores terem feito essa divisão legalmente, a comunidade Santa Maria é considerada como uma única.

Santa Maria é constituída pelos ramais Marupaúba, o ramal da Budega e o ramal Santa Maria. O primeiro possui, em sua extensão, a fazenda Morro Alto, com 475,93 ha, um campo de futebol, um bar e o igarapé, que servem de espaço recreativo para os moradores. Já o ramal da Budega conta com duas residências que funcionam como mercearia, a fazenda 3 Irmãos, com 117,74 ha, e uma capelinha de São Sebastião (Foto 1), construída por uma moradora devido a uma promessa feita em agradecimento a uma graça alcançada.

⁸ Possuindo até dois grupos domésticos nucleares ou extensos na mesma residência.

⁹ Centro (Nossa Sra. da Conceição).

¹⁰ Beira (Santa Maria), assim são denominados pelos moradores para diferenciar uma localidade da outra

Foto 1 - Capela Particular de São Sebastião de Dona M (62 anos)



Fonte: Pesquisa de Campo 2014.

O principal ramal, no entanto, é o Santa Maria, no qual, além das residências familiares, encontramos duas que são utilizadas como bar na parte frontal, servindo como ponto de encontro de alguns moradores, uma igreja católica (Santa Maria), uma igreja evangélica (Assembleia de Deus), a primeira e única escola municipal São Carlos, fundada no ano de 1979, dividida em Educação Infantil – Alfa, pré I e Pré II – e Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano. As turmas de Educação Infantil funcionam no turno da manhã, ao passo que as turmas de Ensino Fundamental têm aulas no turno da tarde, cabendo ressaltar que apenas uma professora funcionária municipal atende todas as turmas. O ramal também conta com a fazenda São José, com 914,63 há, no final do ramal e até o término deste estudo foi presenciado no início desse ramal, próximo à PA 140, a derrubada e queimada de uma extensa área da comunidade para a instalação de uma nova fazenda.

Segundo os entrevistados, o baixo índice de famílias existentes na comunidade deve-se ao fato de grande parte da área ter sido vendida para fazendeiros. Tal fato iniciou-se por um dos filhos do já falecido Sr. Wilson Lima o qual até hoje compra e vende terras na região.

É por isso que tá tudo aberto, tudo limpo. Antes de ter fazenda aí, os garapé era tudo garapé grande que tinha, aí como eles fizeram muita fazenda né, aí acabou. O dono do terreno já vendeu pra esse aí da frente da comunidade, é por isso que tá tudo aberto, o trator já passou, já quebrou tudo, tá tudo limpo (Sra. E. 39 anos).

Esse processo contribuiu para a alteração da paisagem natural e diminuição do quantitativo de famílias, que acreditavam que vendendo suas terras e migrando para a cidade teriam melhores condições de vida. Outras venderam e passaram a morar como agregados em localidades próximas ou trabalhando para os fazendeiros na comunidade.

2.3.3 A Vida Social das Famílias na Comunidade (infraestrutura, o lazer, as associações, vida religiosa e medicina popular).

2.3.3.1 Infraestrutura da Comunidade

As estruturas físicas das casas na comunidade são, em maioria, de alvenaria, e algumas, em madeira, pois, segundo relatos, apesar de alguns moradores terem tido acesso ao crédito habitação do INCRA, poucos se interessaram para organizar a documentação e firmarem o contrato. Portanto, das oito casas que seriam financiadas pelo projeto, apenas três foram construídas, padronizadas em alvenaria, compostas de quatro cômodos, sendo uma sala, dois quartos e um banheiro. As famílias que tiveram condições financeiras já ampliaram suas residências para comportar todo o grupo familiar.

A água encanada veio junto com a energia elétrica, no ano de 2007, pois com esta última foi possível a utilização de bombas d'água na maioria das casas distribuídas nos seus três ramais (Marupaúba, Budega e Santa Maria). Até o término da pesquisa (julho de 2015), a comunidade estava desprovida de posto de saúde. Caso algum morador necessitasse de qualquer atendimento médico, teria que se deslocar até a sede do município. Entretanto, juntamente com a reforma da escola (Ver Foto 2 e 3), foi construído um prédio anexo para futuramente ser instalado o posto de saúde, mas nada estava definido, segundo informações dos entrevistados.

Foto 2 – Escola antes da reforma.

Fonte: Pesquisa de Campo 2014.

Foto 3 – Escola após reforma.

Fonte: Pesquisa de Campo 2015.

No que se trata do deslocamento dos jovens para cursarem o ensino médio na sede do município, a prefeitura disponibiliza um ônibus escolar para buscar e deixar os alunos na comunidade. Segundo relatos dos entrevistados, os ônibus trafegam em condições regulares, buscando os jovens na comunidade por volta das 6h e retornando às 12h e, no período noturno, nos horários de 18h e, para o retorno, 22h.

Quanto ao deslocamento dos moradores da comunidade para “rua”¹¹, eles utilizam em forma de carona o ônibus escolar durante o período letivo e o carro da quinzena¹², que vai à comunidade de 15 em 15 dias. No período de férias escolares, os moradores dependem de um ônibus particular, cuja passagem custa R\$ 7,50 (ida) e 7,50 (volta), e que não trafega por toda a comunidade, mas apenas até a frente da igreja Santa Maria, sob o argumento de que após esse ponto há poucas famílias, o que representa um gasto de combustível desnecessário para o proprietário. Desse modo, os menos favorecidos têm que caminhar quilômetros caso necessitem apanhar o ônibus.

¹¹ Termo utilizado pelos moradores da comunidade quando se deslocam a qualquer lugar que seja fora da comunidade, comumente é feito até a sede municipal.

¹² Transporte coletivo fornecido pela prefeitura municipal para transportar a produção dos camponeses até a feira de produtores, localizada no distrito de Quatro Bocas, município de Tomé-Açu.

2.3.3.2 Organizações Sociais

Associação

Quanto à organização associativa na comunidade Santa Maria, foi criada a associação comunitária São Carlos no ano de 2006, legalizada e registrada em cartório pelos moradores, tendo como presidente Dona J.S (64 anos) e 24 sócios que se reúnem de dois em dois meses para tratarem de assuntos referentes a projetos de financiamentos, pimentas e mudas diversas, assim como o projeto de assentamento do INCRA para a construção de casas na comunidade. Os sócios contribuíam com mensalidades no valor de R\$ 5,00 para despesas da associação.

Segundo relatos dos entrevistados, após essas conquistas, muitos foram deixando de pagar a mensalidade e acabaram abandonando a associação por falta de interesse. Atualmente Dona J. (64 anos) continua liderando alguns assuntos referentes a benefícios para a comunidade, porém, informalmente, pois a documentação da associação não se encontra em dia.

Organizações Religiosas

Verifiquei na comunidade a existência de dois grupos religiosos distintos, evangélicos e católicos. Ambos convivem em aparente harmonia e participam de reuniões na comunidade quando necessário.

Evangélicos

Constatamos a existência de uma igreja evangélica da congregação Assembleia de Deus, denominada “Deus Proverá”. Ela realiza seus cultos três vezes por semana (domingo, quarta e sexta-feira). Nesse grupo, estão matriculadas 27 pessoas, embora nem todos frequentem. Atualmente, participam: três jovens; sete mulheres, três homens e oito crianças. Comumente são realizadas atividades aos domingos, com a escola dominical de 8 as 10h da manhã (para os adultos). A comunidade evangélica possui três grupos: um com crianças (7 a 10 anos), outro

com adolescentes, e um terceiro com os adultos. Estes dois últimos participam de estudos bíblicos orientados pelo pastor da igreja.

Para arrecadar verbas para obras na igreja (Foto 4), os integrantes contribuem mensalmente com o dízimo, sendo o valor pago de acordo com a possibilidade de cada pessoa, além de contribuírem com ofertas em cada encontro de que participam na igreja. Quanto à festividade, não é sempre que realizam, a não ser que haja alguma obra grande na igreja e precisem arrecadar um valor bem maior que o comum. A última festividade foi realizada há dois anos.

Foto 4 – Igreja evangélica: Assembleia de Deus



Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Católicos

Na comunidade Santa Maria, existem 37 famílias, todas católicas, que participam das celebrações aos domingos, as quais são realizadas e organizadas pelos próprios comunitários. É o momento de orações, cânticos e louvores.

Numa frequência mais ou menos bimestral, ocorre uma celebração em cujo final organizam um bingo, vendidos a preços simbólicos entre os participantes com prêmios como: galinha caipira, galetto assado e garrafa térmica. Além das vendas de comidas, refrigerantes, chope de frutas, tudo em prol de arrecadar fundos para investir na melhoria da igreja.

Na comunidade, são realizadas duas missas por ano; pois, segundo relatos dos entrevistados, não há padres o suficiente para atender todas as comunidades do município e também não há datas fixadas para realização dessa missa. Apesar de a comunidade contar com duas igrejas católicas, Santa Maria (Foto 5) e Nossa Senhora da Conceição (Foto 6), a primeira é considerada a oficial pelos padres que realizam anualmente a missa. Assim sendo, missas sempre são realizadas na localidade de Santa Maria.

A principal festa religiosa é a de Santa Maria, realizada nos meses de novembro a dezembro, dependendo do período de disponibilidade para realização das missas nesses meses. A organização das festividades está centralizada na família de Dona J. (64 anos), que é representante da comunidade. Juntamente com suas filhas, Dona J. é responsável pela limpeza, arrumação e programação que ocorre na igreja.

Foto 5 – Igreja católica de Santa Maria



Fonte: Pesquisa de Campo 2015.

Foto 6 – Igreja católica Nossa Sra. da Conceição



Fonte: Pesquisa de Campo 2015.

2.3.3.3 O Lazer

Na comunidade, existem três locais que servem de recreação ao comunitário: um campo de futebol, três igarapés e dois bares. Desse modo, o final de semana é o mais esperado pelos comunitários. Pois, o ônibus particular, que sai pela manhã para leva-los para fazer compras ou vender alguma produção e voltar no fim da tarde, a maioria aproveita também para passear na cidade. Os que ficam na comunidade aproveitam para se divertir normalmente com jogos no campo de futebol, banhos de igarapés (Foto 7), divertimento nos bares, todos localizados dentro da comunidade. Além disso, em dias de lua cheia e minguante, as mulheres e os homens costumam sair à noite para pescar, pois consideram dias propícios para a atividade.

Nesses espaços recreativos, registramos relatos de alguns entrevistados, que há grande frequência de jovens nos bares, onde passam a noite bebendo. Muitos deles não querem trabalhar com a família na agricultura. Os que conseguem emprego ainda trabalham na cidade, outros, porém, ficam na casa dos pais, assistindo TV, ou na rua, jogando conversa fora com seus pares.

Foto 7 - Igarapé, o local de lazer da comunidade.



Fonte: Pesquisa de Campo 2015.

2.3.3.4 Medicina Popular

É oportuno destacar a prática da medicina popular na comunidade, exercida por Dona. M (62 anos), curandeira e uma das moradoras mais antigas. Em conversa com a mesma fui informada de que, devido à carência de médicos e ao difícil acesso no início de formação da comunidade para se chegar até o hospital municipal, ela realizou vários partos. Atualmente já não realiza partos, devido à facilidade de acesso aos hospitais, porém, ainda é procurada por diversos moradores que acreditam na cura através da medicina caseira baseada em ervas medicinais. Além das práticas religiosas que se estabelecem por meio de benzeduras em crianças, a curandeira cura rasgaduras com emplastos, “puxar ou põe no lugar” membros do corpo que foram deslocados e puxa barriga de mulheres grávidas para que a criança fique encaixada para o parto.

Ao indagar Dona M. (62 anos) sobre como ela adquiriu tal conhecimento para desenvolver essas habilidades, ela informou que desde seus sete anos de idade ela escutava vozes dizendo como deveria proceder e como rezar. Assim, quando ocorria alguma situação que necessitasse dos seus dons, ela apenas se concentrava e começava a rezar, e vinha em sua mente tudo o que deveria ser feito. Tais práticas começaram a ser realizadas a partir de seus 13 anos de idade, e assim permanecerá até quando Deus quiser (informação verbal).

CAPÍTULO 3 – A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS E SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Neste capítulo, caracterizo as atividades realizadas pelos 10 grupos domésticos integrados ao cultivo do dendê, detalhando sua forma de organização do trabalho, assim como as culturas desenvolvidas em seus estabelecimentos, o tamanho da área e qual ocupação dada a ela. Inicialmente descreverei as atividades desenvolvidas por cada grupo doméstico, posteriormente destacarei suas diferenças e semelhanças no que se refere ao trabalho, assim como suas (in) satisfações com a nova forma de produzir.

3.1 Os Grupos Domésticos

Considerando que esta pesquisa estuda a organização do trabalho familiar, fez-se necessário analisar um dos seus principais componentes, o grupo doméstico, o qual Afonso (2000) destaca que revelou ser um foco de análise privilegiado, assim como “uma unidade de observação particularmente adequada para estudar processos de mudanças sociais” (AFONSO, 2000, p. 153).

Durante a pesquisa de campo na comunidade Santa Maria, encontramos vários tipos de grupos domésticos, que neste trabalho serão entendidos diferentemente da definição de família, uma vez que concordamos com a ideia da seguinte autora:

[...] os termos *família* e *grupo doméstico*, embora raramente sujeitos a uma definição formal, expressam na maioria das vezes dois princípios organizacionais distintos: o primeiro liga-se ao parentesco e o último à residência e ainda segundo a autora, em relação à definição de grupo doméstico na produção do discurso antropológico, este último não se restringe apenas a critérios residenciais, mas também no conjunto de atividades partilhadas num espaço comum, ou seja, As atividades de índole doméstica (relacionadas com a produção e consumo alimentar, a reprodução sexual e os cuidados com os filhos) constituem assim a especificidade do grupo doméstico e permitem delimitar os contornos destas unidades primárias (YANAGISAKO, 1979, apud AFONSO, 2000, p. 157).

Diante disso, posso compreender que a definição de grupo doméstico exposta acima está intimamente relacionada aos preceitos residenciais, bem como as ações desenvolvidas “num espaço comum” (YANAGISAKO, 1979 apud AFONSO, 2000, p. 157). Desse modo, compactuamos com as análises de Fortes (1974), que diz que “a fábrica, por assim dizer, da reprodução social é o grupo doméstico”, sendo o responsável tanto pela sua reprodução física como social (FORTES, 1974, p. 3).

Em seu estudo sobre “O Grupo Doméstico no Campesinato”, Wolf (1976, p. 89) tipifica as famílias camponesas em nuclear ou conjugal e famílias extensas. A primeira “consiste em um homem e uma mulher, casados e sua prole”, e a segunda se refere àqueles conjuntos “que agrupam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares”. Dessa maneira, encontramos nos dez grupos domésticos estudados os dois tipos citados por Wolf (1976), sendo cinco do tipo nuclear, quatro extensas, e um coordenado por avó, conforme exposto no quadro abaixo.

Quadro 2 - Grupos domésticos existentes de camponeses integrados

Grupos Domésticos (GDs)	Constituição	Quantidades
Nuclear	Casal e filhos biológicos	05
Extensos	Convive o casal e seus filhos biológicos e outros que possuem algum grau de parentesco.	04
Coordenado por avó	Coordenado pela avó sem interferências dos pais biológicos.	01
Total de GD		10

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O Quadro 2 retrata os tipos dos grupos domésticos de camponeses integrados existentes na comunidade em estudo, dos quais identificamos 50% como nucleares, isto é, constituídos pelo casal e os filhos biológicos. Os demais 40% são constituídos de grupos extensos, ou seja, residências composta pelo casal, filhos biológicos e outros que possuem algum parentesco. E apenas 10% são coordenados por avó, sem interferência dos pais biológicos.

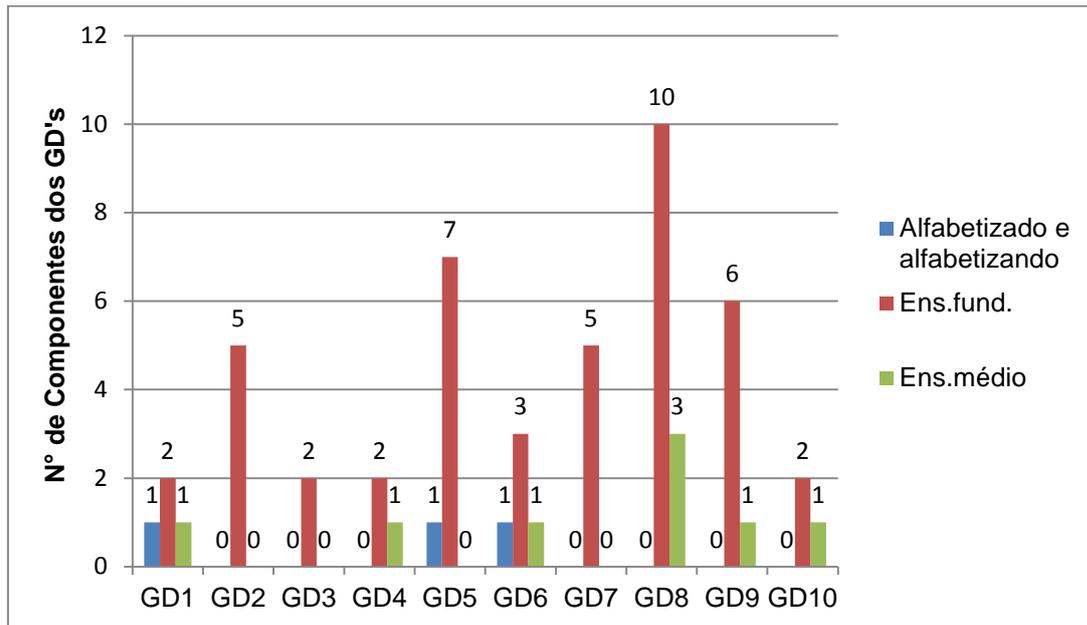
Fortes (1974) também tipifica os grupos domésticos em dois grupos: nuclear e extenso. E vai além, identificando três fases no ciclo de desenvolvimento do grupo

doméstico, quais sejam: expansão, dispersão e substituição. Neste trabalho, verifiquei que os camponeses entrevistados se enquadram na “fase de expansão, que vai desde o casamento de duas pessoas até a completa formação de sua família de procriação” (FORTES, 1974, p. 3).

Estudos realizados por Mota (2014) no Nordeste Paraense demonstram que “[...] na quase totalidade dos casos evidências indicam que o grupo doméstico extenso consiste numa residência temporária de filhas casadas ou com uniões consensuais que habitam com os pais provisoriamente [...]” (MOTA, 2014, p. 306). Encontrei nos grupos pesquisados o que Wolf (1976) chama de “famílias nucleares pertencentes a diversas gerações”, ou seja, os filhos (as) de camponeses que moram com seus parceiros sob o teto do chefe da família, compondo assim outro grupo nuclear (WOLF, 1976, p. 88). Também encontrei um grupo doméstico distinto desta definição, que é o coordenado pela avó, pois suas filhas já residem em outros locais.

Segundo Batista (2009), pesquisadores possuem interesses ao analisar internamente a diferenciação dos grupos domésticos, pois assim é possível compreender “como esses grupos se organizam, em função da própria diversidade de tipos que podem ser encontrados ao longo do tempo e do espaço” (BATISTA, 2009, p. 57).

No fator diferenciação entre os grupos, incluí a busca pela escolarização. Neste sentido apresento algumas especificidades do grau de escolaridade (Gráfico – 1) dos componentes dos 10 grupos domésticos pesquisados. Dessa forma, os filhos que não estudam são duas crianças de colo (GD6) e duas crianças que estão em fase de alfabetização (GD5 e GD6). Encontrei apenas um grupo em que o pai da família é alfabetizado (GD1). Nos demais casos, incluindo o GD10 que é coordenado pela avó, os adultos possuem o nível fundamental. No que se refere ao nível médio, apenas uma das mães (GD4) tem essa escolaridade. Quanto à escolaridade em geral dos filhos nos dez GDs, encontrei em dois que concluíram (GD1 e GD10) e um filho (GD8) está concluindo o nível médio.

Gráfico 1 – Escolaridade dos membros dos GD's

Fonte: Elaboração da Autora a partir da pesquisa de campo

Convém ressaltar que quando entrevistados sobre sua escolaridade, muitos se justificam por não ter estudado. Os que são pais apontam o fato de terem constituído família e passado a trabalhar além do habitual para mantê-las. E as mães justificam que engravidaram e passaram a se dedicar à família.

Dentre os grupos domésticos estudados, percebi durante as entrevistas que os pais têm uma grande preocupação de manterem os filhos estudando, os quais, na medida do possível, contribuem com o trabalho da família, normalmente aos sábados, dia em que não têm aulas. Manter as crianças na escola possibilita uma chance de melhorarem de vida no futuro e também possibilita o acesso à Bolsa Família, o que contribui como renda extra da família. De fato, o papel destinado às crianças e aos jovens da comunidade pesquisada é o estudo.

3.1.1 Caracterização dos 10 Grupos Domésticos Integrados

Grupo Doméstico - 1: é composto por quatro membros: o pai, a mãe, um filho de 21 anos e uma filha de 6 anos. É o único GD que mora na sede do município em Tomé-Açu, distanciando-se 23 km da comunidade Santa Maria, onde possuem, desde 1986, seu lote, denominado Sítio São Francisco, de área total de 22 ha, sendo 1 ha de reserva legal, 10 ha disponibilizados para o cultivo de dendê e 1 ha de roça de mandioca. Os outros 10 ha servem a culturas como a pimenta-do-reino, entre outras, não havendo criação animal. No que se refere ao tempo de experiência na agricultura, o grupo doméstico trabalha há aproximadamente 41 anos.

Apesar de residirem na sede do município, o pai de família passa a semana na casa dos sogros, na comunidade Santa Maria, e os fins de semana em sua casa, localizada na sede do município. Sua esposa fica na cidade por causa dos filhos que estudam. Ela e o filho vão esporadicamente ao lote.

Quanto à roça de mandioca, a família possui um plantio de quatro tarefas, o equivalente a 1ha, da qual fazem e vendem a farinha de mandioca, somando aproximadamente doze sacas de 60 kg/ano que são comercializadas no valor de R\$ 100,00 segundo informações do pai da família.

Grupo Doméstico - 2: sua composição é de quatro membros (pai, mãe, um filho de 14 anos e uma filha de 11 anos de idade). Difere do primeiro GD com relação à participação dos filhos no trabalho familiar. Porém, eles trabalham no lote apenas aos sábados, pois durante a semana frequentam as aulas na sede do município, para onde se deslocam com o ônibus escolar que a prefeitura municipal disponibiliza todos os dias aos jovens que estudam fora da comunidade.

Reside no lote denominado Sítio Fé em Deus desde 1974, que possui área total de 37 hectares, 10 ha de plantio de dendê, 1 ha com roça de mandioca, e com fruticultura (0,5 ha bananas, 1 ha açaí, 1 ha pupunha, 1 ha cupuaçu), 0,5 ha com pimenta e 1 ha com culturas alimentares (arroz, milho e feijão) e o restante de reserva legal. Possui criação animal (peixe, galinha e porco). No que se refere ao tempo de experiência na agricultura, trabalha há aproximadamente 40 anos.

Grupo Doméstico - 3: é constituído apenas pelo pai, a mãe e uma filha com 2 anos de idade. Residem desde o ano de 1992 no lote denominado Sítio Santa Rosa, que possui contrato de doação¹³ de 10 ha, firmado entre avô (doador) e neto (donatário) no ano 2012. Desse total, 1 ha é de reserva legal¹⁴, 1ha é de mandioca, e 8 ha são destinados ao plantio de dendê. No que se refere ao tempo de experiência na agricultura, trabalham há aproximadamente oito anos (trabalham há pouco tempo por serem um casal de jovens).

Uma questão importante a se mencionar é a busca por educação realizada pelo pai, que, no período da noite, vai para a cidade estudar. Até o término da pesquisa, ele cursava a 3ª etapa do Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA. O estudo é considerado por ele como uma possibilidade de melhorar a situação da família e estimular o filho a buscar ascensão social.

Grupo Doméstico - 4: é semelhante a composição do GD3 (pai, mãe e uma filha com 8 anos de idade). Seu lote é denominado de Sítio Boa Esperança II. Moram, desde o ano de 1999, no local, o qual possui uma área de 57 ha, em que 10 ha são de reserva legal, 10 ha são destinados ao dendê, 1 ha tem mandioca, 1 ha é de milho, 1 ha tem açaí, 0,5 ha destina-se a bananas e 200 pés de cacau. Há também criação de galinhas. Esse é o grupo doméstico que trabalha há menos tempo na agricultura, tendo apenas 2 anos de experiência antes do dendê (trabalham há pouco tempo por serem um casal de jovens).

Grupo Doméstico - 5: é um dos grupos domésticos mais numerosos da comunidade, com 10 integrantes distribuídos entre pai, mãe, quatro filhos (13,14, 16 e 20 anos), duas filhas (12 e 18 anos), um genro com 20 anos e um neto com 5 anos de idade. Todos residem, desde o ano de 1999, no lote denominado de Sítio Recreio, o qual possui área total de 20 ha, em que 10 ha são ocupados com plantio de dendê, 2 ha são de reserva legal, 0,5 ha tem mandioca e ainda açaí e cacau em

¹³ “O artigo 538 do Código Civil define a doação como o contrato em que uma das partes, por liberalidade, transfere bens ou vantagens do seu patrimônio para terceiro, que os aceita” (LUZ, 2014, p. 3).

¹⁴ Disponível no site do IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA – 25 a 28/11/2013. <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/V-032.pdf>

pouca quantidade (não souberam informar) apenas para o autoconsumo. Não há criação animal. No que se refere ao tempo de experiência na agricultura, trabalham há aproximadamente 15 anos.

Grupo Doméstico - 6: é o único no qual o integrado responsável é solteiro, embora more junto a seus familiares, dentre eles uma irmã com 27 anos, dois irmãos com 22 e 23 anos, um cunhado com 24 anos e três sobrinhos (com 3, 5 e 6 anos). Possui contrato de doação (igualmente ao GD3) desde 2012. Todos residem na propriedade denominada Sitio Fé em Deus desde o ano de 1994. O sítio tem 50 hectares de área total, dos quais 2 ha são de reserva legal, 1ha está ocupado com plantio de mandioca, e 10 ha com dendê. Não possui criação animal. No que se refere ao tempo de experiência na agricultura, trabalham há aproximadamente 10 anos, pois iniciaram a trabalhar com seus pais.

Grupo Doméstico - 7: é composto por cinco integrantes: pai, mãe, uma filha com 11 anos de idade e dois filhos com 8 e 13 anos de idade. Residem, desde 1988, na propriedade denominada Sítio Três irmãos. Esta tem 52 ha de área total, sendo 8 ha de área de reserva legal, 10 ha destinados ao plantio de dendê, e 1ha ocupado com plantio de mandioca. Essas duas culturas são suas principais atividades econômicas, já que não possuem criação animal. Em se tratando de tempo de experiência na agricultura, têm 20 anos de atividade.

Grupo Doméstico - 8: é o mais numeroso dentre todos os outros integrados. É composto por treze integrantes: pai (separado da esposa), dois filhos (17 e 25 anos) e dez irmãos maiores de dezoito anos. Residem desde o ano de 1957 no lote denominado Sítio São João, que possui uma área total de 52 ha, sendo 2,5 ha de reserva legal, e parte ocupado com as seguintes culturas: 10 ha de dendê, 1 ha de mandioca, 0,5 ha de milho, 1 ha de arroz e 0,5 ha de pimenta. Não há criação animal. O pai de família já trabalha na agricultura desde muito jovem, somando 45 anos de experiência.

Grupo Doméstico - 9: é também um dos mais numerosos, mas não tanto quanto o GD 8. Este é constituído de oito integrantes: pai, mãe, seis filhos (1, 5, 7, 9, 13 e 19 anos de idade). Residem desde 1970 no lote denominado Sítio Recreio, que tem uma área total de 12 ha. Desse total de área, 10 ha estão ocupados com dendê, 1 ha com mandioca, 0,5 ha com arroz e milho e uns 60 pés de pimenta e frutíferas espalhadas ao longo do terreno, utilizados apenas para o consumo da família. O GD tem criação de aves (galinha e peru) e porcos. Quanto ao tempo trabalhado na agricultura, o pai da família tem 27 anos.

Grupo Doméstico - 10: é composto por três integrantes, e chefiado pela avó, que reside junto com seus dois netos, um com 19 e outro com 23 anos de idade. O ano de acesso ao lote foi 1978. O lote é denominado Sítio São Benedito, com 70 ha de área total e 28 ha de reserva legal. A área está ocupada com 10 ha de dendê, 5 ha de açaí, 0,5 ha de cupuaçu, 0,5 ha de pimenta, 1,5 ha de mandioca, 600 pés de cacau, 400 pés de coco e 50 pés de laranja. As frutíferas não são comercializadas, servindo apenas ao consumo da família. Não conta com criação animal. Em se tratando de tempo trabalhado na agricultura, a chefe do grupo doméstico tem 52 anos de experiência.

Assim, levando em consideração o número de membros familiares, observei que a média é de seis membros nos dez grupos domésticos. Este número pode ser visto de forma favorável nos GD5, GD6 e GD8 em relação ao número de adultos e de jovens que contribuem com a mão de obra familiar. Em outros GDs, os membros da família são crianças e adolescentes que ainda não participam ativamente do trabalho na agricultura.

Quanto às principais atividades econômicas desenvolvidas nos grupos domésticos, verifiquei como destaque os cultivos de mandioca para a produção da farinha e o dendê. Os GD2, GD8, GD9 e GD10, além destas culturas, também produzem frutíferas e criam pequenos animais.

No que trata da renda dos dez grupos domésticos é composta de forma diversa: i) dos recursos advindos da venda da produção (GD3 e GD9); ii) dos recursos advindos da produção e da venda de dias de trabalho (diárias) por

membros da família (GD6, GD7 e GD8); iii) do Bolsa Família em alguns grupos (GD1 e GD5); iv) de pensão (GD2); e v) de salário por trabalharem fora do estabelecimento (GD4 e GD10). Além disso, todos os grupos domésticos possuem financiamento recebendo parcelas fixas para investirem no cultivo do dendê.

3.2 Os Sistemas Produtivos

Para compreender a importância da produção agrícola para a família, utilizei a abordagem de Heredia (1979), a qual explicita que “o cultivo dos produtos agrícolas é fundamental para o consumo familiar mesmo quando este é mediatizado através da venda” (HERÉDIA, 1979, p. 49).

Para um melhor entendimento das atividades nos lotes dos grupos domésticos, é oportuno descrever como é desenvolvido o trabalho nos seus sistemas produtivos (dendê, roça de mandioca, frutíferas e das criações de pequenos animais), desde os tratos culturais aos cuidados.

As relações sociais na Comunidade Santa Maria baseavam-se em torno de suas unidades produtivas, local de vida e trabalho das famílias (Garcia Jr, 1983). Com o passar do tempo, essas unidades foram sofrendo transformações tanto na composição familiar quanto em suas áreas produtivas, com a introdução de culturas que se diferenciam das antigas por consistirem em uma “nova forma de produzir” despertando um olhar com visões econômicas e produtivas nos camponeses.

No início da formação da comunidade, durante a década de 60, a renda dos grupos domésticos provinha da agricultura, com plantios das seguintes culturas alimentares: mandioca, milho, feijão, arroz. A criação de pequenos animais, de pimenta do reino, frutíferas, entre outras, serviam primeiramente à alimentação. Com o passar dos anos, houve uma diminuição desses cultivos, que - segundo relatos dos entrevistados - foi resultante de uma “doença que apareceu no solo” (informação verbal), cujo nome não souberam informar, que ocasionava a podridão das raízes das plantas. Na época, a moléstia foi identificada (visualmente) por um técnico enviado pela prefeitura municipal. Este afirmou precisar de uma análise detalhada do solo para confirmar seu diagnóstico. Por não haver conhecimento por parte dos

moradores para buscar soluções para correção do solo, a doença continuou afetando suas produções.

Com essa problemática, passaram a produzir bem menos, o que os levou a comprar seus alimentos na cidade com o dinheiro que arrecadavam com a venda da farinha de mandioca. É importante ressaltar que o problema no solo não ocorria em todas as áreas, e as poucas que restaram serviram para serem trabalhadas. Atualmente a renda dos grupos domésticos integrados ainda é proveniente da agricultura, somado à renda extra de benefícios e/ou composta do salário das esposas que também trabalham fora de seus estabelecimentos.

As culturas em maior evidência e mais comercializadas na comunidade são a mandioca (a maior parte para consumo familiar) e mais recentemente o dendê. Esta última é plantada nos estabelecimentos dos 10 grupos domésticos. Os camponeses voltaram a plantar diversas culturas em pequena escala por acreditarem que, com o passar dos anos, as áreas foram naturalmente recuperadas, podendo assim serem novamente cultivadas. Eles utilizam as frutíferas e as criações de pequenos animais principalmente para alimentação familiar e, quando necessário, costumam comercializar ou até trocar parte da produção por outras com os vizinhos, como por exemplo, a troca de farinha e de frutas por carne enlatada, peixe ou frango, entre outras. Por isso, não costumam anotar o quantitativo dessa produção.

Na Tabela 1 apresentamos os lotes dos camponeses e seus distintos tamanhos de área. Destacamos que em quatro estabelecimentos existe uma variação de 10 a 30 hectares (GDs 1, 3, 5 e 9). Somente um lote tem área de 37 hectares (GD2), seguindo-se de quatro lotes de maior extensão que se encontram entre 50 a 60 hectares (GDs 4, 6, 7 e 8). Há somente um lote com tamanho de 70 hectares (GD10). Destacamos que, do total de dez lotes, nove utilizam 10 hectares exclusivamente para os plantios de dendê, e apenas uma família utiliza 8 hectares, por ela possuir apenas 10 hectares de área total (GD3).

Para outras culturas e criação de pequenos animais, as áreas utilizadas variam entre 1 e 3 hectares, havendo exceção para a cultura da mandioca, que em todos os estabelecimentos estudados ocupa uma área de 1 hectare. Apenas em um estabelecimento foi encontrada área de pastagens, que possui 1 ha, a qual foi

abandonada em virtude do pai da família (proprietário) decidir vender o gado e dividir o dinheiro entre os filhos.

Tabela 1 - Tamanho das áreas e número de integrantes por GD.

GDs	Número de Moradores	Área total (Ha) *	Área destinada a outras culturas e/ou criações (há)	Área de dendê(ha)
GD1	4	22	1	10
GD2	5	37	6	10
GD3	3	10	1	8
GD4	3	57	4	10
GD5	10	20	1	10
GD6	7	50	1	10
GD7	5	52	1	10
GD8	13	52	3	10
GD9	7	12	1	10
GD10	3	70	8,5	10
Total	60	382	27,5	98

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

* Do total de área são reservados 2 ha de área de reserva em cada lote, exceto o GD9 e GD3.

No Quadro 3 abaixo, apresento as culturas plantadas que predominam nos 10 estabelecimentos dos grupos domésticos, quais sejam o dendê e a mandioca, encontradas em todas as famílias. Mas somente os GD3, GD6 e GD7 cultivam apenas dendê e mandioca. Os outros grupos domésticos cultivam, além destas, outras espécies e também criam pequenos animais, conforme relacionado a seguir.

Quadro 3 – Sistemas de cultivo e de criação dos GDs Integrados

Grupos Domésticos GDs	CULTURAS CULTIVADAS
GD1 e GD10	Dendê, mandioca, pimenta-do-reino e frutíferas.
GD2 e GD9	Dendê, mandioca, pimenta-do-reino, frutíferas, culturas alimentares e criação de pequenos animais.
GD3, GD6 e GD7	Dendê, mandioca.
GD4	Dendê, mandioca, frutíferas, culturas alimentares e criação de pequenos animais.
GD5	Dendê, mandioca e frutíferas.
GD8	Dendê, mandioca, pimenta-do-reino e culturas alimentares.

Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Assim, constatei que apesar da inserção da cultura do dendê, os sistemas produtivos dos camponeses integrados ainda são diversificados, tendo em vista que, anteriormente ao dendê, houve uma diminuição nas áreas das culturas trabalhadas devido ao aumento na quantidade do trabalho que requer esta cultura, mas nem por isso, deixaram de plantar, quer seja para o consumo ou comercialização do que produzem.

3.2.1 Trabalho na Mandioca

O cultivo da mandioca é realizado desde o início de formação da comunidade Santa Maria e está presente em todos os grupos domésticos de camponeses integrados, destinada tanto para o consumo familiar como para a comercialização, de forma semelhante à dos camponeses retratados nos estudos de Sena (1991) sobre as transformações nas unidades de produção familiar do Recôncavo Baiano. Estes classificam sua roça em duas categorias: “roça pra comer” e “roça pra vender”. Dessa maneira, a autora afirma que essa forma de comercializar ou consumir dos camponeses não é vista como um descaso, mas sim como uma forma de integração parcial com o mercado (SENA, 2006, p.95).

A cultura da mandioca é considerada o principal cultivo entre os grupos domésticos, por isso, é uma atividade que envolve todos os membros da família, das crianças até os homens e mulheres adultos (foto 8 a 10), com maior participação destes na produção da farinha, que requer predominantemente a utilização da mão de obra familiar. Essa participação ocorre de acordo com a necessidade e nível de dificuldade nas distintas fases do seu processo produtivo, por ser a produção realizada artesanalmente, pois na comunidade não existe casa de farinha mecanizada, daí a importância da participação de todos os componentes do grupo. A respeito dos processos tradicionais, Sena (2006) afirma:

Ainda que submetidos às pressões da modernização, os processos tradicionais subsistem, reproduzindo alguns procedimentos historicamente aprendidos, apesar de não mais como em épocas passadas, visto que as relações econômicas que caracterizavam a produção tradicional já não são as mesmas, fator que, inevitavelmente se reflete nos processos tradicionais (SENA, 2006, p.104).

Por isso, a importância do envolvimento familiar, que proporciona a socialização e aprendizado das práticas tradicionais repassadas às gerações e que, apesar de modificações necessárias com o passar do tempo, resistem ou são readequadas para serem desenvolvidas nos dias atuais.

Quanto às etapas para o cultivo da mandioca, inicia-se com a derrubada da vegetação, que consiste no corte da vegetação na área em que será implantada a roça. Logo após faz-se a queima e, posteriormente é feita a limpeza do material lenhoso que permaneceu sem ser transformado em cinza (junta-se em montes chamados coivara). Há queima desse material para facilitar os tratos culturais. Após a limpeza em geral, é realizado o plantio e num período de 9 a 12 meses, efetiva-se a colheita.

Para a produção da farinha, a raiz da mandioca é descascada (imersa em tanques com água), prensada e ralada saindo quase seca e é passada na peneira, para só depois ir ao forno à lenha de chapa de ferro. Nessa última fase, todos os cuidados são necessários para mexer a massa com rapidez para não queimar até o ponto que consideram adequados para cada tipo de farinha (fina ou grossa). É nessa etapa que ocorre o revezamento tanto dos homens como das mulheres para mexerem a farinha até que esteja torrada ao ponto que desejam. E finalizando a etapa, a farinha de mandioca é acondicionada em sacas de 60kg para serem comercializadas ou colocadas em latas de 30kg para consumo.

Foto 8 – Mulher colhendo mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo 2014.

Foto 9 - As mães e crianças descascando mandioca



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Foto 10 - Marido e Mulher descascando mandioca para preparação da farinha



Fonte: Pesquisa de Campo 2014.

Portanto, na esfera familiar, a farinha é a principal forma de processamento e comercialização da mandioca. Quanto aos seus derivados, como tucupi, goma, entre outros, são produzidos, porém, pouco comercializados, destinados prioritariamente para o consumo familiar. Em média, nos grupos domésticos, a produção de 1 ha de mandioca gera aproximadamente cerca de 12 sacas de 60kg ao ano, comercializadas ao preço de R\$ 100,00 (2014, ano da pesquisa) cada saca. Esse valor pode variar de acordo com a época do ano.

3.2.2 Trabalho no dendê

Nos 10 estabelecimentos pesquisados de camponeses integrados com plantios de dendê, foram realizadas análises do solo pela empresa BBB, e ficou comprovado que o solo é propício para o plantio da cultura. Autores como Barcelos et al. (1987) expõem as boas condições de solo (“com profundidade superior a 1m, de textura média a argilosa e bem drenados”), que interagem com as favoráveis condições edafoclimáticas (como temperaturas acima de 24 C°, ao longo do ano, “precipitação entre 1.800 a 2.000 mm por ano, bem distribuídos”). É preciso também cerca “de 1.500 a 2.000 horas de luz por ano”, fatores determinantes para o sucesso da cultura, possibilitando assim a produção durante o ano todo (BARCELOS et al., 1987, p. 10-12).

Na literatura sobre o dendê, autores como Borges et al (2008) apontam que, por ser uma cultura perene, “começa a produzir comercialmente com 3 anos após o plantio, atingindo a produtividade máxima entre os 7 e 12 anos. Produz-se com viabilidade econômica por cerca de 25 anos, quando a coleta dos frutos torna-se antieconômica, devido à altura alcançada pela palma.” (BORGES et al. 2008, p. 74). Soma-se a isto as informações de Müller (1980) sobre a íntima relação entre a produção e a idade da planta, que “eleva-se até chegar ao oitavo ano, quando então estabiliza com 20 toneladas de cachos anualmente por hectare e gradativamente decresce até o 25º ano, com 16 toneladas de cachos por hectare” (MÜLLER, 1980, p. 20).

Na comunidade Santa Maria, em cada lote de camponeses integrados, foram plantadas 143 plantas por hectare, totalizando 1.430 plantas em lotes com 10 ha e 1.144 plantas no lote de 8 ha. Seguindo as recomendações técnicas que apontam um “espaçamento de 9 m x 9 m, em um esquema de triângulo equilátero. Para isso são utilizadas cerca de 220 sementes para a semeadura no viveiro [...]” (LIMA, 2007 apud BORGES et al., 2008, p. 76). Durante o plantio das mudas, foi necessária a contratação de mão de obra. Após esse período, o trabalho no cultivo do dendê ficou dividido nos seguintes tratamentos culturais: adubação, coroamento, rebaixo ou roçagem e controle de animais indesejáveis e doenças (armadilha para besouros).

Os tratos culturais iniciam-se com a adubação, num período de dois em dois meses. Após isso, é feito coroamento (Foto 11), que consiste na limpeza na área próxima ao redor das plantas num raio de aproximadamente 1,5m nos primeiros anos, devendo ser aumentado na época de colheita. Esse procedimento é realizado de 2 em 2 meses. O rebaixo ou roçagem é realizado periodicamente. Esse procedimento consiste no controle das leguminosas, que serve de proteção ao solo, controla as plantas invasoras¹⁵ e fixa o nitrogênio (EMBRAPA, 1995, p. 30 e 35). Além disso, são aplicados herbicidas para conter o crescimento de plantas indesejáveis, e instaladas armadilhas para combater possíveis animais que possam atacar a plantação. Esse trabalho foi considerado por todos os integrados como exclusivo para os homens por requerer bastante força física em suas etapas. As mulheres se envolvem ativamente no período da adubação, por ser considerado mais leve e não necessitar de força física.

Em conversas com os camponeses integrados, “o trabalho demanda de cinco a dez pessoas em estabelecimentos com 10 hectares durante todo o ano, e de uma a cinco pessoas no lote que possui 8 hectares plantados”. A variação é de uma a cinco pessoas na família e de uma a quatro diaristas contratados no grupo doméstico, trabalhando de 5 a 8h por dia para as fases do coroamento, adubação e colheita. Além disso, a colheita, que é realizada manualmente, exige de três a sete trabalhadores braçais.

Para contribuir na realização das atividades realizadas no dendezal, os camponeses se utilizam da mecanização. É necessário contratar trator/hora por meio de aluguel ao preço de R\$ 100,00/h por cerca de duas horas para auxiliar na limpeza. Posteriormente, deve ser realizada a manutenção do plantio. Nos lotes de quatro grupos domésticos (GDs 1, 2, 3 e 10), ela é feita de forma manual (capina) e com roçadeiras. Em outros seis (GDs 4, 5, 6, 7, 8 e 9), é realizada apenas de forma manual. Além disso, todos os GDs contam com um animal de tração e carga, carreta

¹⁵ São plantas que nascem de forma espontânea, podendo ter consequências negativas na agricultura, ou seja, “as plantas que infestavam espontaneamente as áreas de ocupação humana e não eram utilizadas como alimentos, fibras ou forragem eram consideradas indesejáveis” (PITELLI, 2015, p.1)

pequena, pulverizador costal, ferramentas manuais e EPIS, itens estes inclusos no contrato de integração.

Foto 11 – Homem trabalhando na limpeza e coroamento do dendê



Fonte: Pesquisa de Campo 2014.

Até o término da pesquisa de campo em 2016, houve quatro colheitas, e, segundo relatos dos integrados, nos primeiros quatro meses de comercialização com a empresa, a renda estimada em média foi de aproximadamente R\$ 4.095,00 por camponês integrado. No entanto, como o preço pago pela tonelada do cacho se modifica de acordo com os preços internacionais, para calcular a renda utilizei um valor médio pago por tonelada de cachos, que na época (2015) girava em torno de R\$ 220,00. Então a renda estimada variava entre R\$ 4.095,00 e R\$ 5.280,00.

Apesar das dificuldades da cultura, Becker (2010) aponta que, por seu caráter perene, o dendê poderia se constituir em uma alternativa de grande valia para a agricultura familiar, contribuindo para a formação de uma classe de pequenos produtores mais estáveis, com possibilidades de avanços no processo de reforma agrária. O conjunto de potenciais vantagens do cultivo de dendê explica as políticas públicas em seu favor que, por sua vez, também se constituem em estímulo à disseminação da cultura.

Quadro 4 – Calendário Agrícola dos Camponeses Integrados

TRATOS CULTURAIS							COLHEITA
Cultura	Limpeza de área	Plantio	Adubação	Coroamento	Rebaixo	Aplicação de agrotóxico	
Dendê*	Jan	Jan*	Jan/Fev/ Abr/Jun/ Ago/Out/Dez	Jan/Fev/ Abr/Jun/ Ago/Out/Dez	Jan/Fev/ Abr/Jun/ Ago/Out/Dez	Dois em dois meses	15 em 15 dias, após 3ºano
Mandioca	Set a Abr	Set a Abr	No início e meio do plantio	2 x mês	Mensalmente	Não utiliza	Mar a Jul
Milho	Ago a Dez	Ago a Dez	No plantio e após 45 dias	2 x mês	Mensalmente	Não utiliza	Jan a Jun
Arroz	Out a Jan	Out a Jan	-	2 x mês	Mensalmente	Não utiliza	Jan a Mai
Pimenta	Jan a Mar	Jan a Mar	2 em 2 meses	Mensalmente	Mensalmente	Não utiliza	Com 1 ano e 6 meses
Açaí	Jan a Mar	Jan a Mar	Início das chuvas	Mensalmente	Mensalmente	Não utiliza	2 safras ao ano (inverno e verão)
Banana	Jan a Mar	Jan a Mar	Jan a Mar		Mensalmente	Não utiliza	1 anos após plantio
Pupunha	Jan a Mar	Jan a Mar	2 em 2 meses	Mensalmente	Mensalmente	Não utiliza	Fev a Mar
Cupuaçu	Jan a Mar	Jan a Mar	Período chuvoso	Mensalmente	Mensalmente	Não utiliza	Após período de floração Ago a Abr

Fonte: Pesquisa de Campo 2014/2015.

O ciclo agrícola dos camponeses se inicia com a eliminação da vegetação, que é chamado de “roçar o mato”. A atividade é realizada com instrumentos manuais - como foices e enxadas (HERÉDIA, 1979) - ou mecânicos - como roçadeira (havendo material lenhoso). Após a primeira queima, faz-se a roçagem, junta-se a vegetação eliminada (coivara) para posteriormente queimá-lo.

Observando o calendário agrícola dos camponeses integrado (Quadro 4), verifica-se que os plantios e limpeza da área de frutíferas (açai, banana, cupuaçu e pupunha) são realizados dos meses de janeiro a março. A adubação ocorre no início do período chuvoso, ao passo que o rebaixo é realizado mensalmente. Em nenhuma das fases utilizam agrotóxico. As frutíferas se diferenciam apenas no período distinto de colheita. No caso da banana, a colheita ocorre um ano após o plantio em todos os meses; o cupuaçu vai de agosto a abril; a pupunha, de fevereiro a março; e o açai, duas safras ao ano, sendo uma no inverno amazônico e outra no verão amazônico¹⁶.

O plantio do dendê ocorre no mês de janeiro, a adubação e coroamento, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A aplicação de agrotóxicos ocorre geralmente no mês de dezembro. A primeira colheita ocorre somente após três anos do plantio, de 15 em 15 dias (a primeira foi realizada em 2015).

Para as culturas alimentares, o plantio é realizado em dois períodos: no mais chuvoso (milho e feijão) e no menos chuvoso (arroz). O rebaixo é realizado mensalmente com o intuito de manter a área ao redor das culturas sempre limpas. As colheitas são realizadas em tempos diferenciados: a do feijão ocorre anualmente, a do milho, de janeiro a junho, e a do arroz, de janeiro a maio. A cultura da mandioca é plantada nos meses de setembro a abril (verão amazônico), o rebaixo é realizado mensalmente, e sua colheita se dá um ano e meio após o plantio.

De acordo com o quadro 4, verifica-se que o cultivo do dendê requer constantemente tratamentos culturais e colheita quinzenalmente, ao passo que noutras culturas os camponeses contam com um período mais longo, o que proporciona tempo para ser dedicado à dendeicultura.

¹⁶ Inverno e verão amazônico são assim denominados os períodos mais e menos chuvoso, tendo em vista que na região amazônica não temos as estações definidas, distinguindo-se do conceito científico de clima.

3.3 A Divisão Sexual do Trabalho: Quem faz, O que faz, Quando e Onde faz?

Em seus estudos, Heredia (1979) analisa a organização do trabalho nas unidades produtivas segundo o critério da divisão de tarefas entre os membros da família e que, nessa divisão, apresentam diferenciação de acordo com o sexo, limitando as atividades desenvolvidas. Portanto, com o advento da expansão do cultivo do dendê, muitas famílias precisaram se adequar à nova forma de produzir, por ser esta uma atividade desafiadora, especialmente para os camponeses que não estavam habituados à produção sob contrato por meio do sistema de integração.

Por sua vez, Garcia Junior (1983, p. 59) diz que “são os membros da família que executam predominantemente as atividades no lote, ou seja, local de moradia e/ou cultivo agrícola das famílias rurais, a partir de uma divisão do trabalho em que nem todos realizam “de tudo” na unidade de produção”.

Assim, a divisão social do trabalho, processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas, pode ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam (STANCKI, 2003).

3.3.1 A Divisão Sexual por Grupo Doméstico

Quanto à divisão sexual do trabalho, apresento abaixo qual atribuição é realizada para cada integrante por grupo doméstico:

No **GD 1**, para o trabalho no dendê, o pai da família contrata diarista para executar os seguintes serviços junto a ele: capina manual, rebaixe, coroamento, aplicação de agrotóxicos, adubação e plantio. No tocante às atividades que sua esposa desempenha, estas são principalmente direcionadas aos serviços domésticos, no local onde fica na cidade junto aos filhos que estudam. No entanto, quando necessário, a mãe da família vai esporadicamente ao lote com o filho mais velho para trabalharem na roça de mandioca com plantio, na produção de farinha e também no cultivo de dendê, onde se encarrega da adubação e coroamento. Já os mais jovens e crianças dedicam-se mais aos estudos e ocasionalmente cooperam nos trabalhos domésticos.

No **GD 2**, a divisão no trabalho é semelhante à do GD1. O cultivo do dendê cabe ao pai da família: capina manual, rebaixe, coroamento, aplicação de agrotóxicos, adubação e plantio. A mãe da família fica encarregada dos serviços domésticos e também da adubação no cultivo de dendê e na roça de mandioca. Com relação à inserção dos filhos no trabalho familiar, o grupo difere-se do grupo anterior, uma vez que os mais jovens desenvolvem as atividades do cultivo de dendê, na roça de mandioca, nas culturas alimentares (arroz, milho e feijão) e na fruticultura. Desse modo, a mão de obra na unidade é exclusivamente familiar, pois o proprietário não contrata diarista. Os membros desse GD trabalham 8h/dia durante a semana e 4h/dia nos fins de semanas com a contribuição dos filhos. Possuem um trator que os ajuda com o carregamento da produção dentro do lote. Para comercialização da produção, contam com um caminhão cedido pela prefeitura municipal, o qual eles chamam de “carro da quinzena”, que transporta os produtores junto com suas produções para comercializarem na feira municipal no distrito de Quatro Bocas, que se distancia 12 km da sede de Tomé-Açu.

No **GD 3**, no que se refere à mão de obra para o cultivo do dendê, uma vez que só o pai da família não daria conta, contrata-se um diarista ao preço de R\$ 30,00 ao dia para trabalhar 7h/dia nos serviços de capina manual, rebaixe, coroamento, aplicação de agrotóxicos, adubação e plantio. A mãe da família trabalha esporadicamente no período da adubação do dendê, tendo em vista que além da realização de todo trabalho doméstico, ainda se dedica aos cuidados da filha pequena.

No **GD 4**, o pai da família, antes de firmar seu próprio contrato com a BBB, trabalhou empregado por um período de 10 meses em outros plantios de dendê. Por isso, sentiu-se capaz de tomar conta de seu próprio cultivo. Ele é responsável por todos os trabalhos agrícolas, trabalha todos os dias da semana em um período de 5h/dia e, para dar conta de trabalhar com todas as culturas, contrata 4 diaristas para dois dias de trabalho no valor de R\$ 30,00 ao dia cada, estes trabalhando 8h/dia nos períodos de coroamento (realizado de 2 em 2 meses) do dendê. A mãe da família trabalha como servente em uma escola nas proximidades da comunidade, ficando responsável também pelos serviços domésticos antes e depois de seu trabalho na escola. Mesmo assim, ela atua no trabalho agrícola em seus dias de folgas e feriados.

No **GD 5**, a divisão do trabalho ocorre da seguinte maneira: três dos filhos homens trabalham no cultivo do dendê e nas outras culturas, e um diarista trabalha por dois dias por 5h/d no período do coroamento (realizado de 2 em 2 meses) no valor de R\$ 30,00 ao dia para darem conta de todo trabalho do dendê. A mãe da família e as filhas ficam responsáveis pelos trabalhos domésticos, pois para os homens a tarefa no dendê é exclusividade, já que requer bastante força física.

No **GD 6**, quanto à mão de obra, três integrantes do grupo doméstico trabalham na atividade agrícola (dendê e mandioca). As duas únicas mulheres, além de trabalhar no período da adubação do dendê, também executam os serviços domésticos. Todos trabalham 6h/dia e necessitam contratar um diarista por dois dias no valor de R\$ 30,00 ao dia no período de coroamento.

No **GD 7**, o pai da família trabalha no pimental do irmão durante um período do dia. O trabalho no dendê, na mandioca e no pimental é desempenhado pelo casal. Ambos trabalham 8h/d. Vale ressaltar que nesse grupo doméstico o casal conta com a filha para os serviços domésticos, ficando a mãe apenas nos fins de semana com esse tipo de serviço. Os outros filhos, que são crianças, apenas estudam e brincam.

No **GD8**, a mão de obra utilizada no lote é predominante a familiar. Cinco irmãos atuam no trabalho agrícola, sendo que apenas no início do plantio do dendê precisaram contratar dois diaristas para plantar as mudas em um dia de trabalho pagando 30,00 por 7h/dia cada. Após o período de plantio, a família encaminha todas as atividades do dendê. Nessa família não havia divisão sexual do trabalho, mas por idade porque todos os integrantes são homens (irmãos) até o término da pesquisa (2014). Assim, todos faziam de tudo no lote, trabalhando em todas as etapas do cultivo do dendê: descascam mandioca e fazem farinha, além de realizarem os serviços domésticos, nos quais se revezam, diferenciando-se de todos os outros grupos domésticos, em que as tarefas da casa são predominantemente realizadas por mulheres.

No **GD 9**, no que se refere à divisão sexual do trabalho, homens e mulheres trabalham na roça e no dendê, só que as mulheres também ficam responsáveis pelos serviços domésticos. Todos trabalham 7h/dia. No período de coroamento, faz-se necessária a contratação de um diarista por dois dias, pagando R\$ 30,00 ao dia para trabalhar no dendê. As crianças apenas estudam e brincam.

No **GD 10**, os homens trabalham exclusivamente no dendê e na roça de mandioca, e a avó trabalha como servente e com os serviços domésticos. Um dos netos trabalha todos os dias, o outro nas folgas e fins de semana. Mas para o coroamento do dendê, contratam um diarista ao preço de R\$ 30,00 ao dia para trabalhar 6h/dia em dois dias de trabalho.

Quanto à divisão sexual do trabalho, percebe-se que os trabalhos desenvolvidos pelos homens são os mesmos em todos os estabelecimentos familiares. Normalmente são trabalhos que requerem bastante força física, estando diretamente ligados aos cultivos do dendê (capinam, adubam, fazem o rebaixe, instalam armadilha para os besouros, fazem coroamento para posteriormente adubar e aplicação de agrotóxico), aos cuidados com a limpeza da área para roça das frutíferas e da mandioca, e à colheita e torragem da farinha.

Há casos onde pelo menos um a dois membros da família trabalham de forma assalariada ou vendendo sua mão de obra para locais próximos a um valor que varia de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 reais por dia. Além disso, até o término da pesquisa, verificou-se uma diferenciação em um dos grupos domésticos (GD8), em que não existem mulheres. O grupo doméstico é constituído exclusivamente por homens (irmãos), portanto precisam desempenhar tanto as atividades consideradas para homens como as tradicionalmente desempenhadas por mulheres.

Os serviços domésticos são realizados na casa ou no seu entorno, normalmente realizados pelas mulheres. Esses serviços consistem em: preparar alimentação da família (café, almoço, merenda e jantar), fornecer comida aos animais, limpar a casa (varrer, passar pano e arrumar), lavar louças, lavar roupas, limpar o quintal e cuidar dos filhos. Apesar de todas essas tarefas, elas ainda conseguem trabalhar com o marido na roça (plantio, colheita e descasque para a preparação da farinha), no cultivo das frutíferas e até mesmo no cultivo do dendê, sendo que neste último as mulheres atuam apenas na adubação, por esta atividade ser considerada menos pesada. Em dois grupos domésticos, as mulheres, além da atividade doméstica, trabalham empregadas em escolas, e em um outro, a mulher trabalha com o esposo em todas as tarefas do dendê, o que é possível devido à contribuição da filha para os trabalhos domésticos.

Assim, segundo uma das mulheres entrevistadas relatou, se “formos parar, pensar e analisar, as mulheres trabalham bem mais que os homens”, devido a essa múltipla jornada. Desse modo, pode-se constatar que as mulheres acabam tendo

mais atividades ao cuidar dos serviços domésticos e da família, trabalhar empregada e ainda trabalhar na roça. Ainda assim, seu trabalho não é reconhecido, por não gerar “renda monetária para a família” e ser considerado apenas como “ajuda”. ainda que trabalhem tão quanto aos homens (BRUMER, 2004).

No que se refere ao trabalho dos filhos jovens, quando não estão estudando, aos meninos cabe a tarefa de trabalhar com o pai nas atividades agrícolas, e às meninas, com as mães preferencialmente nas tarefas domésticas. Quando estão em aulas, participam dos trabalhos apenas aos finais de semana.

Foi possível notar que em quatro grupos domésticos (GD3, GD6, GD8 e GD9), existem duas crianças bem pequenas, o que demanda mais cuidados da mãe. Em outros se mesclam a presença de crianças e jovens. Nos grupos domésticos com a presença maior de jovens, existem diferentes direcionamentos: há os que completam o ensino médio e decidem trabalhar de forma assalariada em lojas na sede do município; em outros casos, os adolescentes, além de estudarem durante a semana, também trabalham junto aos pais no dendê e nas outras culturas nos finais de semana; e há até mesmo grupos domésticos com jovens que apenas trabalham no lote e não estudam, ou ainda casos opostos, em que os jovens somente estudam. Destacam-se os casos de jovens que optam por não trabalharem na terra e decidem morar na cidade para realizarem trabalho assalariado na agroindústria de dendê, pois visualizam melhores condições financeiras para si.

No tocante às crianças, essas possuem atividades no trabalho condizentes com a idade, que são consideradas “mais leves”, que consistem em levar a merenda para os trabalhadores até o local de trabalho. Algumas, quando ficam próximas à casa de farinha, aprendem com suas mães a descascar mandioca (Foto 9) e outras tarefas. Segundo as mães, é importante ensinar e incentivar desde criança para que ao crescer tenham responsabilidade e entendimentos para contribuir nas tarefas.

Quando as crianças e jovens não estão estudando ou trabalhando, realizam atividades de lazer na rua, brincando e batendo papo com os outros colegas ou costumam passar o tempo assistindo televisão. O costume existente entre os jovens que estudam e trabalham no estabelecimento é dormir cedo para assim estar disposto para a rotina do dia seguinte. Dessa forma, concorda-se com a afirmação de Witkoski (2007, p.169), que diz que a família funciona como uma “máquina humana produtiva”, ou seja, a produção, quer seja para subsistência ou para venda

do excedente produzido, é resultante do conjunto das ações desempenhadas pelos membros da unidade produtiva e, para isso, todos devem trabalhar.

Para um melhor entendimento sobre a divisão sexual do trabalho apresenta-se a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Número de pessoas e atividades desenvolvidas nos estabelecimentos por GDs.

Atividades do GDs	Qde Total de integrantes	Homens (H)	Mulheres (M)	Nº Mão de obra		Atividades Homens		Atividades Mulheres			
				Fam.	*Cont.	Dendê	Roça/ outras culturas	Dendê	Roça/ outras culturas	**Serv. Dom.	Trab. Assal****
GD1	4	2	2	1	1	H	H	-	-	M	-
GD2	4	2	2	3	-	H	H	M	M	M	-
GD3	3	1	2	2	1	H	H	M		M	-
GD4	3	1	2	1	4	H	H	-	-	M	M
GD5	10	7	3	3	1	H	H	-	-	M	-
GD6	7	6	1	3	1	H	H	M	M	M	-
GD7***	5	3	2	2	1	H	H	M	M	M	-
GD8	13	13	0	5	2	H	H	-	-	-	-
GD9	7	5	2	2	1	H	H	-	-	M	-
GD10	3	1	2	1	-	H	H	-	-	M	M
Total	59	41	18	23	12						

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

* Contratada esporadicamente para o dendê.

** Serviços domésticos (Inclui cuidar da casa e dos filhos).

*** Neste GD a mulher trabalha em todas as atividades do dendê, com exceção das demais que atuam apenas no período de adubação.

**** Trabalha assalariado.

É possível verificar na Tabela 2 que na maioria das famílias de integrados na Comunidade Santa Maria, apenas duas não contratam mão de obra (GD2 e GD10), sendo que os outros oito grupos domésticos fazem uso da contratação de diarista para o período do coroamento e adubação do dendê. Nos distintos GDs existe uma variação de 5h às 8h de trabalho ao dia.

O trabalho executado somente por membros dos grupos domésticos é voltado para as culturas alimentares, fruticulturas e criação de pequenos animais. O dendê é a exceção nas culturas atualmente trabalhadas, pois os camponeses necessitam, no

período do coroamento e adubação do dendê, contratar diaristas temporários que trabalham de 5 a 8h/dia para cumprirem o estabelecido nos contratos do dendê, ficando assim envolvidos tanto os membros do grupo quanto os diaristas.

Dentre os responsáveis dos grupos domésticos pesquisados, identifiquei três opiniões distintas referentes ao quantitativo de mão de obra necessária para desempenhar as atividades no dendê. A primeira (GD1, GD3, GD4, GD5, GD6, GD8 e GD9) diz ser suficiente de uma a três pessoas trabalhando 5h/dia apenas no início do plantio, depois necessitaria de mais envolvidos, tendo em vista que a adubação é feita de dois em dois meses, tarefa esta considerada por eles a mais trabalhosa após o plantio. A segunda (GD2) diz ser razoável duas pessoas trabalhando 8h/dia, inclusive aos sábados, com a contribuição dos filhos. E a terceira (GD7 e GD10) acredita que seja necessário três ou mais pessoas trabalhando pelo menos 6h/d, e apontam que duas pessoas trabalhando 7h/dia seja o necessário no período da adubação, por ser realizada de dois em dois meses.

A realização do trabalho nos estabelecimentos rurais normalmente é originada pelos membros da família, os quais atuam junto aos outros cultivos (Garcia Jr. 1983, p. 59). O mesmo ocorre nos estabelecimentos familiares dos camponeses integrados, havendo exceções quando se trata do trabalho do dendê, ocorrendo esporadicamente a necessidade da contratação de mão de obra diarista para auxiliar em tal atividade.

No que se refere à avaliação no trabalho com o dendê, foi unânime a resposta de que seja um trabalho pesado e custoso. Alguns camponeses acreditam que o início é a parte mais pesada, e que após a primeira colheita já possa melhorar, pois irá requerer apenas a limpeza constante e adubação, que dura um bom espaço de tempo. No entanto, alguns ressaltam que a colheita só é “leve” para quem tem dinheiro e pode, por essa razão, comprar maquinários.

Pode-se destacar que o envolvimento dos membros da família é fundamental para socialização das relações de trabalho no interior dos estabelecimentos familiares. Dessa forma, o grupo familiar atua não apenas como “um grupo estruturado cercado por condições históricas e culturais, mas como o conjunto de normas e valores que ele agrega através de uma rede de relações e representações sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 65).

Em um contexto geral é possível visualizar “uma relação de complementaridade entre a produção e o consumo”, assim como de “contraste entre

o trabalho agrícola e o doméstico” (MOTA, 2014, p. 296). O contraste dá-se pelo fato de existir uma separação bem clara no entendimento do grupo doméstico sobre o papel que cada membro cumpre, o que é definido por sexo e idade. No tocante ao trabalho agrícola e doméstico, sua interdependência se mostra no fato de que se um destes não acontecer, o outro fica prejudicado. Do mesmo modo como sem a comida não existe força para o trabalho agrícola, o trabalho é necessário à família, pois sem a produção para autoconsumo e/ou para venda, como ocorre no caso do dendê, a família passaria necessidade.

Para tanto, melhor esclarecimento sobre a caracterização e a divisão sexual do trabalho, apresento no Quadro 5 que mostra a composição do grupo doméstico, mão de obra utilizada, trabalho executados por homens e mulheres, entre outros.

Quadro 5: Caracterização e divisão sexual do trabalho por grupo doméstico

	GD1	GD2	GD3	GD4	GD5
Distância à sede do município	23km				
Nº de pessoas No GD	04(pai, mãe, filho c/21 anos; 1filhas de 6 anos)	04(pai; mãe; 1 filho c/14anos; 1 filha c/11anos)	03(pai; mãe; 1 filha c/ 2 anos)	03(pai, mãe, filha 8 anos)	10(pai, mãe, 3 filhos: 1 c/20ano, 1 de 16anos, 1 de 14 anos, 1 de 13 anos 1 filha de 18 anos, 1 filha de 12 anos e 1 genro e 1 neto 5 anos)
Mão de obra Utilizada	Familiar: 1 (pai) Contratada: diarista 1 (30\$/diaria)	Familiar: 3 (marido e mulher; dois filhos aos sábados) Não contrata diarista	Familiar: 2 (marido e mulher) Contratada: diarista 1(30\$/diaria)	Familiar: 1 (marido) Contratada: diarista 4(30\$/diária)	Familiar: 3 (marido e dois filhos) Contratada:diarista1 (30\$/diaria)
Culturas trabalhadas antes e após o dendê	Antes: Culturas alimentares (arroz e feijão) Após: Dendê, mandioca, pimenta do reino.	Antes: Culturas alimentares (mandioca, milho, feijão e arroz) e frutíferas (banana, cupuaçu, açaí, pupunha, entre outras). Após: Dendê, mandioca, pimenta do reino, fruticultura (banana, açaí, pupunha e cupuaçu), culturas alimentares (arroz, milho e feijão) e criação de pequenos animais (peixe, galinha e porco).	Antes: Não plantava Após: Dendê e mandioca	Antes: Não plantava Após: Dendê, mandioca, fruticultura (açaí, banana e cacau), culturas alimentares (milho) e criação de pequenos animais (galinha caipira).	Antes: Não plantava Após: Dendê, mandioca e frutíferas (açaí e cacau).
Renda	Principal: Venda da produção Extra: bolsa família	Principal: Venda da produção Extra: pensão da finada esposa	Principal: Venda produção Extra: não possui	Principal: Venda da produção Extra: salário da esposa	Principal: Venda da produção Extra: bolsa família
Ativ.desenv.p/ Homens	Trabalhos braçais na roça de mandioca e outros plantios e no dendê (plantio, adubação, coroamento, rebaixo, colheita)	Trabalhos braçais na roça de mandioca e outros plantios e no dendê (plantio, adubação, coroamento, rebaixo, colheita)	Trabalhos braçais na roça de mandioca e outros plantios e no dendê (plantio, adubação, coroamento, rebaixo, colheita)	Trabalhos braçais na roça de mandioca e outros plantios e no dendê (plantio, adubação, coroamento, rebaixo, colheita)	Trabalhos braçais na roça de mandioca e outros plantios e no dendê (plantio, adubação, coroamento, rebaixo, colheita)
Ativ.desenv.p/ Mulheres	Adubação no dendê; roça de mandioca e faz farinha e serviços domésticos.	Adubação no dendê; roça de mandioca e faz farinha e serviços domésticos.	Adubação no dendê; roça de mandioca e faz farinha e serviços domésticos.	Trabalha empregada e serviços domésticos	Serviços domésticos

	GD6	GD7	GD8	GD9	GD10
Distância a sede do município	23km				
Nº de pessoas No GD	07(chefe c/25 anos, irmã 27anos, irmão (22 e 23anos), cunhado c/24anos, 3 sobrinhos c/3, 5 e 6anos)	05(pai, mãe, 1 filho 8 anos e 1 de 13 anos; 1 filha de 11 anos)	13(chefe; 1 filho c/25anos;1 c/17anos 10 irmãos maior de 18anos homes)	08 (pai, mãe, 6 filhos c/1, 5, 7, 9, 13 e 19 anos)	03(chefa; 1 neto de 23anos e 1 neta de 19)
Mão de obra Utilizada	Familiar: 03 Contratada: 1 diarista(30\$/diaria)	Familiar: 02 Contratada: 1 diarista(30\$/diaria)	Familiar: 05 Contratada: 2 diarista(30\$/diaria)	Familiar: 02 Contratada: 1 diarista (30\$/diaria)	Familiar: 02 Não contrata
Culturas trabalhadas antes e após o dendê	Antes: Mandioca, frutíferas (açai) e criação de animais (galinha caipira). Após: Dendê e mandioca	Antes: Mandioca Após: Dendê e mandioca	Antes: Mandioca e culturas alimentares (arroz, milho e feijão) Após: Dendê, mandioca, pimenta do reino e culturas alimentares (milho e arroz).	Antes: Mandioca, frutíferas (açai), pimenta do reino e criação de animais (porco) Após: Dendê, mandioca, pimenta do reino, fruticultura (açai e pupunha), culturas alimentares (arroz e milho) e criação de pequenos animais (galinha, porco e peru).	Antes: Mandioca, culturas alimentares (milho, feijão) e frutíferas (côco, laranja, açai). Após: Dendê, mandioca, pimenta do reino e frutíferas (açai, cupuaçu, cacau, côco e laranja).
Renda	Principal: Venda da produção Extra: diárias fora do lote	Principal: Venda da produção Extra: diárias fora do lote	Principal: Venda da produção Extra: diárias fora do lote	Principal: Venda produção Extra: não possui	Principal: Venda da produção Extra: salário da chefe da família.
Ativ.desenv.p/ Homens	Capina; adubação; rebaiche; armadilha dos besouros; coroamento p/ adubo;aplicação de agrotóxico	Capina; adubação; rebaiche; armadilha dos besouros; coroamento p/ adubo;aplicação de agrotóxico	Capina; adubação; rebaiche; armadilha dos besouros; coroamento p/ adubo;aplicação de agrotóxico	Capina; adubação; rebaiche; armadilha dos besouros; coroamento p/ adubo;aplicação de agrotóxico	Capina; adubação; rebaiche; armadilha dos besouros; coroamento p/ adubo;aplicação de agrotóxico
Ativ.desenv.p/ Mulheres	Adubação no dendê; roça de mandioca e faz farinha e serviços domésticos.	Adubação no dendê; roça de mandioca e faz farinha e serviços domésticos.	NÃO TEM MULHERES	Serviços domésticos	Trabalha empregada e serviços domésticos

A organização do trabalho nos estabelecimentos dos camponeses integrados na comunidade Santa Maria sofreu modificações significativas com a inserção da cultura do dendê, tendo em vista que estes não estavam adaptados com uma cultura que ocupasse uma área que para eles é considerada extensa. Dessa maneira, os camponeses necessitaram aprimorar suas formas de produzir e trabalhar, conciliando o dendê às fruticulturas, culturas alimentares e/ou criação de pequenos animais ou até interrompendo uma ou outra atividade (Ver quadro 5). A propósito, foi indispensável o reajuste da mão de obra, pois somente a familiar, na maioria dos casos, não foi suficiente para desempenhar o trabalho no cultivo de dendê, portanto houve a necessidade da contratação temporária de mão de obra diarista em períodos considerados mais trabalhosos (plântio e coroamento).

3.3.2 Cotidiano das Famílias no Trabalho

Os camponeses denominam seus lotes como “sítio”, as casas na comunidade Santa Maria são na maioria distantes uma das outras. O local de trabalho é no mesmo local de morada, onde a casa normalmente se localiza no centro do “sítio”, o que facilita o cotidiano no trabalho (eles podem fazer paradas para merenda, e, quando não querem descansar, as crianças podem levar o almoço até o roçado), proporcionando que todos da família se envolvam nas atividades do roçado.

O termo “roçado” é utilizado pelos camponeses para denominar todas as áreas destinadas aos seus cultivos, dentre eles: mandioca, arroz, feijão, milho, frutíferas e o dendê. Além do roçado, eles contam com os “quintais”, locais no entorno da casa onde possuem criação de pequenos animais, como porco, galinha, pato, peixes em pequenas quantidades que servem ao consumo familiar e que são esporadicamente comercializados.

As casas possuem normalmente vários cômodos que são subdivididos em: pátio ou varanda, uma sala, dois ou três quartos, com portas e janelas frontais e laterais, um banheiro e cozinha. Nos locais que possuem mais integrantes no grupo doméstico, também contam com armadores de redes localizados na sala e nos quartos para comportar a todos. E mesmo com a pia na cozinha para lavar louças, encontra-se na área do quintal um “giral”¹⁷, que é utilizado fora da casa para lavar

¹⁷ É feito normalmente de madeira, na altura do peito, com torneira instalada ficando normalmente localizado na área externa à casa, servindo para lavar, roupas, louças e também para coleta a água

louças maiores e para preparo mais trabalhoso ou que deixem cheiro dentro de casa, como peixes, caranguejos e às vezes algumas caças. Alguns sítios possuem mesas e cadeiras na área externa, normalmente localizadas embaixo da sombra de uma árvore, que são utilizadas nos finais de semana para fazer refeições ou quando tem alguma comemoração.

No que se referem às atividades do cotidiano no trabalho, os camponeses costumam acordar bem cedo, por volta das 5h para tomar banho e café e organizar as ferramentas de trabalho para levar para o roçado. No máximo até às 6h30min, eles saem, indo o pai da família sozinho ou acompanhado de outros trabalhadores e os filhos jovens, para aproveitar o dia e tentar vencer o trabalho antes que o sol comece a “esquentar”.

Enquanto os homens vão para o roçado, as mulheres começam a lida diária por volta das 5h. Ao acordar, elas preparam o café, vão lavando as louças logo após começam o preparo do almoço, catando feijão, arroz, cozinhando carne ou frango. Enquanto isso, saem para o quintal para dar de comer aos animais. Na volta, limpam a casa, varrendo e passando pano, lavam o banheiro e, em meio a todas essas atividades, param para verificar a comida deixada para cozinhar no fogão. Todas essas tarefas ficam prontas por volta de 9h ou 10:00h. Esta é a hora em que preparam um “lanche”, composto de pão com margarina ou suco, quando não farofa de ovo ou algo que tenha sobrado do jantar, para os homens que foram trabalhar no roçado. Aqui entra o “trabalho” das crianças, que quando não estão na escola, ajudam suas mães levando a comida para os homens até o roçado. Após isso, as crianças sentam para assistir desenhos ou brincarem umas com as outras no quintal da casa. Os filhos jovens que trabalham no dendê estudam no período noturno, e os que estudaram durante o dia, trabalham com os pais nos finais de semana no roçado.

Por volta das 11h30min ou 12h, os homens param para tomar um banho para refrescar o calor, almoçar e descansar (tirando um cochilo ou assistindo televisão), retornando ao roçado por volta das 15h e finalizando por volta das 17h30min ou 18h. Em alguns casos os camponeses preferem merendar bem reforçado para trabalharem direto até por volta das 14h:30min para voltarem ao roçado somente no dia seguinte. Estes continuam a trabalhar, podendo ser no entorno da casa,

que é bebida pelos animais.

consertando ou construído algo e também alimentando os animais quando necessário.

Após o almoço, cabe às mulheres o serviço de lavar a louça. Após, também param para descansar e assistir à televisão ou aproveitam para fazer a sesta. No final da tarde, preparam o jantar que é servido por volta das 19h. Depois da janta a família se reúne para assistir à televisão. Às vezes contam com visitas de vizinhos que aparecem para compartilhar da TV, e por volta das 21h já começam a se acomodar para dormir e descansar para o próximo dia de trabalho.

De 15 em 15 dias, os camponeses contam com um caminhão, o qual chamam de “carro da quinzena”, para transportar sua produção até a feira localizada no distrito de Quatro Bocas, sendo os camponeses responsáveis por carregar a produção da propriedade até o carro. A única exceção é no transporte com a produção de dendê, pois a empresa que firmou contrato com os camponeses integrados fica responsável de ir buscar a produção do dendê. Assim, cada camponês colhe sua produção e deixa acumulada à margem da estrada, até que o caminhão da empresa passe e recolha.

Este é o cotidiano durante a semana dos grupos domésticos na comunidade Santa Maria. Os únicos dias diferenciados são aos sábados e domingos. Aos sábados, se dão a oportunidade de acordar um pouco mais tarde, por volta das 6h:30min, quando vão ao roçado só pra organizar algo que não tenha dado tempo durante a semana, mas é comum a família ficar cuidando da casa, limpando o quintal e alimentando os animais. No almoço fazem uma comida diferenciada do cardápio da semana, como peixes ou caranguejo, por terem mais tempo de sentar à mesa no quintal e saborear com calma sua alimentação. Aproveitam para descansar, organizar alguma documentação que irão precisar durante a semana ou para ler algo que vá ser discutido na igreja no domingo (os evangélicos que participam da escola dominical).

É aos sábados que a maioria das famílias sai para a rua, dedicando esse dia para fazerem compras na cidade. Outros aproveitam para passear, visitar algum parente ou amigo. O ônibus que transporta os comunitários sai da comunidade as 6h:30min e retorna às 13:00h. Quando não conseguem fazer tudo que necessitam nesse horário, alguns pegam carona até a entrada do ramal da comunidade na PA 140 e um moto táxi para adentrar o ramal até suas casas.

Aos domingos, por volta das 7:00 h, é comum a família se reunir para ir à igreja para os cultos (evangélicos) ou celebrações (católicos). Após o término, voltam para casa para descansar. Outros costumam sair para ir ao igarapé ou jogar bola e tomar umas cervejas nos bares. Esse é o dia dedicado ao lazer. Ao encerrar do dia, voltam para casa e descansam para recomençar mais uma semana.

3.4 Adaptação dos Integrados em Relação ao Cultivo do Dendê aliado às outras Culturas

No tocante às adaptações dessas famílias ao cultivo do dendê, encontrei duas possibilidades: 1) conseguem “conciliar” a cultura do dendê aos demais cultivos; 2) decidiram optar apenas pelo cultivo do dendê e mandioca:

No caso 1 os GDs (1, 3, 4, 5, 6, 8 e 9), apesar dos camponeses conseguirem conciliar o cultivo do dendê com outras culturas, como pimenta-do-reino, fruticultura (banana, cupuaçu, entre outras), culturas alimentares (mandioca, milho, feijão e arroz) e as criações de animais (galinha, porco e outros), notei através de relatos o quanto é penoso manter essa opção. Busquei exemplificar com relatos do Sr. L. (48 anos), que aponta que “só é leve para quem tem dinheiro e possui maquinário”, atribuindo a diminuição do trabalho para quem tem possibilidades de contratar mão de obra temporária nas fases de serviço pesado e/ou já possui maquinário. Desse modo, não existe facilidade nessa opção. Considero então que essa tomada de decisão é influenciada principalmente pelo fato desses grupos domésticos possuírem maior número de pessoas, portanto, necessitando de uma maior produção para se manterem e maior disponibilidade de mão de obra. No caso 2 (3 GD's), pararam de cultivar outras culturas não só pela entrada da cultura do dendê no sistema produtivo, mas também por problemáticas que os camponeses julgam ser de cunho ambiental, além da pouca disponibilidade de mão de obra familiar. Devido a isso, a contratação de diaristas é exclusiva para trabalhos no dendê.

Anteriormente à cultura do dendê, as famílias plantavam, além da mandioca, diversas frutíferas, assim como a pimenta-do-reino e culturas alimentares, e também possuíam áreas de pastagens com cabeças de gado. Com a implantação da cultura do dendê, alguns grupos domésticos (GD3, GD6 e GD7) optaram por vivenciar essa experiência em detrimento das outras culturas, com exceção da cultura da mandioca, a qual permanece em todos os estabelecimentos pesquisados conforme quadro 6.

Quadro 6: Culturas cultivadas antes e após a implantação do dendê

GDs	CULTURAS	
	Antes do dendê	Após o dendê
GD1	Culturas alimentares (arroz e feijão)	Dendê, mandioca, pimenta do reino.
GD2	Culturas alimentares (mandioca, milho, feijão e arroz) e frutíferas (banana, cupuaçu, açaí, pupunha, entre outras).	Dendê, mandioca, pimenta do reino, fruticultura (banana, açaí, pupunha e cupuaçu), culturas alimentares (arroz, milho e feijão) e criação de pequenos animais (peixe, galinha e porco).
GD3	Não plantava.	Dendê e mandioca.
GD4	Não plantava.	Dendê, mandioca, fruticultura (açaí, banana e cacau), culturas alimentares (milho) e criação de pequenos animais (galinha caipira).
GD5	Não plantava.	Dendê, mandioca e frutíferas (açaí e cacau).
GD6	Mandioca, frutíferas (açaí) e criação de animais (galinha caipira)	Dendê e mandioca
GD7	Mandioca	Dendê e mandioca
GD8	Mandioca e culturas alimentares (arroz, milho e feijão)	Dendê, mandioca, pimenta do reino e culturas alimentares (milho e arroz).
GD9	Mandioca, frutíferas (açaí), pimenta do reino e criação de animais (porco)	Dendê, mandioca, pimenta do reino, fruticultura (açaí e pupunha), culturas alimentares (arroz e milho) e criação de pequenos animais (galinha, porco e peru).
GD10	Mandioca, culturas alimentares (milho, feijão) e frutíferas (coco, laranja, açaí).	Dendê, mandioca, pimenta do reino e frutíferas (açaí, cupuaçu, cacau, côco e laranja).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As percepções das famílias que trabalham integradas ao cultivo do dendê são variáveis, mas verificamos que os depoimentos de integrantes focam principalmente em problemas no tocante ao abandono e/ou descaso com outras culturas ou no aumento na quantidade de trabalho.

Quando indagados sobre quem realiza os trabalhos no dendê, relatam que para a produção do dendê, há envolvimento de todos os membros da família, tendo em vista a extensão das áreas plantadas – em torno de 10 hectares –, e a quantidade de trabalho necessário, bem maior do que para as outras culturas.

Depois que começaram a cuidar do dendê, nos casos em que as famílias optaram por continuar plantando outras culturas, existe certo incômodo por parte de alguns membros, que consideram que os outros cultivos ficaram esquecidos, a exemplo das frutíferas, que antes eram comercializadas e agora são direcionadas quase que exclusivamente ao consumo da família. Há também grupos que decidiram por não plantar outras culturas (milho, o arroz e o feijão) e que passaram

a comprá-las, o que onerou significativamente o orçamento da família. Por isso, verificou-se no GD10 por parte das filhas reclamações quanto ao aumento no trabalho devido dedicação no cultivo de dendê e diminuição das outras culturas.

Uma gama de percepções dos integrados pontua a repercussão da dendeicultura no trabalho no grupo doméstico, em sua reorganização, em seu peso, alcançando também o próprio modo de vida da família camponesa. Não podemos deixar de visualizar que o que atrai as famílias camponesas a se integrarem ao projeto do dendê são algumas vantagens, quais sejam: orientação e apoio técnico no cultivo, treinamentos, monitoramento e garantia de compra da produção. Em termos gerais, a relação estabelecida entre empresa e camponeses na integração acaba sendo vantajosa e rentável para a primeira, tendo em vista não precisar comprar terras e nem pagar mão de obra. Com isso, constata-se uma reorganização do trabalho que incide sobre o cotidiano das famílias e sobre a divisão do trabalho.

3.4.1 Camponeses Integrados: (In)satisfação e Adaptação dos Grupos Domésticos com “A Nova Forma de Produzir”

Os camponeses integrados à BBB firmaram contrato diretamente com o Banco da Amazônia, localizado em Quatro Bocas, distrito de Tomé-Açu. A linha de financiamento advém do PRONAF ECO DENDÊ, cujo limite de crédito varia entre R\$ 10.000,00 e R\$ 80.000,00 mil (BANCO DA AMAZÔNIA, 2012).

Ressalto que todos os integrados possuem contratos exclusivamente com a BBB, no qual ficou firmado que do início do plantio do dendê (2012) até o terceiro ano de cultivo (2015), receberiam bimestralmente parcelas fixas para custear as despesas com o plantio até o dia da primeira colheita. As parcelas do GD3, que possui 8 ha plantados e cujo projeto financiado teve valor total de R\$ 64.000,00, foram fixadas a R\$ 800,00. Os outros grupos domésticos, que possuem 10 ha plantados, obtiveram R\$ 79.075,07 de financiamento e receberam parcelas no valor de R\$ 1.000,00. Estes contratos foram firmados em 2012 e vigorarão até 2026. De certa forma, essas parcelas contribuíram também com a renda dos integrados, pois era utilizada de acordo com suas necessidades para despesas habituais.

Em uma análise sobre o sistema de integração na pequena produção avícola familiar do Oeste Catarinense, Nogueira e Jesus (2013, p. 126) definem o modelo como uma “parceria” para “efetivação da garantia da matéria prima para a produção

das mercadorias pela empresa”, organizado pela própria agroindústria (Nogueira e Jesus, 2013, p. 126). De maneira semelhante à descrita, alguns dos projetos de dendê que integram camponeses no nordeste paraense têm permitido às empresas expandir sua área de produção (REBELLO, 2012). Dentre as vantagens concedidas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) às empresas que integram camponeses ao monocultivo do dendê está o Selo Combustível Social, que identifica a empresa possuidora como promotora de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados do Pronaf, concedendo assim acesso as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que varia de acordo com a matéria prima adquirida e região da aquisição, incentivos comerciais e de financiamento (BRASIL, 2004).

Segundo Vieira (2015), uma das cláusulas do contrato de integração diz que “estão na exclusividade de venda e no estabelecimento do estado adequado da produção, os elementos que irão se desdobrar em uma série de mudanças no trabalho, nas práticas e na vida dos camponeses integrados”, e essa exclusividade, impossibilita a “liberdade comercial” do integrado, pois o mesmo não poderá negociar sua produção com outros compradores que lhe ofereçam melhores preços, ou mesmo comercializar independentemente sua produção no mercado (VIEIRA, 2015, p. 83).

Desta forma, Sampaio (2014) expõe que:

[...] a agricultura por contrato tem levado um número significativo de agricultores familiares e seus estabelecimentos à condição de subordinação e de assalariamento frente ao avanço da lógica produtiva do capital, ao enfraquecimento de sua autonomia ante o mercado e a alterações na sua produção e no seu trabalho, sem mencionar as implicações de ordem ambiental e fundiária (SAMPAIO, 2014, p. 18).

As situações identificadas por Sampaio (2014) descritas acima também foram constatadas por mim com os camponeses integrados na comunidade Santa Maria, pois os mesmos firmaram contratos cujas cláusulas estavam previamente determinadas pela BBB. Dessa forma, tudo o que produzem é vendido exclusivamente para a empresa, firmando o que estava estabelecido.

Para iniciar a discussão sobre a (in)satisfação dos grupos domésticos em relação à nova forma de produzir, apontamos a necessidade que os sistemas

produtivos implantados por eles demandam. Iniciamos com as culturas alimentares, que podem ser implantadas de forma consorciada e em pequenas áreas, e podem contar com todos os membros da família, seja homens e mulheres nos seus diferentes processos produtivos e tratos culturais, sejam crianças e jovens em partes mais leves, como descascar mandioca e lavar.

A cultura do dendê se diferencia da supracitada por três questões. São elas: a) o fato de ser plantada somente com o objetivo de comercialização; b) a necessidade de extensas áreas para seu plantio, que comumente é realizado em forma de monocultivo; e c) as regras a serem seguidas pelos tratos culturais. Esses fatores fazem com que estes camponeses dediquem mais tempo à tarefa do dendê do que às outras culturas. Como iniciam o cultivo recebendo parcelas fixas, os integrados se interessam por ele rapidamente, pois visualizam o dinheiro como possibilidade para auxiliar no plantio de outras culturas. Cria-se assim um “imaginário de retorno rápido”, tendo em vista que após o terceiro ano de plantio, o dendezeiro começa a produzir, sendo colhido quinzenalmente.

A principal insatisfação é o aumento do trabalho em comparação a outras culturas, principalmente no caso em que os camponeses não possuem maquinário para utilizar nas fases de implantação e coroamento assim como com os cuidados semanais para evitar o ataque de animais indesejáveis e os gastos com a contratação de diaristas. Desse modo, os camponeses da comunidade Santa Maria percebem que o trabalho no cultivo do dendê é bastante cansativo, perigoso e desgastante se não houver mão de obra suficiente para atuar na atividade agrícola, principalmente quando esta estiver aliada a outras culturas.

Por outro lado, em seus estudos na mesma região de minha pesquisa, Sampaio (2014) identificou diversas melhorias no que se refere ao “incremento e diversificação do comércio local, no crescimento de mercados de aluguéis, instalação de postos de combustíveis, construção de prédios públicos e outras mudanças” (SAMPAIO, 2014, p.143). Segundo relatos dos integrados, a dendeicultura surgiu como oportunidade de melhorias, pois acreditam que após os três primeiros anos, considerados os mais trabalhosos e “penosos”, será bastante recompensador, devido à frequência quinzenal das entregas das colheitas e do pagamento.

CONCLUSÕES

Este estudo mostra a organização do trabalho em estabelecimentos familiares sob a influência do cultivo do dendê na comunidade Santa Maria no município de Tomé-Açu/PA. Dessa forma, analisei a organização do trabalho nos grupos domésticos de camponeses integrados ao cultivo do dendê, assim como a divisão sexual do trabalho entre os membros das famílias e de que forma esta relação influenciou (in)satisfatoriamente na quantidade e no peso do trabalho.

Constatei que o cultivo do dendê influenciou na organização do trabalho em estabelecimentos familiares, e que transformações ocorreram na divisão sexual do trabalho, com a maior carga de trabalho para os homens e maior concentração das mulheres nas atividades domésticas, em virtude da penosidade do trabalho segundo o ciclo de reprodução do grupo doméstico.

De fato, presenciei nos grupos a concentração das mulheres nas atividades domésticas, cuidando da casa e dos filhos. No entanto, em sua maioria também se dedicam ao trabalho de adubação do dendê, atividade que exige pouca força física, e no trabalho da colheita da mandioca. Como exceções, há duas mulheres que, além de se dedicarem à atividade doméstica, trabalham empregadas em escolas, e uma terceira mulher, de outro grupo doméstico, que conta com a filha para os serviços domésticos e, por essa razão, também trabalha junto com o esposo na maioria das tarefas do dendê.

Os grupos domésticos pesquisados possuem algumas características em comum, das quais se destacam a organização do trabalho nos estabelecimentos familiares, que é coordenada pelo pai da família. Somente um dos grupos domésticos tem como coordenador do plantio de dendê uma mulher, que conta com a colaboração dos netos.

No que se refere à mão de obra utilizada, constatou-se que todos os grupos domésticos contratam diarista para o cultivo do dendê, pois em geral possuem poucos membros e na maioria são crianças ou jovens que estudam e não podem trabalhar diretamente no cultivo. Mesmo as famílias com maior número de integrantes contratam ou já contrataram alguém no período do plantio e coroamento do dendê.

Constatei que a mão de obra familiar não é suficiente, quer seja quantitativa, quer seja qualitativa, pois o trabalho no dendê requer força física associada aos homens jovens.

Quanto aos sistemas produtivos trabalhados e que contribuem com a renda familiar destaca-se o dendê, considerado pelos camponeses, como uma das culturas mais rentáveis à partir da fase de produção (após terceiro ano de plantio) que passa a ser colhida e entregue quinzenalmente. Em segundo plano, porém não menos importante, ficou o cultivo de mandioca, a qual, além de servir para alimentação familiar, também é vendida no comércio local, contribuindo assim com a renda no grupo doméstico. As culturas alimentares e as frutíferas são basicamente para o consumo familiar, sendo esporadicamente comercializadas. Todas essas culturas junto à criação de pequenos animais formam os sistemas de produção na comunidade Santa Maria.

Em se tratando da cultura do dendê, houve uma readequação dos integrados à “nova forma de produzir”, tendo em vista que foi relatado durante as entrevistas: que o dendê é uma atividade que ocupa boa parte do tempo (5 a 8h/dia) dos camponeses, o que os impossibilita de trabalharem com mais fervor em outras culturas. Assim constatei que as evidências citadas na literatura sobre as transformações na organização do trabalho também estão presentes no dia a dia dos camponeses integrados à agroindústria do dendê na comunidade em questão.

Verifiquei que o trabalho familiar é definido principalmente pela relação com a dendeicultura, de modo que as principais conclusões são que o trabalho familiar passa por redefinições para realizar o cultivo do dendê.

Outro fato constatado foi o desconhecimento por parte dos integrados em relação ao que está proposto no contrato. A maioria desconhece o que foi estabelecido, tendo em mente o que lhes foi exposto durante as reuniões realizadas antes do contrato.

Percebi que a inserção das agroindústrias de dendê na região ocasionou uma busca por mão de obra jovem, ocasionando a migração desta para trabalhar de modo assalariado nas empresas, caso este presenciado em um grupo doméstico de integrados na comunidade.

Quanto à satisfação dos grupos domésticos com a « nova forma de produzir », percebi que embutiu-se na mentalidade dos campones um imaginário de « retorno

rápido » com « a nova forma de produzir » inspirada nos « atrativos » expostos pela empresa dedeicultora.

No que trato da insatisfação, percebi que os camponeses tiveram um choque de realidade, tendo em vista o aumento da quantidade e do peso do trabalho, necessitando além da mão de obra familiar, a contratação de diarista para atuar no cultivo.

Apesar desse panorama influenciado pelo advento da integração de camponeses no cultivo de dendê, os mesmos acreditam terem perspectivas promissoras em relação à melhoria de vida e renda. No entanto, deixo como alerta a necessidade de desmistificar o imaginário criado em torno somente dos benefícios do sistema de integração, que implica em aceitar uma lógica que não é da escolha dos camponeses, regida por um tempo do capital, muito diferente do tempo da natureza. É importante considerar que a integração modifica intensamente o modo de trabalho e vida dos camponeses.

Espero com este trabalho contribuir para o entendimento das relações de trabalho no grupo doméstico e despertar o interesse dos agentes públicos e privados quanto à necessidade da continuidade e de investimentos em pesquisas na agricultura camponesa no tocante ao plantio. Compreendo que tais ações poderiam minimizar a problemática que pode vir a afetar os camponeses integrados no que diz respeito ao desenvolvimento da monocultura em detrimento da policultura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais, 2007. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/o-acesso-dos-agricultores-familiares-aos-mercados-de-biodiesel-parcerias-entre-grandes-empresas-e-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ABRAPALMA. Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil. **Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma**, 2014.
- AFONSO, A. I. Grupo doméstico e mudança social: abordagens quantitativas e qualitativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 153-182, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. A. Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, W; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M (Org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007**. Disponível em:< http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20lara%20Altafin%20-%202007_0.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará**. 2011. 161f. Tese (Doutorado) – Recursos Florestais/Conservação de Ecossistemas Florestais-Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”. Piracicaba.
- ALVES, K. S. **A organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade Nossa Senhora de Lourdes, microregião do Guamá no Nordeste Paraense**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém.
- BACKHOUSE, M. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará. **Fair Fuels? Working Paper 6**, Berlin, 2013. 32 p.
- BANCO DA AMAZÔNIA. **Reunião câmara setorial da cadeia produtiva da palma de óleo**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/3RE/App_BASA_Palma.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- BARATA, L. E. S. A economia verde: Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 3, p. 31-35, 2012.
- BARCELOS, E. et. al. **Dendê**: informações básicas para seu cultivo. Brasília, EMBRAPA - D.D.T., 1987. p. 40. (EMBRAPA-UEPAE de Belém. Documentos, 1).

BARROS, A. V. L. **Evolução dos Sistemas Agroflorestais desenvolvidos pelos agricultores nipo-brasileiros do município de Tomé Açu, Pará, Brasil.** 2009. 191f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias / Agroecossistemas da Amazônia). UFRA, Belém.

BATISTA, M. G. **Terra de família-família de trabalho:** estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém.

BEAUD, S.; WEBER, F. Analisar os dados etnográficos. In: BEAUD, S.; WEBER, F. F. **Guia para a pesquisa de campo:** produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 155-188.

BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins**, São Paulo, n. 10. 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6609>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

BOLFE, É. L.; BATISTELLA, M. Análise florística e estrutural de sistemas silviagrícolas em Tomé-Açu/Pará. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v. 46, n. 10, p.1139-1147, out. 2011.

BORGES, J. L. B. et al. Balanço energético na cultura do Dendê para Produção de Biodiesel – Parte Agrícola Jornada Acadêmica da Embrapa Soja. In: **Resumos expandidos.** Londrina: Embrapa Soja, 2008. 232 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.** 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas.** Florianópolis, 2004

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. **Ciências humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

BUTLER, R. A.; LAURANCE, W. F. Is oil palm the next threat to the Amazon? **Tropical Conservation Science**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2009.

CARVALHO, A. C. A. D.; NAHUM, J. S. Período do dendê na Amazônia Paraense. In: NAHUM, J. S. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense.** Belém: GAPTA, 2014. p. 13-40.

CASTRO, E. Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea. In: BOLLE, W; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M (Org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo, 2010. p. 105-122

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **CadernoCRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: **Contra capa liv.**, 1998. 228 p.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: **Nueva Visión**, 1975. 342 p.

_____. Sobre as teorias de sistemas não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, et al. **A Questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollac, José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

COSTA, A. J. D. **O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. 1993. 265f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

COUTO, M. C. M. **Beneficiamento e comercialização dos produtos dos sistemas agroflorestais na Amazônia, Comunidade Santa Luzia, Tomé-Açu, Pará**. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Procedimentos normativos de levantamentos pedológicos**. Brasília, 1995. 101 p.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s12/FERNANDES.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

FORTES, M. **O Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1974. 9 p.

GARCIA JÚNIOR, A. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 236 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 169 p.

GUIMARÃES, J. F. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** influências sobre o trabalho das mulheres agricultoras do Trevo de Belterra, Estado do Pará. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Embrapa Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. Introdução: contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p. 29-45.

HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 2. **A questão agrária:** problemas e conflitos não resolvidos./Belém, EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, C (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira:** Faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175-202.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Tradução Fátima Murad. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

HOMMA, A. K. O. A imigração japonesa na Amazônia, 1915-1945. In: HOMMA, A. K. O. **Amazônia:** meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília, EMBRAPA-SPI, 1998. p. 1-31.

HOMMA, A. K. O. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da Colônia Agrícola de Tomé-Açu. **Revista Instituto de Estudos Superiores da Amazônia**, v. 2, p. 57-65, 2004.

HOMMA, A. K. O; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de Pesquisas Econômicas, Sociais e Ambientais na Amazônia. **Amazônia Ci. & Desenv.** Belém, v. 8, n.15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico do Município de Tomé-Açu.** 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150800>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

_____. **Mesorregião do nordeste paraense.** 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2013.

_____. **Produção agrícola do município de Tomé-Açu.** 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa>. Acesso em: 01 nov. 2013.

LAMARCHE, H (Org.). **Agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.

LUZ, J. C. F. **Contrato de doação.** Cabedelo, PB: Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), 2014. 16 p.

MANN, P. H. Etapas básicas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica.** 2.ed.Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 40-61.

MAZZOTTI-ALVES, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Focalização do problema. In:_____. **O planejamento de pesquisa qualitativa.** 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 147-159.

MESQUITA, B. A. Conflitos territoriais na Amazônia na “Era do Capital”. In: SHIRAIISHI NETO, J. et al. **Meio ambiente, território e práticas jurídicas:** enredos em conflito. Manaus: EDUFMA, 2011. p. 23-52.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva e a sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo:** oposição ou complementaridade? 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

MOTA, D. M. Tessituras metodológicas. In:_____. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais:** os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. p. 25-47.

_____. Família e grupos domésticos na Amazônia paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Brasília, v. 31, n. 2, p. 289-314, maio/ago. 2014.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Trabalhadeiras e camarados.** Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.

MUTO, R. O. **Japão na Amazônia:** condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). 2010. 345f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém.

MÜLLER, A. A. A cultura do dendê em Belém. **EMBRAPA-CPATU.** 1980. 24 p.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açú (PA). **Confins** (Paris), v. 16. p. 1-20, 2012a. Disponível em: <<http://confins.revues.org>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Usos do território na Amazônia: dendeicultura e campesinato na microrregião de Tomé-Açu (PA). In: **VI Encontro Nacional da ANPPAS**, 18 a 21 de set. 2012b, Belém-PA, p.1-14. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/gt2.html>>. Acesso em: 24 de nov. 2013.

NAHUM, J. S. et. al. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense** – Belém: GAPTA/UFPA, 2014. 158 p.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 p.

NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no Oeste Catarinense: “uma prisão de portas abertas”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 123-138, jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-35.

_____. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, E.; DUARTE, L. M. G. Economia camponesa e agricultura familiar: evolução do uso da biodiversidade do Cerrado. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, 2008.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/eav/article/view/8532/10083>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. 488 p.

PITELLI, R. A. O termo planta-daninha. **Plantas daninhas**, Viçosa, v. 33, n. 3, p. 622-623, 2015.

REBELLO, F. K. **Da lenha ao óleo de palma a transformação da agricultura no nordeste paraense**. 2012. 321f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém.

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira**: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob a influência da dendeicultura em vilas rurais paraenses**. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém.

ROY, G. A agricultura familiar nas frentes de colonização da transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 3, p. 81-107, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Universitária, 1995. 169 p.

SAF/MDA. Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Plural Cooperativa. **Projeto Pólos de Produção de Biodiesel (Regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e Norte)**. Agricultores familiares plantam o combustível do futuro, 2010.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém.

SENA, M. G. C. **Entre a roça e o pomar: um estudo das transformações nas unidades de produção familiar do Recôncavo Baiano**. 1991. 164f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. A mandioca no sistema de produção familiar. In: SOUZA, L. S. et. al. **Aspectos socioeconômicos e agrônômicos da mandioca**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. 817 p.

SHANIN, T. A. Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1980. 80 p.

SHIRAISHI NETO, J. Novos movimentos sociais e padrões jurídicos no processo de redefinição da região amazônica. In: SHIRAISHI NETO, J. et al. (Org.). **Meio ambiente, território e práticas jurídicas: enredos em conflito**. Manaus: EDUFMA, 2011. p. 23-52.

SILVA, F. L.; HOMMA, A. K. O.; PENA, H. W. A. O cultivo do dendezeiro na Amazônia: promessa de um novo ciclo econômico na região. **Observatorio de la Economía Latino americana**, n. 158, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 p.

STANCKI, N. **Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução**, 2003. São Paulo. 12p. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

TAFNER JR., A. W.; SILVA, F. C. da. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 13, n. 2, p. 121-152, dez. 2010.

TCHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise Social**. v. 12, n. 46, p. 477-502, 1976. Tradução Manuel Villa verde Cabral. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41008214?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 02 mar. 2017.

VIEIRA, A. C. C.; MAGALHÃES, S. B. Transformações no espaço rural amazônico: O plantio de dendê em comunidades camponesas do baixo Tocantins, município de Moju/PA. **Grupo de Trabalho 6: Ruralidades e Meio Ambiente**, 2011.

VIEIRA, A. C. **A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: Subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: **XX encontro anual da ANPOCS**. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. 1996.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Ed. da UFAM, 2007. 484 p.

WOLF. E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

APÊNDICES

FORMULÁRIO DADOS DA COMUNIDADE SANTA MARIA

Data: ___/___/____; Horário:___:___

Coord. Geog.: Lat.: ___° ___' ___" Long.: ___° ___' ___"

HISTÓRIA DA COMUNIDADE

1. Quais as primeiras famílias a terem acesso ao local onde está a comunidade? Em qual ano?
2. Qual a origem e por que essas famílias vieram?
3. Quantas famílias inicialmente? Qual principal atividade econômica?
4. Quantas famílias há atualmente? Qual principal atividade econômica?
5. Como se deu o acesso à área?
6. As áreas estão regularizadas? Como se deu o processo de regularização?
7. Quantas casas existem na comunidade?
8. Qual a origem do nome da comunidade?
9. Como era a paisagem antes do processo de ocupação da área? Quantos ramais/ruas?
10. Como está a paisagem hoje? Quantos e quais os nomes dos ramais/ruas?
11. Origem dos nomes dos ramais/ruas?

INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE

12. Possui energia elétrica? Como era antes e hoje? Desde quando?
13. Água encanada? Como era antes e hoje? Desde quando?
14. Posto de saúde? Antes e hoje? Como faziam e fazem para ter acesso?
15. Possui estradas? Como era antes e agora como está?
16. Meios de locomoção até o centro da cidade: antes e agora? Condições do transporte?
17. Possui escolas? Quais séries? Quantas salas? Professores? Desde quando?
18. Como era e como são as casas na comunidade (madeira, alvenaria, barro)?

VIDA SOCIAL E RELIGIOSA NA COMUNIDADE

19. Possui ou já possuiu Associação? Ano de criação? Pagam mensalidade? Quantos Sócios? Quem é o presidente? Período das reuniões? O que tratam? Benefícios? Se não, por quê?
20. Quais as práticas recreativas na comunidade: Igarapé, campo de futebol, bares? O que fazem nos fim de semana?
21. Igreja Católica? Grupos de jovens? Atividades desenvolvidas? Quantas famílias?
22. Igreja Evangélica? Grupos de Jovens? Atividades desenvolvidas? Quantas famílias?
23. Santo/a Padroeira na comunidade e qual data comemorativa?
24. Missas ou cultos? Qual periodicidade?
25. Existe centro comercial; mercearia ou outros estabelecimentos na comunidade?
26. Quais festividades existem na comunidade? Quando ocorrem? Em prol de quê?
27. Quais os responsáveis pela organização das festividades? O que promovem e por quê?

LAÇOS DE PARENTESCO E VIZINHANÇA NA COMUNIDADE

28. Os moradores se ajudam? De que forma?
29. Fazem mutirão para trabalhar na produção agrícola ou em outras atividades? Quais?
30. Quanto à vigilância na propriedade, há necessidade? Como fazem?
31. A relação entre os vizinhos é harmoniosa? Se não, por quê?
32. Além das propriedades dos camponeses há outras com plantios ou criações diferenciados/fazendas?

COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

33. O que os camponeses fazem após suas atividades de trabalho?
34. Existe violência, assaltos, uso de drogas na comunidade? Quais os prováveis motivos? É feito algo para amenizar a situação?
35. Quais as principais ocupações dos jovens na comunidade? Estudam? Ajudam os pais na agricultura? Trabalham empregados na cidade?

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
– MAFDS

A Organização do Trabalho em Estabelecimentos Familiares que Cultivam Dendê no Município de Tomé-Açu

1. Dados Pessoais:

Nome: _____ Apelido: _____

Naturalidade: _____ UF: _____ Nascimento: _____/_____/____ Telefone: _____

Endereço: _____ Município: _____

Comunidade: _____ Local de Moradia: Zona Rural () Zona Urbana ()

2. Aspectos Sociais:

Estado Civil: _____ Nome cônjuge: _____

Escolaridade: _____ Classificação: _____

Número de pessoas na residência: _____ Renda Bruta Anual: _____

3. Unidade de Produção:

Denominação do Imóvel: _____ Endereço: _____

Via de acesso: _____ Doc.UP (recibo, declaração, ITERPA, INCRA) _____

Regime de uso da terra (proprietário, posseiro, ocupante): _____

Ano de acesso: _____ Área legal: _____ Área real: _____

Coordenadas Geográficas: Lat.: _____ Long.: _____

4. Composição Familiar:

Quanto tempo na agricultura familiar? _____ Origem dos camponeses: _____

Quantas pessoas moram na mesma residência/lote? _____ Quantos ajudam no dendê? _____ Faixa etária: _____

5. Dados econômicos e sociais

Qual a principal atividade econômica? _____

Exerce outra atividade econômica? Qual? _____ Contrata mão de obra? _____

Trabalha em mutirão? _____ Qual a fonte de renda? _____

Possui Crédito rural? _____ Qual linha de financiamento? _____

Possui assistência técnica? _____ De quem? _____ Associação/cooperativa? _____

6. Quais as culturas cultivadas antes e durante o cultivo do dendê?

7. De que forma é escoada a produção do dendê? Está satisfeito com o preço pago?

8. Como são divididas as tarefas na organização do trabalho familiar?

9. Quantas pessoas trabalham no estabelecimento e quantas horas? É suficiente?

Por quê?

10. Quais as atividades são desenvolvidas por?

Homens:

Mulheres:

11. Como você avalia o trabalho no cultivo do dendê?

2. Dados Estabelecimento:

Denominação do Imóvel: _____ Endereço: _____

Via de acesso: _____ (ramal; fluvial); Doc.imóvel (recibo, declaração, ITERPA, INCRA; Sem doc) _____

Regime de uso da terra (proprietário, posseiro, ocupante; meeiro): _____ Ano de acesso: _____ Área Total: _____

3. Culturas Trabalhadas Atualmente (C1; C2;...) obs: O quê, como e quando fazem?

Culturas e época de plantio:	Área Trabalhada	Mão de obra	Maquinário? Quais?	Etapas e períodos de trab.(preparo de área; plantio; tratos culturais; colheita; outros);	Destino da Produção e transporte (onde vendem?).
C1:				Etapa: _____ Período: _____	
C2:				Etapa: _____ Período: _____	

4. Culturas que Antes eram trabalhadas(C1; C2;...)obs: O quê, como e quando faziam?

Culturas e época de plantio:	Área Trabalhada	Mão de obra	Maquinário? Quais?	Etapas e períodos de trab.(preparo de área; plantio; tratos culturais; colheita; outros);	Destino da Produçãoe transporte (onde vendem?).
C1:				Etapa: Período:	
C2:				Etapa: Período:	
C3:				Etapa: Período:	
C4:				Etapa: Período:	

Observação: Fazer comparação entre as culturas trabalhadas;
Por quais motivos essas culturas não são mais trabalhadas

5. Quais atividades eram e são realizadas pelas mulheres?

Eram realizadas:

São realizadas:

6. Como você considera o trabalho nessas culturas? Por quê?

Pesado Leve Moderado

7. Quais dessas culturas são mais ou menos interessantes? Por quê?

8. Trabalho da Casa

Atividades (sequência): (Limpeza da casa; lava roupa, louça; alimentação).	Quem faz?	Que horas vai e volta da roça?	Que horas almoçam e que fazem quando voltam da roça?
			Que horas jantam e dormem?

12. O que lhe motivou a plantar dendê?

13. Em sua opinião a quantidade de pessoas e as horas trabalhadas são suficientes para o cultivo no dendê?

14. Como você considera o trabalho no dendê? Leve; Pesado? Explique.

15. Quais as diferenças encontradas na experiência atual comparada às outras culturas?

16. Como está se adaptando ao novo cultivo? O que mudou em sua vida a após o dendê?

17. Você está satisfeito ou não? Por quê?

18. Recebeu algum tipo de financiamento? Sim Não

Tipo de financiamento:_____ Quanto (R\$):_____

Quando recebeu:_____ Qual vencimento:_____

Situação (Já pagou, está pagando, não paga por qual motivo?):_____